



Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

RELATÓRIO ANUAL 2023



(51) 3214-1000



www.tjmrs.jus.br



SUMÁRIO

03 — Presidência

- Ações da Presidência - **05**
- Secretaria da Presidência - **26**
- Secretaria do Plenário - **30**
- Assessoria Militar - **36**
- Assessoria de Comunicação Social - **39**
- Escola Judicial Militar - **66**

75 — Vice-Presidência

83 — Direção Geral

- Coordenadoria Judiciária - **83**
- Coordenadoria Administrativa Financeiro - **99**
- Recursos Humanos - **106**
- Material - **110**
- Licitações - **113**
- Orçamento - **117**

127 — Ouvidoria

136 — Núcleo de Auditoria Interna

143 — Núcleo de Gestão Estratégica

165 — Biblioteca

PRESIDÊNCIA

Presidente Desembargador Militar Dr. Amilcar Fagundes Freitas Macedo

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Secretário da Presidência Murilo Kvietinski

Oficial de Gabinete II Marcelo Roberto Model Nepomuceno

Assessor Militar Rafael Monteiro Costa

Encarregado Revisor José Philipp Guerreiro da Silva

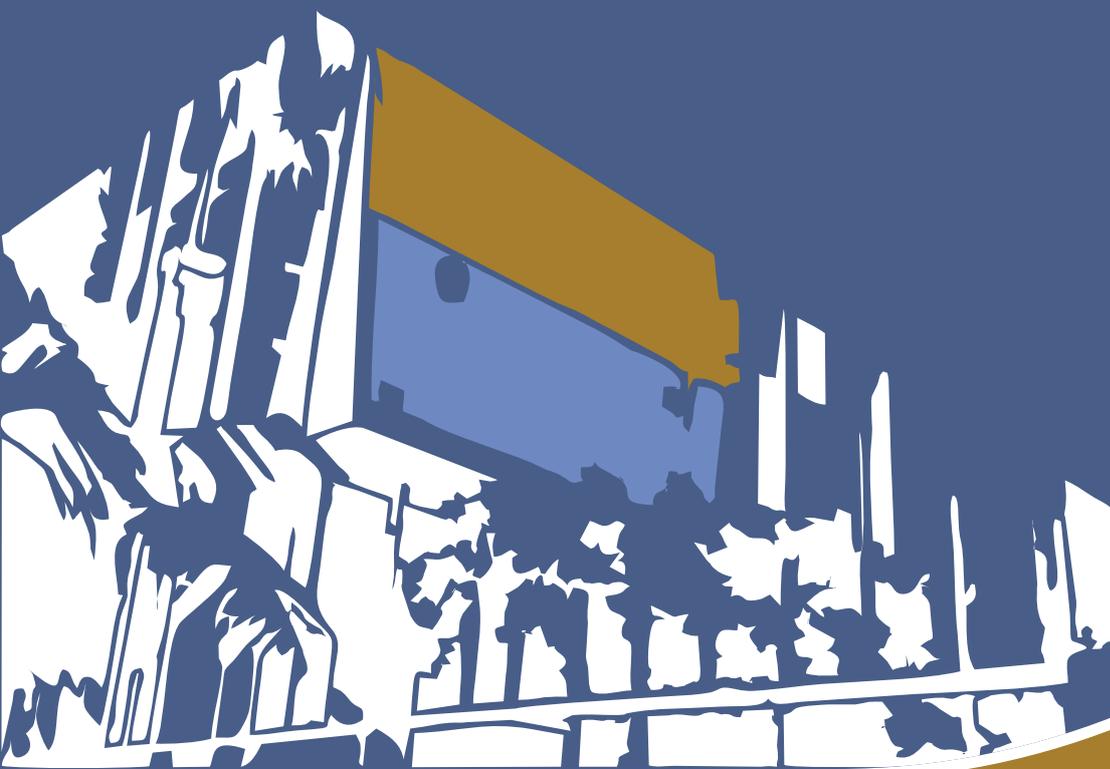
O presente relatório tem por finalidade dar cumprimento às exigências regimentais e proporcionar, de forma transparente e eficaz, uma visão completa do funcionamento do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, durante o ano de 2022.

Competência

O Gabinete da Presidência é dirigido pelo Secretário do Presidente, privativo de bacharel em direito, é o órgão incumbido de prestar colaboração e assistência ao Presidente do Tribunal de Justiça Militar. Auxiliar o expediente do Presidente, preparar atos de sua competência exclusiva, comunicar-se com os serviços do Tribunal e órgãos ou entidades, acompanhar o Presidente externamente e nas audiências, organizar registros e expedientes administrativos que se tornarem necessários, estudar e minutar temas atinentes a problemas jurídico-administrativos, bem como desempenhar outros serviços determinados pelo Presidente, são as atribuições do cargo.

TJM
Justiça Militar
Estado do Rio Grande do Sul

GESTÃO 2022 - 2023





GESTÃO 2022-2023

Presidente:

Des. Mil. Amílcar Fagundes Freitas Macedo

Vice-presidente e Ouvidora da Mulher:

Des. Mil. Maria Emília Moura da Silva

Corregedor-geral:

Des. Mil. Paulo Roberto Mendes Rodrigues

Ouvidor da Justiça Militar:

Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum

Diretor da Escola Judicial Militar:

Des. Mil. Rodrigo Mohr Picon

Desembargadores Militares:

Des. Mil. Fábio Duarte Fernandes

Des. Mil. Fernando Lemos

Juíza auxiliar da presidência:

Dra. Viviane de Freitas Pereira

Diretor-Geral:

Dr. Rogério Nejar

COMPOSIÇÃO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caríssimos integrantes do Tribunal Pleno, juízas e juízes da Justiça Militar Estadual, servidores, jurisdicionados e sociedade em geral.

É com grande satisfação que apresento o balanço final dos dois anos de minha gestão como Presidente desta Corte de Justiça Militar. Durante este período, nosso compromisso foi pautado na busca incessante pela justiça, eficiência, modernização, transparência, acessibilidade, integração institucional e economicidade de nossa Especializada.

Alcançamos integração total junto ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ - na plataforma digital do Poder Judiciário e CODEX, com acesso a processos, movimentos e documentos de forma automática, visando à modernização do sistema digital. Fortalecemos a transparência dos atos da gestão no sítio do tribunal, com acesso direto pelo CNJ. Implementamos plataformas de acessibilidade aos julgamentos e ações da Justiça Militar. Ampliamos e consolidamos um relacionamento com os diversos tribunais locais e demais organismos do Estado, criando uma rede de cooperação judiciária e institucional. Formalizamos parcerias na área de gestão estratégica da inovação; estimulamos a edição de cartilhas com informações importantes para a sociedade, no combate à discriminação racial e ao assédio moral e sexual.

Também aprimoramos a gestão administrativa, com a aprovação de leis que modernizaram a carreira dos servidores com a necessária valorização dos recursos humanos, trazendo maior qualidade à prestação jurisdicional. Pela nona vez, em dez edições, conquistamos selos de qualidade institucional reconhecidos pelo CNJ, com efetivas melhorias na gestão processual. Modernizamos a estrutura de segurança interna de nossa sede, assim como reforma e melhorias nas Auditorias Militares.

Foi aperfeiçoado o sítio do tribunal, com modernidade na pesquisa de jurisprudência. Foi criado o PodCast “Em Pauta na Justiça Militar”, com a finalidade de debater temas de importância para a Justiça Castrense e para a sociedade.

Preservamos e cultuamos nossa memória institucional, sediando, de forma conjunta com os demais tribunais locais, o Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário. Inovamos com a criação de nosso “laboratório de Inovação”, participando, ativamente, do III Festlabs, realizado em nossa Capital. Também fizemos parte do Fórum Interinstitucional que discutirá a IA (inteligência artificial) no Poder Judiciário, entre outras tantas realizações.

Estes dois anos foram marcados por desafios superados e conquistas significativas para nossa quase ducentenária Justiça Militar, que em 2023 completou 175 anos de existência. Agradeço o empenho, parceria, confiança e apoio dispensados.

Des. Mil. AMÍLCAR FAGUNDES FREITAS MACEDO
Presidente do TJMS - Biênio 2022-2023



Plano de Carreira marca nova era na Justiça Militar Gaúcha



No dia 20 de dezembro de 2022, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei 481/2021, que tratava do plano de carreira e organização dos cargos na Justiça Militar do Rio Grande do Sul. O PL 481 recebeu 47 votos favoráveis, de um total de 55 parlamentares.

As discussões sobre o projeto do plano de carreira na Justiça Militar iniciaram no segundo semestre de 2020. Após tramitação pelas instâncias técnicas do TJ, a proposta foi encaminhada à Assembleia Legislativa em 2021, não sendo apreciada naquele ano pelo legislativo.

A proposta iniciou nova tramitação em 2022, sob a presidência do desembargador militar Amilcar Macedo, que liderou discussões com diferentes instâncias do Legislativo, servidores e Sindicato, reforçando os argumentos em torno da aprovação do projeto. Assim, a proposta foi aprovada em diferentes comissões da Assembleia quando foi levada ao Plenário da Casa após acordo de lideranças.

“Essa é uma conquista de todos nós. Ganha esta Casa, seus servidores, magistrados, jurisdicionados e fundamentalmente a sociedade a partir da perspectiva que o projeto oferece para ampliarmos a estruturação e organização da nossa Justiça Militar” Presidente Amilcar Macedo

Nova matriz salarial e gratificações

Destaque também para a aprovação, em 2023, do projeto que realinhou a matriz salarial e instituiu gratificações na Justiça Militar. Elaborada como resultado de amplo diálogo interno, em primeiro lugar, bem como TJ, Assembleia e sindicato, a nova matriz unificou os quadros de pessoal da Justiça Militar e criou duas gratificações: a GDI, gratificação de desenvolvimento institucional, e a GATIC, voltada ao setor de TIC do Tribunal.

Reforço em pessoal - no início de 2024, o TJRS publicou o acórdão da aprovação por unanimidade, pelo Órgão Especial, do anteprojeto de lei que cria quatro funções gratificadas para o cargo de assessor coordenador judiciário na Justiça Militar. Alinhado à estratégia de reestruturação e valorização dos quadros de servidores da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, o anteprojeto seguirá para a Assembleia Legislativa, onde iniciará tramitação.



Inauguração do Espaço da Ouvidoria e da Ouvidoria da Mulher

Entre os meses de junho e setembro de 2023, o TJMRS inaugurou os Espaços da Ouvidoria e da Ouvidoria da Mulher. O ambiente, localizado na entrada do prédio-sede do Tribunal, é destinado a receber sugestões, informações, reclamações e denúncias sobre temas diversos ligados à Justiça Militar, e também sobre temas específicos ligados às mulheres.



OUVIDORIA DA
Mulher
Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul



TJMRS adota tradução em Libras nas sessões de julgamento

Com o objetivo de ampliar as opções de acessibilidade e transparência, o TJMRS adotou, a partir de junho de 2022, a tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas sessões de julgamento do seu colegiado. A partir de convênio celebrado com a Uníntese, acadêmicos da instituição passaram a traduzir a íntegra de

todas as sessões de julgamento do TJMRS transmitidas pelo YouTube. Desde o início do convênio, mais de 60 sessões de julgamento foram realizadas com a participação desses intérpretes.

Projeto Sessões Didáticas apresenta a dinâmica dos julgamentos no TJMRS

Como parte de um processo de integração institucional e de ampliação do seu relacionamento com a sociedade, o TJMRS elaborou o projeto das Sessões Didáticas, voltado a acadêmicos de Direito e alunos da Brigada Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Na dinâmica da sessão, a cada processo em pauta, os magistrados detalham temas específicos que estão em julgamento, em uma linguagem coloquial e explicativa. Essa “tradução” permite que não apenas os alunos, mas também aqueles que assistem às sessões pelo YouTube, possam acompanhar com mais facilidade os desdobramentos das decisões em pauta.



TJMRS se junta à Plataforma Digital do Poder Judiciário

Em 2023, a Justiça Militar gaúcha formalizou sua adesão à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ). Essa ação é um marco para o TJMRS em seu esforço constante de modernização e aprimoramento da prestação jurisdicional. A PDPJ é um sistema online desenvolvido pelo CNJ com o objetivo de centralizar e integrar diversos serviços e funcionalidades para auxiliar no funcionamento e na modernização do Poder Judiciário brasileiro.

TJMRS alcança integração ao **CODEX**

A partir dessa integração, que abrange 1º e 2º graus na Justiça Militar, o CNJ passa a ter acesso a processos, movimentos e documentos do TJMRS de forma automática. Além disso, a consolidação das bases de dados processuais no Codex permite a realização de análises estatísticas, o que contribui para uma melhor compreensão dos processos judiciais e embasa futuras tomadas de decisão, fortalecendo a eficiência e a transparência do sistema judiciário como um todo.



Rede Sul de Cooperação Judiciária

Com o propósito de congregar os Tribunais da Região Sul em torno de uma agenda comum de cooperação judiciária, foi constituída, em outubro de 2023, a Rede Sul de Cooperação Judiciária. A Rede tem como objetivo o estreitamento dos laços institucionais, a atuação em rede em busca da desburocratização, a eficiência e a efetividade da prestação jurisdicional. Com participação do TJMRS, a atuação da Rede Sul abrangerá toda matéria de interesse dos Tribunais envolvidos, de cunho jurisdicional ou administrativo.



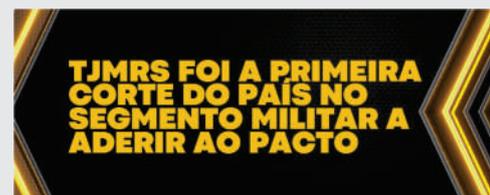
TJMRS disponibiliza sala de multiuso de inovação

Estruturada para facilitar o ambiente de inovação, criatividade e gestão na Justiça Militar Estadual, a sala multiuso de inovação do TJMRS foi inaugurada no segundo semestre de 2023. A estrutura conta com equipamentos e espaço físico diferenciados, propiciando experiências que estimulam a criatividade e a cocriação. O ambiente é gerenciado pelo Nube9, o laboratório de inovação. Além da equipe do Nube, magistrados e servidores da Casa também utilizam do espaço para a realização de suas dinâmicas de trabalho.



Pacto pela Equidade Racial

Em 2023, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul tornou-se signatário do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial, liderado pelo CNJ, mediante cooperação técnica e operacional. Visando a combater e corrigir as desigualdades raciais, o Pacto consiste na adoção de iniciativas a serem desenvolvidas em todos os segmentos da Justiça. Através de medidas afirmativas, compensatórias e reparatórias, a ação busca a eliminação do racismo estrutural no âmbito do Poder Judiciário.



Prêmio CNJ de qualidade

A administração do TJMRS conquistou os selos Ouro e Prata nas edições 2022 e 2023 do Prêmio CNJ de Qualidade, consolidando sua avaliação positiva entre os tribunais do país. No histórico do prêmio, são nove selos nas dez edições até hoje realizadas.



Encontro de Ouvidorias da Mulher

Em março de 2023, uma iniciativa inédita propiciou o 1º Encontro de Ouvidorias da Mulher do TJMRS, TJRS e Brigada Militar. Com o título "Neurociência, humanidade e segurança: um olhar para mulher", a atividade contou com a participação da Ouvidora da Mulher do TJMRS, desembargadora militar Maria Emília Moura da Silva, além de representantes de tribunais e ouvidorias do estado e do país.



TJMRS formaliza interesse em parceria com a PUCRS na área da Educação Corporativa



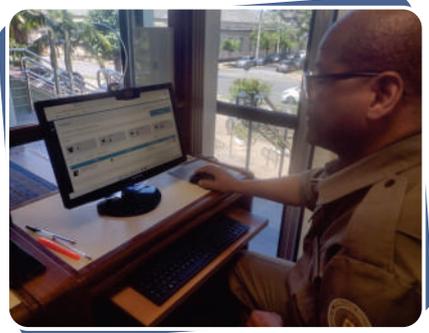
Em novembro de 2023, o presidente Amilcar Macedo realizou visita institucional ao reitor da PUCRS, Irmão Evilázio Teixeira. Em pauta, a possibilidade da celebração de convênio na área de educação corporativa. A partir dessa parceria, servidores e magistrados da Justiça Militar poderão realizar cursos e formações oferecidos pela universidade com descontos estabelecidos em convênio. O interesse do TJMRS na parceria já foi formalizado junto à reitoria da PUCRS.

Melhoria na gestão processual

As equipes de Tecnologia da Informação do TJMRS e TJRS implementaram, em outubro de 2023, uma inovação significativa no sistema de gestão processual eproc. Trata-se da funcionalidade "Declinação para outro tribunal (TJRS)", projetada para simplificar e agilizar os processos de transferência de casos judiciais. A nova função permite que as auditorias do TJMRS identifiquem casos que se enquadram

em jurisdição do TJRS e, com poucos cliques, solicitem a transferência do processo para o tribunal competente.





Sistema de identificação de visitantes e circuito de câmeras de segurança

A administração do Tribunal de Justiça Militar implementou, a partir de dezembro de 2022, um sistema de identificação de visitantes. O módulo foi desenvolvido pela coordenação de TIC e é gerenciado pela equipe de segurança do Tribunal.

O sistema de identificação é exigido de visitantes civis e militares. Os dados ali fornecidos servirão somente para cadastro de acesso.

No âmbito da segurança, o TJMRS realizou significativos investimentos ao implementar um novo sistema de circuito de câmeras, agora gerenciado pelo **Núcleo de Inteligência do Tribunal**, criado pela atual administração.

Aprovados em concursos do TJ poderão ser aproveitados pelo TJM

A partir de postulação do TJMRS, o Conselho de Magistratura (COMAG) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul ampliou entendimento sobre o aproveitamento de aprovados em concursos daquele Órgão por parte do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Com a decisão, os aprovados para os cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário que estejam em cadastro reserva poderão ser nomeados na Justiça Militar, a critério da administração do TJMRS.



TJMRS adota Microsoft Office 365

No início de 2023, o TJMRS passou a utilizar o Office 365, família de produtos de software de produtividade e serviços da Microsoft. A migração da antiga plataforma (Expresso) para o Office permitiu a magistrados e servidores o acesso a um conjunto moderno de ferramentas e acessórios que aprimoram o tempo de trabalho com vistas ao aumento da produtividade.

Pontos de Inclusão Digital

O TJMRS passou a disponibilizar duas salas adaptadas à modalidade de Pontos de Inclusão Digital (PID), em conformidade às recomendações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visando aprimorar os serviços prestados pela Justiça Militar à população. Os Pontos de Inclusão Digital (PID) são espaços projetados para possibilitar a realização de atos processuais por meio de videoconferência, bem como o acesso ao Balcão Virtual, garantindo a participação de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, de forma adequada e eficiente.

TJMRS no Rio Grande te Escuta

Como resultado da integração entre as ouvidorias de instituições públicas no Rio Grande do Sul, foi lançado o projeto Rio Grande Te Escuta, no mês de outubro de 2023. Tendo a Ouvidoria da Justiça Militar Estadual como participante, a iniciativa tem por objetivo facilitar o acesso a informações, bem como o encaminhamento de sugestões e denúncias. No lançamento do projeto, também foi apresentado o Guia das Ouvidorias, com participação do TJMRS, que relaciona as ouvidorias públicas e suas formas de contato.



TJMRS firma cooperação com TJRS sobre depoimento especial

O TJMRS e TJRS celebraram o Termo de Cooperação Técnica nº193/2022 a fim de possibilitar o depoimento especial previsto na Lei nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Reforma na 2ª Auditoria

As obras abrangeram melhorias no espaço físico interno e no entorno da unidade, com destaque para a acessibilidade a partir da instalação de piso tátil que facilita a circulação de deficientes visuais pelo local. No ambiente interno, foram instalados 11 ar-condicionados além da colocação de barra acessível em um dos banheiros da auditoria.



PPCI e Habite-se do Prédio do TJMRS

Entre os meses de junho e julho de 2023, o TJMRS recebeu o alvará de prevenção contra incêndio do prédio-sede, bem como obteve a certidão de averbação na matrícula do imóvel (Habite-se). A legalização da situação preventiva do prédio-sede foi obtida a partir de trabalho realizado por comissão específica destinada ao tema, sob liderança do corregedor-geral da JME, desembargador militar Paulo Roberto Mendes Rodrigues.



Doação de Computadores

Como parte do programa de atualização do parque de computadores da JMERS, o TJMRS doou, em 2022, um total de 20 computadores e 10 notebooks para o Colégio Tiradentes da Brigada Militar. Os equipamentos foram empregados na ampliação da estrutura tecnológica e reorganização do maquinário do Colégio.



Solidariedade

O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul é uma das instituições integrantes do Movimento Rio Grande Contra a Fome, força-tarefa capitaneada pelo Parlamento estadual e que atua de forma emergencial no combate à insegurança alimentar. O TJMRS também liderou, ao longo dos últimos dois anos, uma série de campanhas internas de arrecadação de alimentos e itens diversos voltados às vítimas dos eventos climáticos ocorridos no Estado no último período, além da tradicional mobilização por ocasião da Campanha do Agasalho.



Canal Basta!

O TJMRS lançou, em setembro de 2022, o canal Basta!, destinado ao recebimento e ao encaminhamento de denúncias de assédio e discriminação. O atendimento é voltado, prioritariamente, às mulheres e aos homens que atuem ou se relacionem com magistrados e magistradas e com servidores e servidoras do TJMRS, da BM e Bombeiros. A criação do canal foi uma parceria da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual com a Ouvidoria e a Ouvidoria da Mulher.



Julgamento com perspectiva de gênero nos Conselhos de Justiça

Por intermédio do Provimento n.º 58/2022/CGJME, a Justiça Militar Gaúcha passa a adotar os meios para que, na medida do possível, os Conselhos de Justiça sejam constituídos com garantia à perspectiva de gênero. A iniciativa tem como referência a Recomendação CNJ n.º 128/2022, que trata da adoção do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.

Site do TJM disponibiliza nova página de pesquisa de jurisprudência

Resultado de projeto da Comissão de Jurisprudência, com apoio da Direção-Geral e execução técnica pela Coordenadoria de TI, a nova ferramenta permite a automatização da publicação de acórdãos do TJMRS em tempo real, por meio da interoperabilidade entre o sistema eproc e o site do Tribunal. O novo sistema confere mais agilidade na publicação de acórdãos e de decisões, além de maior eficiência na consulta de precedentes.



TJMRS na posse da Ministra Rosa Weber

Em momento de alto prestígio institucional, o TJMRS prestigiou a posse histórica da ministra gaúcha Rosa Weber na presidência do Supremo Tribunal Federal. O evento, realizado em setembro de 2022 na capital federal, contou com a presença de mais de duas centenas de autoridades municipais, estaduais e federais. O presidente Amilcar Macedo, acompanhado dos demais presidentes de tribunais com sede no RS, integrou a tribuna de honra no plenário do STF, local da posse.



Círculo de Diálogo contra o Assédio

As comissões de enfrentamento ao assédio e à discriminação do 1º e 2º grau da JME promoveram, ao longo de 2023, um conjunto de rodadas dos chamados "círculos de diálogo" abordando comportamentos indesejáveis e não admissíveis no ambiente de trabalho.

A metodologia é uma das ferramentas de diálogo estruturado sobre os temas afeitos aos trabalhos das Comissões, bem como para auxiliar nas ações concretas de prevenção. Além dos círculos, o TJMRS desenvolveu um conjunto de ações sob a perspectiva da justiça restaurativa.





Encontro Nacional da Memória

O Tribunal de Justiça Militar Gaúcho foi um dos anfitriões da edição 2023 do Encontro Nacional da Memória (ENAM), que teve o Rio Grande do Sul como sede. Com organização conjunta do TJMRS, TJRS, TRF4, TRT4 e TRE-RS, o evento reuniu magistrados, servidores, pesquisadores e um conjunto de autoridades ligadas à temática da preservação da memória no âmbito do judiciário.

O TJMRS foi responsável por duas atividades no primeiro dia do encontro: a acolhida aos visitantes com visita à sede do tribunal, bem como a realização da Roda de Memória, evento presencial e remoto, que reviveu alguns dos casos históricos da Justiça Militar gaúcha.

Para o ENAM, o TJM também inaugurou o Espaço da Memória, ambiente físico dedicado a retratar essa dimensão histórica da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.



Governador do Estado em visita institucional ao TJMRS

A dinâmica de agendas institucionais do TJMRS contou com a recepção ao governador do Rio Grande do Sul, Ranolfo Vieira Júnior, em abril de 2022. O chefe do Executivo foi recebido pelo presidente do TJM, desembargador militar Amilcar Macedo, pelos desembargadores militares Sergio Antonio Berni de Brum e Rodrigo Mohr Picon e pela juíza Karina Dibi Kruehl do Nascimento.

O secretário-chefe da Casa Civil do Estado, Artur Lemos, e o procurador geral do Estado, Eduardo Cunha da Costa, acompanharam o governador na agenda.



Câmara de Porto Alegre destaca trajetória de 175 anos da justiça militar gaúcha

Em sessão histórica no mês de agosto de 2023, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre relembrou os 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul e os 105 anos do Tribunal de Justiça Militar do Estado. A homenagem foi uma proposição da Mesa Diretora da Câmara a partir de iniciativa da vereadora Monica Leal.





Alta administração do TJ em visita ao TJMRS

Em agenda histórica, a alta administração do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul realizou visita institucional ao Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul no mês de setembro de 2022. Liderada pela presidente da corte, desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, a comitiva do TJRS contou ainda com as seguintes presenças: 1º vice-presidente, Desembargador Alberto Delgado Neto; 2º vice-presidente, Desembargador Antonio Vinicius Amaro da Silveira; 3ª vice-presidente, Desembargadora Lizete Andreis Sebben; Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Giovanni Conti; Ouvidor-geral do TJRS, Desembargador Altair de Lemos Júnior; Ouvidor-substituto, Roberto Carvalho Fraga, e Ouvidora da Mulher, juíza Jane Maria Kohler Vidal.



Celebração da inovação foi a marca do III Festlabs

O consórcio formado por cinco tribunais com sede no Rio Grande do Sul (TJMRS, TJRS, TRE-RS, TRF4 e TRT4) foi responsável pela organização do III Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário (FestLabs). Entre os dias 18 e 19 de setembro de 2023, integrantes da cena de inovação do judiciário no país reuniram-se em Porto Alegre participando de oficinas e palestras, além das amplas possibilidades de networking que um evento dessa natureza propicia. O decano da corte, desembargador militar Sergio Berni de Brum, integrou a comissão executiva do evento.

Sessão Solene celebra os 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul

A quase bicentenária trajetória da Justiça Militar estadual foi celebrada em sessão solene do TJMRS, no dia 14 de dezembro de 2023. O evento, realizado no auditório do TRT4, também marcou a entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar a 59 autoridades e personalidades.



O presidente Amilcar Macedo e os desembargadores militares Maria Emília Moura da Silva, Sergio Berni de Brum e Rodrigo Mohr revezaram-se na entrega das medalhas. O ministro do Superior Tribunal Militar, Péricles Aurélio de Lima Queiroz, fez a fala de encerramento do evento, em nome dos homenageados.



Um dos momentos marcantes da histórica sessão solene foi a entrega da Ordem do Mérito Judiciário Militar a policiais militares e bombeiros militares que se destacaram por sua atuação. Foram condecorados os policiais militares Marcírio Ferreira Fernandes Júnior e Lucélia Cardoso, e os bombeiros militares Aguiar Luis da Silva, Diego Quos e Otacílio Jesus.



Também recebeu a medalha da Ordem a Sra. Carmen Lúcia Kappel, em homenagem póstuma a sua filha, soldado da BM Marciele Renata dos Santos Alves, falecida durante o atendimento de uma ocorrência policial.



Nube9

Em julho de 2022 o Tribunal de Justiça Militar lançou o Nube9, o seu Laboratório de Inovação. A plataforma é destinada a soluções e desenvolvimento de projetos e programas que facilitem a adoção de avanços sociais e tecnológicos.

Sempre em busca de uma maior qualidade e eficiência institucional, o laboratório tem como uma das ferramentas a simplificação da linguagem e da forma de comunicação no âmbito judiciário.

O Nube9 também se constitui como um espaço para reflexão crítica sobre a eficiência dos serviços jurisdicionais e processos internos, contando com a participação do público interno, utilizando metodologias de inovação e participação colaborativa para a solução de demandas.

Manifesto RedeLabs

Uma importante ação no campo da inovação foi a participação do TJMRS como integrante da Rede de Laboratórios Públicos do Rio Grande do Sul (RedeRS.Labs). Destaques para o "manifesto RedeLabs", lançado durante o South Summit, na capital gaúcha. Entre outras propostas, o manifesto busca sensibilizar sobre a importância da criação de um ecossistema de inovação no setor público e tornar o Estado uma referência na prestação de serviços e geração de impactos sociais.



Fórum Interinstitucional discutirá IA no Judiciário

A partir de proposição da OABRS, foi constituído um fórum interinstitucional para discutir o desenvolvimento, a implementação e o uso de sistemas de Inteligência Artificial pelo Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil. A proposta é a de promover o intercâmbio de experiências entre órgãos, entidades e tribunais visando à ampliação do conhecimento acerca dessa temática. O TJMRS é um dos integrantes do fórum.



Parceria na área da gestão estratégica da inovação

TJRS e o Tribunal de Justiça Militar firmaram termo de cooperação visando à formação de parceria entre as instituições na área da gestão estratégica da inovação, por meio do compartilhamento de produtos, projetos e serviços desenvolvidos pelos seus respectivos laboratórios de inovação - Labee9 e Nube9.



Portal do TJMRS tem nova opção de acessibilidade

Além da leitura convencional, os leitores do site do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul também podem ouvir as notícias do portal. Essa inovação tecnológica, implementada pela TIC do TJMRS, visa a garantir aos visitantes virtuais, independentemente de suas capacidades visuais, amplo acesso ao conteúdo noticioso produzido pela instituição, além do ambiente de serviços contidos no portal. A opção "ouvir notícia" está disponível no topo de cada notícia da página.



Acessibilidade

Palestra "Panorama sobre Acessibilidade no Judiciário", proferida pelo Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Gabriel Fontana. A atividade, que contou com o apoio do Comitê de Acessibilidade do TJM e Escola Judicial Militar, abordou tópicos como a importância de políticas afirmativas, que reconhecem as diversidades entre a população e buscam diminuir a desigualdade de oportunidades e a redução da discriminação.





Podcast amplia visibilidade da Justiça Militar Gaúcha

Criado em novembro de 2023, o "Em Pauta na Justiça Militar" é o podcast institucional do TJMRS. A proposta do programa é a de propiciar a ampliação dos canais de comunicação com os jurisdicionados, além de dar visibilidade à atuação da Justiça Militar Estadual, ainda desconhecida por uma parcela significativa da população. As edições estão disponíveis no Spotify e canal do TJMRS no YouTube.

Novo site do TJMRS

Apresentado à sociedade em julho de 2023, o novo site do TJMRS trouxe uma interface mais amigável e moderna, permitindo acesso ágil às informações, processos e serviços da Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Nesta remodelação, desenvolvida pela coordenação de TIC e ASCOM, o portal também incorpora as novas logomarcas da instituição, além de reagrupar, de forma mais coerente, as suas seções principais.



Novas logomarcas

Como parte das iniciativas voltadas à celebração dos 175 anos da Justiça Militar, o TJMRS criou e atualizou algumas de suas logomarcas.

Especiais

- Websérie #MulherNoJudiciário
- Websérie #AssédioNão

LIVES

- BM e proteção ambiental
- Noções básicas na elaboração de ementas
- Prevenindo a enxaqueca
- Saúde Bucal
- Ouvidoria da Mulher
- Panorama sobre acessibilidade no judiciário
- Trajetórias e desafios da mulher na sociedade
- Segurança no trânsito
- Palestra sobre Inovação, com André Tesheiner



COMUNICAÇÃO

Casos Históricos



Por ocasião dos 174 anos da Justiça Militar, a assessoria de comunicação produziu o especial "Casos Históricos", uma série de postagens para as redes sociais lembrando alguns dos julgamentos de maior repercussão pública da corte. Os casos do "Homem Errado", "Boate Kiss", "Roubo a Lojas" e o "Relógio dos 500 anos" foram lembrados na série.



#SextouContraOAssédio

Em um projeto que envolve mobilização, conscientização e comunicação, o TJMRS lançou o "Sextou contra o Assédio", iniciativa que reforça o conjunto de ações empenhadas pela corte gaúcha no enfrentamento do assédio.

O lançamento do "Sextou" foi marcado pela afixação de cartazes em pontos-chave de circulação do prédio do Tribunal.

A colagem foi feita por magistradas, servidoras, estagiárias e funcionárias terceirizadas do TJMRS. O Sextou ganha continuidade nas redes sociais do tribunal gaúcho, todas as sextas, com postagens específicas relativas ao enfrentamento do assédio. O projeto é iniciativa conjunta das Comissões de Enfrentamento ao Assédio do 1º e 2º grau da justiça militar do Rio Grande do Sul.



Cartilhas

Com o objetivo de disponibilizar informações importantes e relevantes para a sociedade, o TJMRS iniciou a produção de cartilhas institucionais abordando diferentes temáticas. Os materiais são gratuitos e estão disponíveis em formato digital no site do TJMRS.

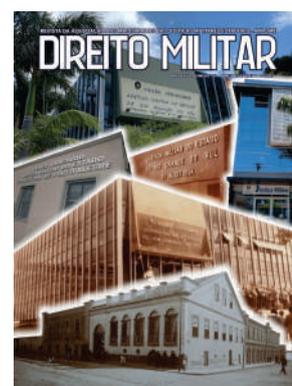


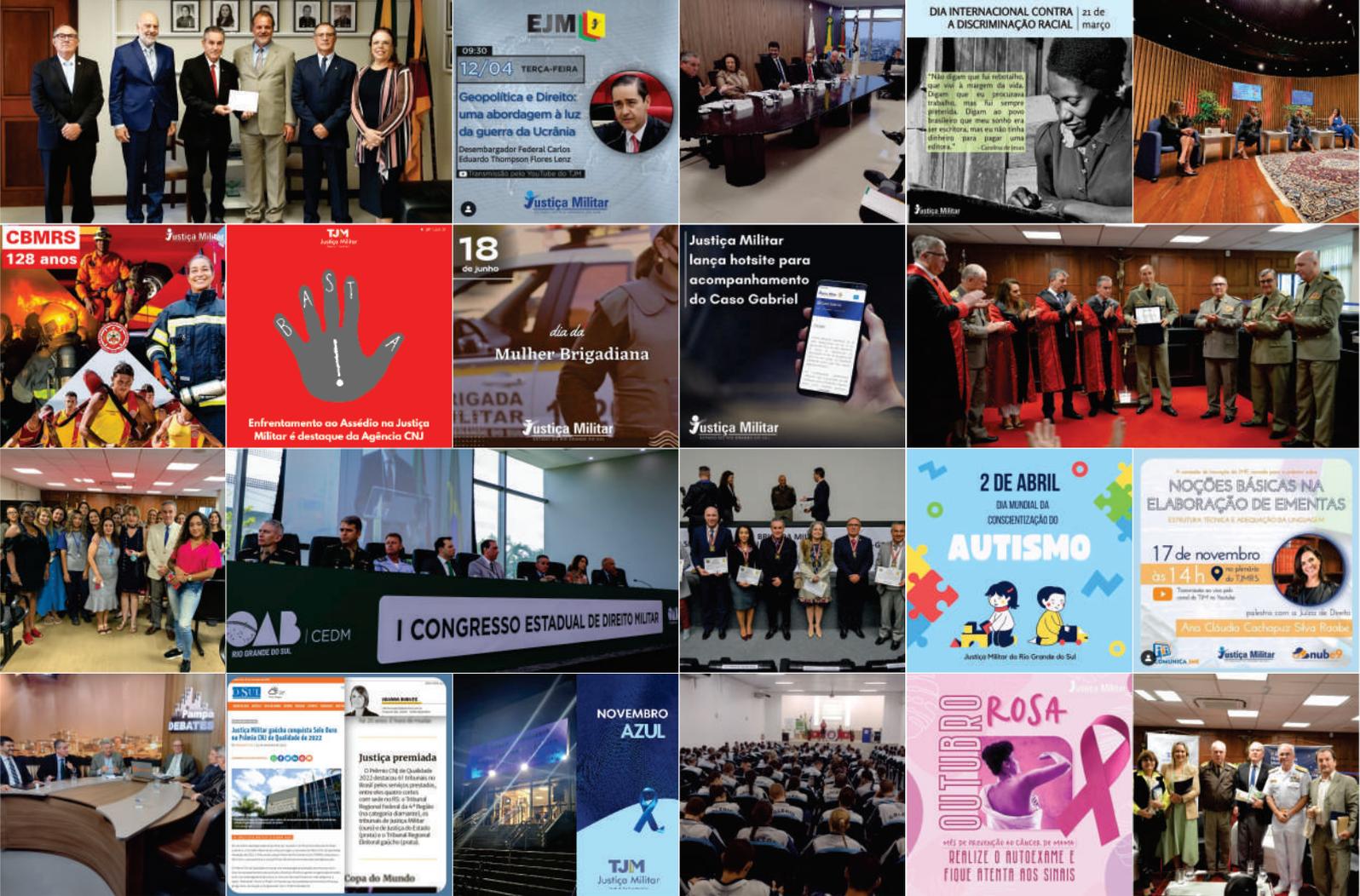
COMBATENDO
O ASSÉDIO
MORAL E SEXUAL
EM AMBIENTES
DE TRABALHO

Justiça Militar

Revista Direito Militar

O TJMRS foi destaque de capa da edição 157 da revista Direito Militar, produzida pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (AMAJME). Nesta edição, a revista apresentou artigo de autoria do decano do TJM, Des. Mil. Sergio Berni de Brum, intitulado "A Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul: Uma Reflexão Histórica". A arte capa foi produzida pela ASCOM do TJMRS





www.tjmrs.jus.br



TJM

Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul



tjmrsoficial



tjmrsoficial



tjmrsoficial



tjmr.jus.br

Revista de balanço da Gestão do TJMRS 2022/2023

Responsável editorial: Jornalista Marcelo Nepomuceno
Diagramação e criação: Eduardo Severo
Estagiária de comunicação: Andressa Pufal



RELATÓRIO ANUAL 2023 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1. ESTRUTURA

- **Presidente:** Desembargador Militar Amilcar Fagundes Freitas Macedo
- **Secretário da Presidência:** Murilo Kvietinski
- **Assessor Militar:** Rafael Monteiro Costa
- **Coordenador, Padrão CC-PJ-19:** Marcelo Roberto Model Nepomuceno
- **Assistente V, Padrão CC-PJ-14:** Andreia Consoladora Vargas
- **Gratificação Especial:** Janice da Silva Sant'Ana

2. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por finalidade dar cumprimento às exigências regimentais e proporcionar, de forma transparente e eficaz, uma visão completa do funcionamento do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, durante o ano de 2023.

A Secretaria da Presidência do Tribunal de Justiça Militar, de acordo com o art. 2º do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, compreende:

- I – Secretaria da Presidência
 - a) Assessoria de Comunicação Social
 - b) Assessoria Jurídica
 - c) Assessoria Militar
 - 1) Serviço de Segurança e Núcleo de Inteligência
 - 2) Serviço de Portaria
 - 3) Serviço de Transporte

3. COMPETÊNCIA

O Gabinete da Presidência, dirigido pelo Secretário do Presidente (cargo privativo de bacharel em direito), é o órgão incumbido de prestar colaboração e assistência ao Presidente do Tribunal de Justiça Militar.

Auxiliar o expediente do Presidente, preparar atos de sua competência exclusiva, comunicar-se com os serviços do Tribunal e órgãos ou entidades, acompanhar o Presidente externamente e nas audiências, organizar registros e expedientes administrativos que se tornarem necessários, estudar e minutar temas atinentes a problemas jurídico-

administrativos, bem como desempenhar outros serviços determinados pelo Presidente, são as atribuições do cargo.

4. SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

Ao Secretário da Presidência, compete assessorar o Presidente do Tribunal nos trabalhos que lhe estão afetos e coordenar os serviços do Gabinete, devendo para tanto:

- a) minutar ou redigir a correspondência da Presidência;
- b) preparar os expedientes encaminhados ao Gabinete para serem submetidos a despacho do Presidente;
- c) preparar despachos ordenados pelo Presidente;
- d) orientar os serviços dos Oficiais de Gabinete e do Pessoal Auxiliar do Gabinete, distribuindo e fiscalizando a sua execução;
- e) assinar a correspondência comum do Gabinete;
- f) promover diligências e solicitar informações necessárias ao encaminhamento ou solução dos assuntos de competência do Gabinete;
- g) auxiliar na recepção de pessoas que tenham assuntos a tratar com o Presidente do Tribunal;
- h) dirigir e coordenar as atividades protocolares, segundo as normas em vigor;
- i) providenciar no convite e recepção de autoridades federais, estaduais e municipais, civis, militares, diplomáticas ou eclesiásticas, quando das cerimônias oficiais;
- j) dar conhecimento prévio ao Presidente do programa de solenidades e recepções a que tiver de comparecer;
- i) executar e fazer executar outras funções que lhe forem cometidas pelo Presidente, dentro da competência e finalidade do Gabinete.

Durante o decurso do ano de 2023, o Gabinete da Presidência trabalhou no gerenciamento e nas atividades jurídicas e administrativas que chegaram à presidência as organizando e assessorando o Presidente em suas decisões administrativas e jurisdicionais, minutando os atos do Presidente e organizando a gestão dos expedientes administrativos internos da instituição.

Além disso, o Gabinete da Presidência teve um papel relevante na interface com os demais poderes instituídos, estaduais e nacionais, especialmente na relação com a Assembleia Legislativa, Executivo Estadual e Poder Judiciário Nacional, onde se destacam as relações com o TJRS, TJMMG, TJMSP, STM, STJ, STF e CNJ, além de outras instituições públicas, operadores do direito e usuários da Justiça Militar em geral.

Ademais, os contatos de agendas institucionais e aproximação dos órgãos resultaram no aprimoramento das relações desta Corte Especializada com os mais diversos setores da sociedade.

Ressalta-se a participação ativa nas demandas oriundas do Conselho Nacional de Justiça, através dos acompanhamentos de cumprimentos de decisões das resoluções instituídas pelo CNJ.

No tocante ao assessoramento dos atos expedidos diretamente pela Presidência ou em conjunto com a Vice-Presidência, Corregedoria e o Colegiado do Pleno, inúmeros atos normativos foram editados, em consonância às ordens do Tribunal Pleno e norteados pelas recomendações do CNJ.

Com efeito, a execução das tarefas se deu em conformidade às determinações da Presidência, logrando o Tribunal de Justiça Militar, através do esforço de todos os setores, com a obtenção do Selo Prata no Prêmio Qualidade do CNJ.



Documento assinado eletronicamente por **Amilcar Fagundes Freitas Macedo, Desembargador Militar-Presidente**, em 07/02/2024, às 10:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0135833** e o código CRC **68AD3555**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO ANUAL - 2023

SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR

SECRETARIA DE PLENÁRIO

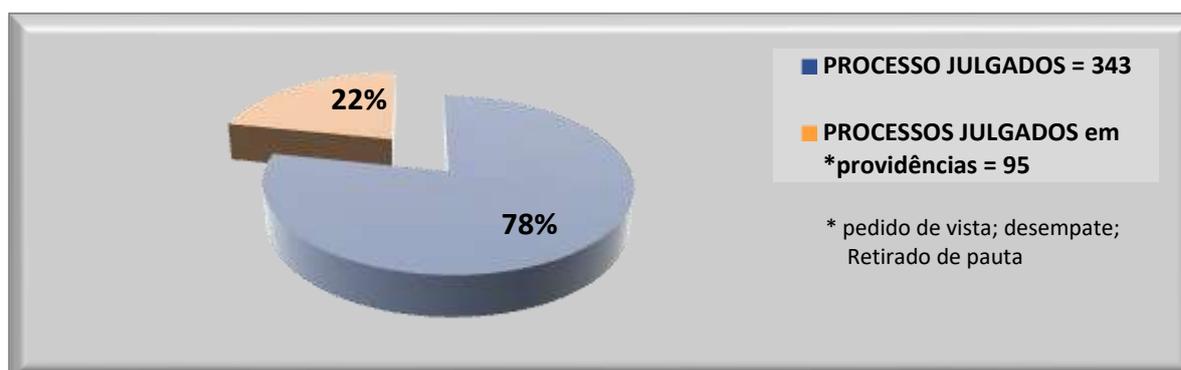
À Secretaria de Plenário compete:

- I – assessorar os Desembargadores no desempenho das atividades no Tribunal;
- II – elaborar, sob a supervisão do Desembargador-Presidente, a pauta dos trabalhos das sessões, inserindo-a nos sistemas eletrônicos vigentes;
- III – proceder à intimação dos advogados e dos defensores para as sessões de julgamento e administrativas;
- IV – secretariar as sessões de julgamento e administrativas;
- V – confeccionar as súmulas de julgamento;
- VI – lavrar as atas das sessões de julgamento e administrativas;
- VII – providenciar, após o julgamento, no imediato encaminhamento dos processos à Coordenadoria Judiciária;
- VIII – efetuar pesquisas de doutrina e jurisprudência no Tribunal ou fora dele; e IX – executar outras tarefas que lhe forem determinadas pelo Desembargador -Presidente.

Relatório das atividades desenvolvidas

No decorrer do ano de dois mil e vinte e três, o Tribunal de Justiça Militar, para a organização dos trabalhos do Pleno do Tribunal, foram elaboradas 74 (setenta e quatro) pautas com 438 (quatrocentos e trinta e oito) processos.

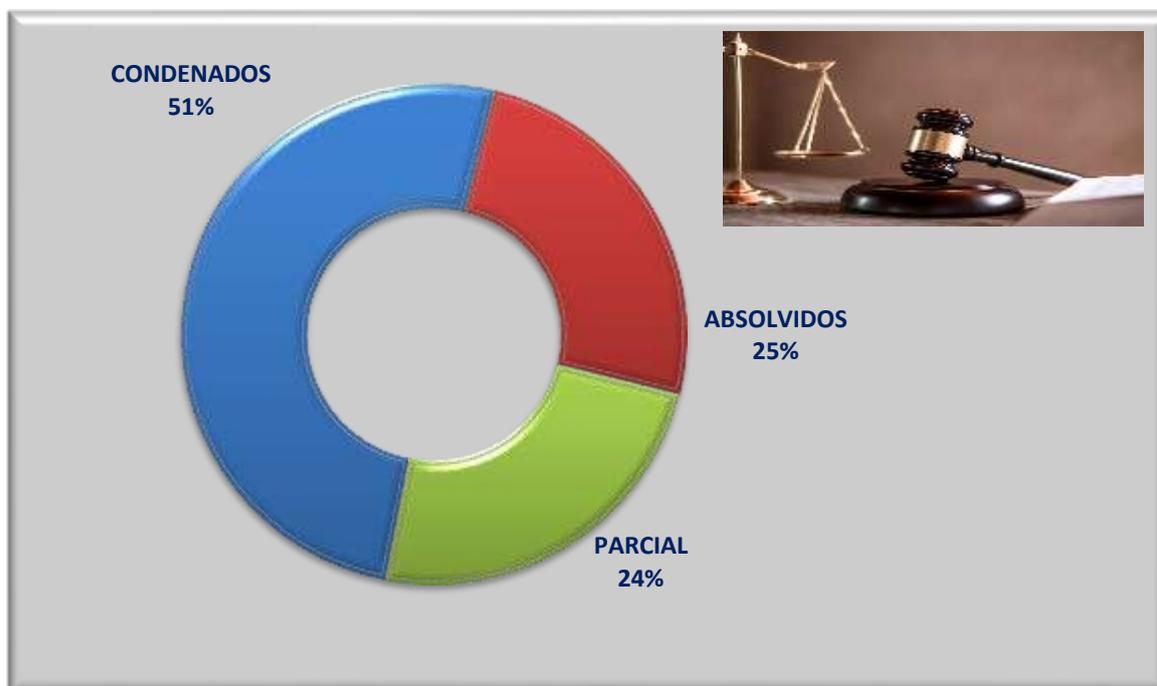
Demonstrativo 01: Processos Pautados no TJMRS no ano de 2023



Assuntos mais recorrentes nos julgados:

Assunto	Processos
Nulidade de ato administrativo	44
Lesão leve	38
Impedimento / Detenção / Prisão	29
Prevaricação	21
Habeas Corpus - Cabimento	19
Crimes do Sistema Nacional de Armas	15
Inquérito / Processo / Recurso Administrativo	14
Crimes de Trânsito	13
Violação de domicílio	11
Licenciamento / Exclusão	9
Injúria	9
Abandono de posto	9
Crimes de Tortura	8
Abuso de Poder	8
Injúria real	8
Prova Ilícita	7
Requerimento da Parte	6
Falsidade ideológica	6
Peculato	5
Crimes de Abuso de Autoridade	5
Constrangimento ilegal	5
Trancamento	5
Competência da Justiça Militar Estadual	5
Reintegração	4
Suspensão	4
Prisão Preventiva	4
Lesão Grave	4
Demais assuntos/geral - 85	

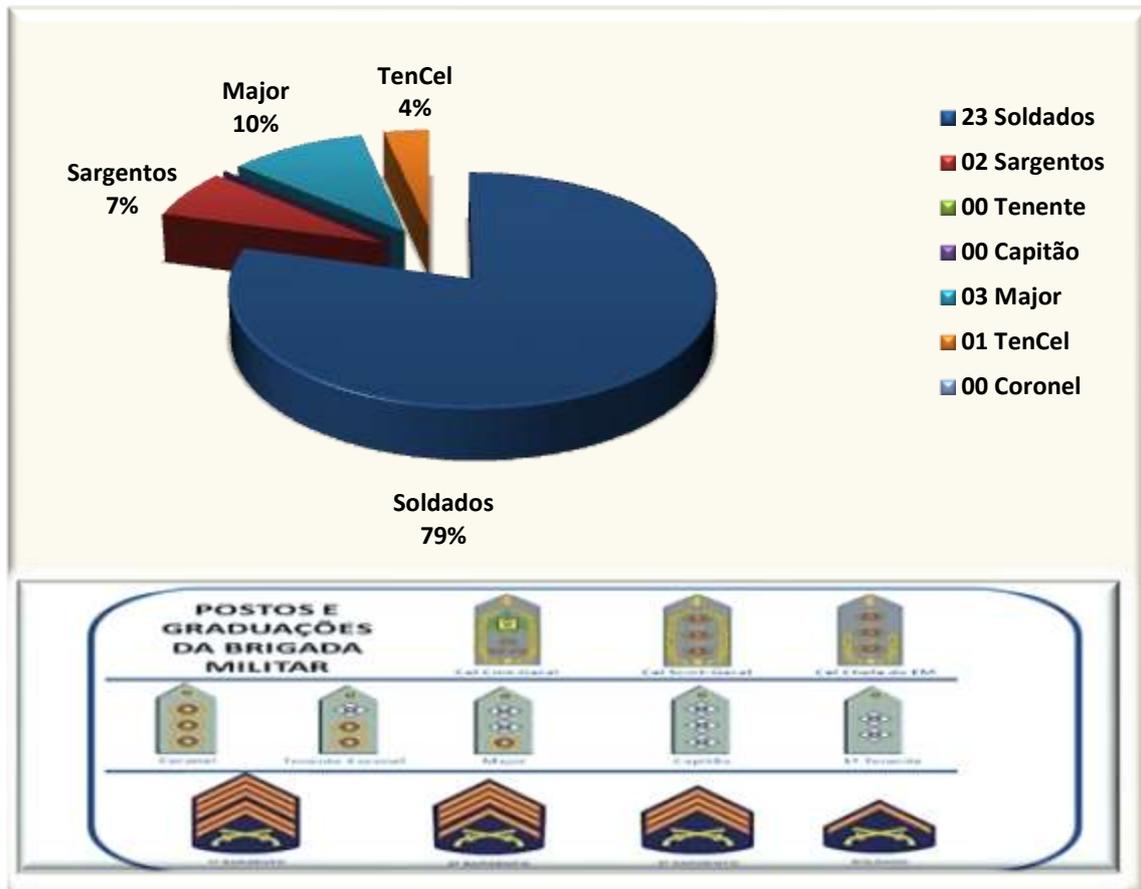
Demonstrativo 02: Acórdãos em Apelações Criminais – ano 2023



Demonstrativo 03: Ordens em Habeas Corpus Criminal – ano 2023



Demonstrativo 04: Habeas Corpus Criminal por Posto ou Graduação



A Secretaria de Plenário do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul desenvolveu neste ano de 2023, a confecção de Atas das sessões virtuais e presenciais de todos os processos, inclusive os retirados, realizando a abertura das referidas sessões. A secretária de plenário possui ainda a incumbência de verificar e confirmar as presenças dos advogados com remessa de links para a sustentação oral. Na rotina ainda se faz necessário o edital de pauta virtual; a abertura, acompanhamento e fechamento da sessão presencial e virtual; confecção de ATAs nas Sessões Administrativas prevista no Art 95 e 96 do RI/TJMRS. A publicação dos editais de pautas são realizados por este setor, com lançamento do DJe via TJ/RS.

Bárbara Regina Collares da Silva
Secretária Titular de Plenário/TJMRS

Robson José Amaral
Servidor de Secretaria/TJMRS

Porto Alegre 24 de janeiro de 2024



RELATÓRIO ANUAL DA ASSESSORIA MILITAR – 2023

Período: 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2023.

À Assessoria Militar incumbe assessorar o Presidente do Tribunal no que se refere a assuntos militares e de serviços de segurança, inteligência, portaria e transporte.

1) Funções exercidas:

- Assessoria Militar do Tribunal de Justiça Militar do RS
- Chefia do Setor de Segurança e Transportes do TJM/RS
- Coordenador do Núcleo de Inteligência
- Integrante do Núcleo de Governança Colaborativa
- Integrante da Comissão Permanente de Segurança
- Integrante da Comissão de prevenção de incêndios
- Integrante da Unidade socioambiental
- Assessoramento da Direção Geral do TJM RS em demandas administrativas deliberadas à Assessoria Militar
- Coordenação do Núcleo e Gestão Estratégica do TJMRS, em acúmulo de função.

2) Ordens de Serviço

010/AssMil/2023	26/08/2023	Viagem Município de Pedras Altas
012/AssMil/2023	12/12/2023	Viagem Município de Pedras Altas

3) Eventos

- Solenidades diversas da BM, CBM e EB.
- Solenidades diversas do TJMRS, v.g. sessão solene de aniversário da Justiça Militar do Estado (175 anos).

4) Ações realizadas

- Apoio a solicitação de magistrado relativo a audiências e envio de materiais para destruição junto ao Exército Brasileiro.
- Ações do núcleo de inteligência em apoio a demanda de magistrados e servidores (relatórios reservados).

- Em acúmulo de função, exercer a coordenação do Núcleo de Gestão Estratégica do TJMRS.

Porto Alegre, 15 de janeiro de 2023.

RAFAEL MONTEIRO COSTA – Ten Cel QOEM
Assessor Militar



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Monteiro Costa, Assessor Militar**, em 15/01/2024, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0135028** e o código CRC **B10C5192**.

TJM Justiça Militar
Estado do Rio Grande do Sul

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Marcelo Nepomuceno

Estagiária de jornalismo: Andressa Pufal

Na área de Comunicação Social, o Gabinete desenvolveu as atividades de assessoria de imprensa, cerimonial e protocolo e de produção gráfica e audiovisual, com a coordenação, execução e controle das atividades relativas à divulgação, à comunicação social, relações públicas internas e externas ao Tribunal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo presidente. À Comunicação coube ainda a coordenação operacional da equipe responsável pela compilação e sistematização dos dados do TJM referente ao Ranking Transparência do CNJ.

Produção de Conteúdo

Foram produzidas e/ou publicadas 355 matérias/notas e/ou artigos no site e/ou intranet entre os dias 1º de janeiro de 2023 e 30 de dezembro de 2023.

Lista de matérias publicadas

TOTAL: 355 PUBLICAÇÕES

JANEIRO - 17 PUBLICAÇÕES

01/01/2023	TJMRS presente na posse do Governador Eduardo Leite
05/12/2023	ASSTBM - 77 anos
06/01/2023	Magistrados do TJMRS prestigiam celebração de 77 anos da ASSTBM
08/01/2023	Judiciário do RS reitera defesa incondicional da ordem pública e do Estado Democrático de Direito
06/01/2023	Último dia do recesso forense na Justiça Militar do Rio Grande do Sul
11/01/2023	TJMRS discute canal de entrada de demandas da LGPD
12/01/2023	Encontro de Memória do Judiciário em 2023 será organizado por cinco tribunais gaúchos e terá atividades em três das instituições organizadoras
16/01/2023	Ações do PPCI entra em sua fase final – Prédio TJM

- 17/01/2023 Primeira reunião da CPAD em 2023 aprova editais de eliminação de documentos
- 17/01/2023 TJMRS presente ao ato em defesa da democracia
- 18/01/2023 Dengue: como prevenir e combater
- 18/01/2023 Senhas do Sistema CNJ Corporativo foram revogadas e usuários devem realizar procedimento para recuperação
- 18/01/2023 TJMRS realiza doação de computadores para Brigada Militar
- 19/01/2023 TJM publica Editais de Ciência de Eliminação de Documentos n.º 01, 02 e 03
- 20/01/2023 A Corregedoria-Geral da JMES instituiu seu Provimento n.º 62/2023, que organiza as ações de acompanhamento, atualização e suporte para manutenção de senhas de acesso de magistrados e servidores ao Sistema CNJ Corporativo
- 26/01/2023 80 anos de um marco histórico dos direitos trabalhistas e da Justiça do Trabalho no Brasil
- 26/01/2023 Monitoramento da Estratégia Nacional do Judiciário em pauta no TJMRS

FEVEREIRO - 17 PUBLICAÇÕES

- 01/02/2023 TJMRS presente à Sessão Solene de posse dos novos deputados estaduais
- 03/02/2023 Presidente do TJM realiza visita de cortesia a novo comandante-geral dos Bombeiros
- 03/02/2023 TJRS foi o primeiro tribunal do Brasil a reconhecer a união homoafetiva como entidade familiar
- 06/02/2023 Reta final das ações do PPCI – Prédio TJM
- 08/02/2023 Balanço das Metas do Judiciário em pauta no TJM
- 08/02/2023 TJMRS presente ao lançamento do calendário de ações dos 150 anos do Tribunal de Justiça do Estado
- 09/02/2023 Na esteira da Revolução Farroupilha, o surgimento da Justiça Militar gaúcha
- 15/02/2023 TJM discute ações do Núcleo de Gestão Estratégica e da TIC Institucional
- 16/02/2023 Justiça Militar adota plantão nos dias de carnaval
- 17/02/2023 90 anos da primeira eleição com Justiça Eleitoral e voto feminino
- 22/02/2023 Corregedoria-geral institui Provimento Nº 63/2023

- 22/02/2023 Integrantes da Rede Labs Públicos do RS realizam encontro no TJRS
- 23/02/2023 Artigo - A Justiça Militar é mais do que você imagina
- 23/02/2023 Artigo de Opinião - A Justiça Militar é mais do que você imagina
- 23/02/2023 Comissão de Inovação realiza primeira reunião em 2023
- 23/02/2023 CPAD recebe cópias de material com valor histórico
- 28/02/2023 III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário será lançado em transmissão online nesta quarta (1/3)

MARÇO - 33 PUBLICAÇÕES

- 01/03/2023 Encontro de Ouvidorias da Mulher tem reuniões preparatórias
- 01/03/2023 Ouvidor da JME realiza visita de cortesia a FASC
- 02/03/2023 Trabalho conjunto dos cinco tribunais do RS é destaque no lançamento do 3ª Encontro Nacional sobre a Memória do Poder Judiciário
- 03/03/2023 Apesar de instituída em 1941, até 1946 a Justiça do Trabalho permaneceu vinculada ao Poder Executivo
- 06/03/2023 Corregedoria-Geral de Justiça (TJRS) complementa regras de retorno ao trabalho presencial e realização de audiências no 1º grau
- 06/03/2023 Justiça Militar lança hotsite para acompanhamento do Caso Gabriel
- 08/03/2023 Dia Internacional da Mulher
- 08/03/2023 Homenagem às mulheres que integram a Justiça Militar
- 09/03/2023 Agenda - Reunião Administrativa do Pleno do TJM
- 09/03/2023 Direitos da Mulher
- 09/03/2023 Reunião técnica entre Corregedoria-Geral e Auditorias objetivando finalização dos relatórios estatísticos disponíveis no eAdmin
- 10/03/2023 Encontro de Ouvidorias da Mulher do TJRS, TJM e BM acontece na próxima terça-feira
- 15/03/2023 CPAD faz primeiro descarte de documentos para reciclagem no ano de 2023
- 15/03/2023 Encontro de Ouvidorias da Mulher
- 15/03/2023 Reunião com SMOV trata do processo de expedição do Habite-se
- 15/03/2023 TJ e TJMRS firmam termo de cooperação para gestão estratégica da inovação

- 16/03/2023 O caso do Homem Errado
- 17/03/2023 Reunião sobre Habite-se do TJM
- 20/03/2023 Presidente Amilcar recebe visita de cortesia do chefe do Estado-Maior da BM
- 20/03/2023 TJMRS presente no 1º Encontro Nacional de Bibliotecas do Poder Judiciário
- 21/03/2023 Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial
- 23/03/2023 Criação da urna eletrônica é um marco da democracia brasileira
- 24/03/2023 2ª reunião da Comissão de Inovação da JME
- 24/03/2023 Presidente Amilcar participa da solenidade de posse dos novos Promotores de Justiça do Estado
- 24/03/2023 TJM presente às solenidades de passagem de comando na BM em Canoas e Eldorado do Sul
- 24/03/2023 Tribunais Militares trabalham juntos na construção de uma tabela de temporalidade unificada para gestão documental
- 27/03/2023 Habite-se do Prédio do TJM
- 27/03/2023 JME passará a adotar a plataforma corporativa Office 365
- 29/03/2023 Live para apresentação do Office 365
- 30/03/2023 Centenário da Revolução Assisista será tema de eventos
- 30/03/2023 Juizados Especiais Federais
- 30/03/2023 TJMRS em destaque na revista Direito Militar
- 31/03/2023 TJMRS em destaque na revista Direito Militar

ABRIL – 34 PUBLICAÇÕES

- 03/04/2023 Gestão Documental e Memória da JME em destaque na Revista Unidade
- 03/04/2023 Procurador-geral de Justiça do RS e presidente da Associação do MP recebem a Ordem do Mérito Judiciário Militar
- 03/04/2023 TJMRS assina manifesto da Rede de Laboratórios Públicos do RS
- 04/04/2023 Gestão Documental e Memória da JME em destaque na Revista Unidade
- 04/04/2023 Migração para o Office 365: conteúdos de apoio

04/04/2023 Pelotas sediará eventos comemorativos ao Centenário da Revolução Assisista

04/04/2023 TJMRS lança cartilha sobre assédio em ambientes de trabalho

05/04/2023 Presidente do TJM recebe convite para a posse da diretoria da IBCM

05/04/2023 Projeto Campanha Publicitária Institucional

05/04/2023 Reunião no TJM discute atualização das tabelas processuais do CNJ

06/04/2023 A Justiça do Trabalho e a preservação da memória institucional: o papel do Memojutra

10/04/2023 Reunião com Corregedor-Geral de Justiça

11/04/2023 Reunião grupo segurança do III ENAM

12/04/2023 Justiça Militar do RS adere ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial

13/04/2023 CNJ destaca adesão do TJMRS ao Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial

13/04/2023 Depoimento Especial: 20 anos de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência no Poder Judiciário

13/04/2023 Encaminhamento do pedido de alvará de PPCI - Prédio TJM Corregedoria Geral

14/04/2023 Ouvidoria promove reunião para tratar de demandas e reforça importância da participação social na gestão administrativa

14/04/2023 Reunião com Corregedores-Gerais da JME, BM e CBM – Sorteio Eletrônico dos Juízes para comporem os Conselhos de Justiça

14/04/2023 TJM formaliza nova doação de tampas plásticas para a Kinder

15/04/2023 Nota de Pesar - falecimento da mãe de servidor do TJMRS

17/03/2023 Comissão de Inovação da JME discute projetos e parcerias em reunião

18/04/2023 Comunica JME é apresentado em reunião com laboratórios de inovação dos tribunais

18/04/2023 Jornada de Webinários Integrados do CNJ

- 18/04/2023 Novos Desembargadores tomam posse no TJRS
- 19/04/2023 Reunião da comissão do Centenário da Revolução de 1923
- 19/04/2023 Reunião encaminha edição de EBook sobre a Revolução de 1923
- 20/04/2023 A estrutura da Justiça Militar: do primeiro ao segundo grau de jurisdição
- 24/04/2023 Lideranças do Judiciário do RS reúnem-se com a ministra Rosa Weber
- 24/04/2023 TJM recebe visita de ex-procurador Sérgio Luiz Nasi
- 25/04/2023 TJRS promove pré-lançamento do documentário Olha Pra Elas
- 26/04/2023 Comitê de Saúde do TJM define ações para o próximo período
- 28/04/2023 2º Censo: Dados do questionário para a magistratura vão aprimorar a Justiça
- 28/04/2023 TJMRS realiza reunião sobre Gestão de Metas da JME

MAIO – 41 PUBLICAÇÕES

- 02/05/2023 Comissão do Centenário da Revolução de 1923 encaminha evento em Alegrete
- 03/05/2023 Comissão do Centenário da Revolução de 1923 realiza reunião em São Francisco de Assis
- 04/05/2023 III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário aborda o tema “Estruturando a memória”
- 04/05/2023 Maio Verde: TJMRS adere à campanha de prevenção ao glaucoma
- 04/05/2023 TJMRS presente ao VIII COJUD
- 05/05/2023 Justiça Militar Gaúcha na semana de combate ao assédio e à discriminação
- 05/05/2023 Notícias do habite-se prédio TJM
- 05/05/2023 Reunião grupo segurança do III ENAM
- 08/05/2023 Comissões de Enfrentamento ao Assédio na Justiça Militar do RS

08/05/2023 JME realiza círculo de diálogo sobre assédio moral e sexual

08/05/2023 TJM realiza mutirão de vacina contra o gripe

09/05/2023 Nube9 em reunião da Comissão dos ODS do Conselho Nacional de Justiça

09/05/2023 TJM promove Roda de Memória , lembrando casos históricos da justiça militar gaúcha

09/05/2023 Tribunais gaúchos e CNJ realizam encontro em Porto Alegre para promover a preservação da memória do Judiciário

10/05/2023 Cerimônia abre as atividades do III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário

10/05/2023 Evento do TJM é destaque em GZH

10/05/2023 Porto Alegre sediará o 3º Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Judiciário

11/05/2023 TJM inaugura Espaço da Memória e realiza evento sobre casos históricos da justiça militar

11/05/2023 TJM participa da comemoração de 20 anos da Ouvidoria da OAB

12/05/2023 Coordenadoria da Justiça Militar da AMB realiza reunião em Brasília

12/05/2023 III Enam divulga Carta de Porto Alegre

12/05/2023 Memória da Justiça: tribunais debatem papel do Judiciário na história nacional

12/05/2023 Ministra Rosa Weber encerra encontro enfatizando necessidade de defesa da democracia

15/05/2023 Autoridades prestigiam a inauguração de novo espaço do Memorial TRE

16/05/2023 Notícias do habite-se: Expedida certidão de área construída

16/05/2023 Presidente e Corregedor recebem homenagem do COE da Brigada Militar

16/05/2023 Concurso do TJRS para a área de tecnologia terá vagas destinadas ao Tribunal de Justiça Militar

17/05/2023 Corregedoria-Geral da JMERS faz inspeção de rotina na 4ª Auditoria Militar em Passo Fundo

- 18/05/2023 Capacitação para a excelência: Ouvidoria da Justiça Militar e da Mulher do RS em ação
- 18/05/2023 Notícias do PPCI: Implementados os últimos ajustes solicitados pelo CBM
- 18/05/2023 Presidente do TJM palestra em evento da AJURIS
- 19/05/2023 Dia da Defensoria
- 19/05/2023 Nova versão do SEI entra em operação no TJMRS
- 22/05/2023 Vídeo: Justiça Militar Gaúcha
- 22/05/2023 Abertas as inscrições para Seminário Gestão Orçamentária no Poder Judiciário
- 24/05/2023 TRE-RS outorga Medalha Moysés Vianna a personalidades gaúchas
- 25/05/2023 TJMRS adere à campanha Adotar é Amor, do Conselho Nacional de Justiça
- 25/05/2023 TJMRS realiza reunião de magistrados e servidores para discutir metas da Justiça Militar Estadual
- 29/05/2023 Plataforma do CNJ viabiliza formação contínua nas Ouvidorias da Justiça Militar do Rio Grande do Sul
- 29/05/2023 TJMRS prestigia solenidade de entrega de medalhas do Ministério Público de Contas
- 31/05/2023 Ouvidor da Justiça Militar visita Auditoria Militar de Santa Maria

JUNHO – 38 PUBLICAÇÕES

- 02/06/2023 Capacitação nas Ouvidorias da Justiça Militar é destaque no CNJ
- 02/06/2023 Presidente do TJ realiza visita institucional ao TJM
- 06/06/2023 Laboratório de inovação do TJMRS conhece o Instituto Caldeira
- 06/06/2023 TJMRS recebe convite para o XV Congresso Estadual da Magistratura
- 07/06/2023 Alexandre Saltz toma posse como Procurador-geral de Justiça do RS
- 07/06/2023 Nube9 realiza oficina de inovação

09/06/2023 TJMRS oficia OAB quanto à formação de lista sêxtupla para a vaga de desembargador militar

09/06/2023 TJMRS recebe exemplar do livro Momento Linear

12/06/2023 Administração do TJM reforça pedido para participação no censo do Poder Judiciário

12/06/2023 DIVULGAÇÃO: Inscrições abertas para concurso público de Analista e Técnico de TI do TJRS

12/06/2023 Justiça avalia resultados e inicia formulação de Metas Nacionais para 2024

12/06/2023 TJMRS se junta à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)

14/06/2023 Congresso Jurídico de Direito Militar abre exaltando a importância da Justiça Militar no Brasil

14/06/2023 TJMRS ilumina fachada em alusão ao Dia Mundial do Doador de Sangue

14/06/2023 Ação #AssédioNão 2023

15/06/2023 Centenário da Revolução de 1923 – Eventos em Alegrete

15/06/2023 TJMRS presente ao Congresso Jurídico de Direito Militar

16/06/2023 Aviso de segurança: ciclone extratropical

16/06/2023 Presidente do TJM visita 1ºBPM

19/06/2023 105 anos do Tribunal de Justiça Militar | Um dia de sessão no TJMRS

19/06/2023 Descerrada placa em homenagem ao Centenário da Revolução de 1923

19/06/2023 Nota de Pesar - falecimento de Manoelito Savaris

20/06/2023 TJMRS disponibiliza ponto para doações a afetados pelo ciclone

22/06/2023 Carta de Brasília pela igualdade de gênero no Poder Judiciário

22/06/2023 Magistrados do TRT4 visitam o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul

22/06/2023 Presidente do TJRS recebe a Medalha do Mérito Farroupilha

- 22/06/2023 Sala da Memória aberta para visitas nesta quinta e sexta-feira
- 23/06/2023 TJMRS conhece o projeto "O Rio Grande Te Escuta"
- 26/06/2023 TJMRS presente na posse da nova administração do TRF4
- 27/06/2023 Nota de pesar - falecimento do pai do servidor Rogério Haselein
- 27/06/2023 Presidente do TJMRS recebe honraria em evento de celebração dos 88 anos do Tribunal de Contas do Estado
- 28/06/2023 Círculo de diálogo sobre assédio moral e sexual na JME
- 28/06/2023 Sistema de sorteio eletrônico para Conselhos de Justiça
- 28/06/2023 TJMRS realiza Reunião de Análise Estratégica
- 29/06/2023 Dia do Ministério Público do Rio Grande do Sul
- 29/06/2023 Expedido o Alvará de PPCI do TJM
- 29/06/2023 Pleno do TJ aprova iniciativas do Tribunal de Justiça Militar
- 30/06/2023 TJMRS entrega doações destinadas à vítimas do ciclone para Defesa Civil

JULHO – 27 PUBLICAÇÕES

- 02/07/2023 Nota de pesar - falecimento ministro Sepúlveda Pertence
- 03/07/2023 Notícias do habite-se: Fase final de expedição
- 03/07/2023 TJMRS alcança integração ao CODEX
- 03/07/2023 TJMRS realiza sessão didática com alunos do Cesuca
- 04/07/2023 Administrações do TJ e TJM formalizam entrega de projetos na Assembleia Legislativa
- 04/07/2023 Comissões buscam aprimorar tratamento em casos de assédio e discriminação no Judiciário
- 05/07/2023 3ª reunião preparatória do Festlabs
- 05/07/2023 Presidente Amilcar realiza visita de cortesia ao novo comandante do CMS

06/07/2023 TJM participa do Encontro Conjunto das Escolas de Governo

06/07/2023 TJMRS recebe visita institucional da Associação dos Magistrados Brasileiros

10/07/2023 Encerramento da Consulta Pública sobre Metas do Judiciário

10/07/2023 Magistrados e servidores do TJM recebem capacitação em inovação e treinamento de laboratorista

12/07/2023 Alerta da Defesa Civil: Justiça Militar encerrará expediente às 17h30 nesta quarta (12/7)

13/07/2023 Expedido o Habite-se do TJM

14/07/2023 NOTA DE PESAR - FALECIMENTO DO JUIZ FELIPE KEUNECKE DE OLIVEIRA

17/07/2023 Divulgação: CNJ promove evento e capacitação sobre combate ao tráfico de pessoas

17/07/2023 INFORMAÇÕES - CASO GABRIEL

17/07/2023 Justiça Militar realiza círculo de diálogo para tratar da temática do assédio

18/07/2023 Divulgação: CNJ promove curso de capacitação no Sistema Eletrônico de Execução Unificado

18/07/2023 Justiça Militar participa da abertura do processo de elaboração do Orçamento do RS para 2024

19/07/2023 TJMRS inaugura Pontos de Inclusão Digital

21/07/2023 Caso Gabriel - resultado do julgamento

25/07/2023 Justiça Militar lança suas novas logomarcas

26/07/2023 Novo site do TJMRS já está no ar

27/07/2023 Nova rodada dos círculos de diálogo sobre a temática do assédio

27/07/2023 Sistema de sorteio eletrônico de juízes militares para os Conselhos de Justiça

31/07/2023 Divulgação ESMPU: Inscrições abertas para curso sobre acordo de não persecução penal militar

AGOSTO – 36 PUBLICAÇÕES

- 01/08/2023 Artigo - A Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul: Uma reflexão histórica
- 01/08/2023 Festlabs em pauta na reunião da Comissão de Inovação do TJM
- 01/08/2023 Vaga de Estágio na área de Comunicação do TJMRS
- 03/08/2023 Presidente do TJM recebe convite para o Baile de Aniversário da AJURIS
- 04/08/2023 TJMRS mantém condenação de soldado da BM por posse irregular de arma de fogo
- 07/08/2023 Câmara de Vereadores de Porto Alegre presta homenagem aos 175 anos da Justiça Militar do RS
- 07/08/2023 Trajetória de 175 anos da Justiça Militar do RS é destacada em sessão na Câmara de Vereadores de Porto Alegre
- 09/08/2023 TJMRS presente na abertura da Cidade da Advocacia
- 09/08/2023 Ebook sobre o Centenário da Revolução de 1923 traz artigo do Corregedor-Geral da Justiça Militar
- 10/08/2023 Reinauguração do Largo Coronel Octávio Frota
- 11/08/2023 Coordenadoria da Justiça Militar da AMB reúne-se em São Luís
- 11/08/2023 Dia do Magistrado e do Advogado
- 12/08/2023 Nota de Pesar - falecimento do desembargador Aymoré Roque Pottes de Mello
- 14/08/2023 CNJ reforça política e abre canais de escuta para combate à violência de gênero
- 15/08/2023 Decano da JME visita desembargador jubilado Antônio Codorniz de Oliveira
- 15/08/2023 Justiça Militar realizará Roda de Memória da Revolução de 1923
- 15/08/2023 Presidente do TJM será palestrante no 2º Congresso Internacional de Polícia Judiciária Militar

- 16/08/2023 Divulgação MPRS: Seminário 33 anos do Código de Defesa do Consumidor
- 16/08/2023 Formatura de novos guardas municipais em Canoas
- 16/08/2023 Ouvidor da JME reúne-se com comando da BM
- 17/08/2023 TJMRS presente na abertura do Congresso Internacional de Polícia Judiciária Militar
- 18/08/2023 Em Congresso Internacional, presidente do TJM aborda divulgação de conteúdo em perfis privados de policiais nas redes sociais
- 18/08/2023 NOTA DE SOLIDARIEDADE DO TJMRS
- 21/08/2023 Servidores da Justiça Militar participam de oficina de Linguagem Simples
- 21/08/2023 TJMRS realiza nova leva de doações para a Defesa Civil
- 23/08/2023 Presidente Amilcar concede entrevista ao Jornal Correio Brigadiano
- 24/08/2023 Presidente do TJM recebe galardão da Corregedoria da BM
- 25/08/2023 Corregedor-Geral da JME participa do 7º Fórum Nacional das Corregedorias
- 28/08/2023 Câmara de Porto Alegre presta homenagem ao Dia do Soldado
- 28/08/2023 Justiça Militar presente ao início das obras de restauro do Castelo Assis Brasil
- 28/08/2023 TJMRS presente às celebrações do Dia do Soldado no Exército
- 29/08/2023 Anteprojeto que cria FGs de Assessor Judiciário na JME avança no Tribunal de Justiça
- 29/08/2023 Magistrados do TJM recebem a comenda do Batalhão de Polícia e Guarda
- 29/08/2023 Ouvidor do TJMRS participa da reunião ordinária da Rede Nacional de Ouvidorias
- 30/08/2023 Divulgação MPRS: Seminário 33 anos do Código de Defesa do Consumidor
- 31/08/2023 Nota de Pesar do TJMRS

SETEMBRO – 36 PUBLICAÇÕES

01/09/2023 Magistrados do TJMRS participam da I Jornada de Direito Militar

01/09/2023 TJM prestigia solenidade de outorga do título de cidadão de Porto Alegre ao desembargador Rogerio Favretto

04/09/2023 Aprovados em concursos do TJ poderão ser aproveitados pelo TJM Institucional

04/09/2023 Automatização aprimora o acompanhamento das Metas Nacionais do Poder Judiciário

04/09/2023 Ouvidores de instituições públicas gaúchas alinham ações integradas

05/09/2023 Empossados novos Desembargadores do TJ

06/09/2023 Concurso para Superior Tribunal Militar (STM) forma comissão e edital pode sair em breve

06/09/2023 Projeto que altera matriz salarial na JME e estabelece gratificações de desenvolvimento é aprovado na CCJ da Assembleia

06/09/2023 Tribunal de Justiça Militar disponibiliza ponto de arrecadação às vítimas das cheias no RS

08/09/2023 Portal do TJMRS tem nova opção de acessibilidade

08/09/2023 TJMRS presente ao XV Congresso Estadual da Ajuris

12/09/2023 3º Fest Labs debate a Inovação no Poder Judiciário em Porto Alegre

12/09/2023 Informação - Danos causados pelo vendaval na sede do TJM

13/09/2023 Decano do TJM recebe visita do chefe do Estado Maior da Brigada Militar

13/09/2023 Doações recolhidas no TJMRS são entregues ao Governo do Estado

13/09/2023 TJMRS prestigia posse de novos promotores de justiça do RS

14/09/2023 Nota de Pesar do TJMRS - falecimento da promotora Nádia Ricachenevsky

15/09/2023 Encontro dos Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário começa no dia 18/9

15/09/2023 Ministério Público Militar disponibiliza Curso sobre a Reforma do Código Penal Militar Institucional

- 15/09/2023 Rio Grande do Sul sedia maior evento de inovação do Poder Judiciário brasileiro
- 18/09/2023 Solicitação Doação de Sangue
- 18/09/2023 TJMRS presente no maior evento sobre inovação no poder judiciário do país
- 19/09/2023 Conselho de Relações Institucionais do TJ dialoga com entidades de servidores sobre projetos que tramitam na Assembleia
- 19/09/2023 Desembargadores da JME condecorados em celebração dos 49 anos do Comando de Policiamento da Capital
- 20/09/2023 20 de setembro - Dia da Revolução Farroupilha
- 20/09/2023 Festlabs: Evento encerra celebrando a cultura da inovação na Justiça brasileira
- 21/09/2023 Divulgação CNJ: Seminário Direitos Humanos: Racismo ambiental, migrações e ações coletivas
- 21/09/2023 Divulgação CNJ: Seminário Liberdade de Imprensa
- 21/09/2023 TJMRS prestigia solenidade de posse da nova diretoria da Ajufem
- 22/09/2023 TJMRS recebe convite para o 1º Congresso Estadual de Direito Militar da OABRS
- 25/09/2023 Divulgação - Evento Escola Judicial do TRT4
- 27/09/2023 Nota pesar - falecimento da mãe de servidora do TJMRS
- 27/09/2023 TJMRS prestigia solenidade de posse do novo procurador-geral de Contas do RS
- 29/09/2023 Jornal Zero Hora repercute mudanças no Código Penal Militar
- 29/09/2023 Ministro Luís Roberto Barroso toma posse na presidência do STF e do CNJ
- 29/09/2023 TJMRS prestigia aniversário de 95 anos da IBCM
- OUTUBRO – 28 PUBLICAÇÕES**
- 03/10/2023 CNJ realiza webinar Saúde Mental e Demandas Judiciais: ações necessárias

03/10/2023 TJMRS presente ao IX Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais

04/10/2023 RS sedia 9º Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais

04/10/2023 TJMRS e TJRS implementam nova funcionalidade ao Eproc

05/10/2023 TJMRS recebe visita institucional de magistrados da Bahia e de São Paulo

09/10/2023 CNJ lança projeto Cartoons Contra a Violência

10/10/2023 Comissão de Inovação realiza primeira reunião na Sala Multiuso do TJMRS

11/10/2023 2ª auditoria em clima de Outubro Rosa

13/10/2023 TJMRS integra Fórum Interinstitucional que discutirá o uso da inteligência artificial no Judiciário

16/10/2023 Diálogo sobre convivência no ambiente escolar militar

17/10/2023 Presidente e Ouvidor do TJMRS visitam o BOPE

18/10/2023 Evento do TJM destaca centenário da revolução de 1923

19/10/2023 Projeto que altera matriz salarial na JME e estabelece gratificações irá a Plenário na Assembleia

20/10/2023 Presidente do TJM recebe convite para solenidade de 131 anos do 1º Batalhão da BM

20/10/2023 TJMRS assina termo para constituição da Rede Sul de Cooperação Judiciária

20/10/2023 TJMRS entrega nova leva de doações à Defesa Civil

24/10/2023 Projeto que realinha matriz salarial e cria gratificação a servidores do TJM é aprovado na Assembleia

24/10/2023 TJMRS presente ao lançamento do projeto “O Rio Grande te Escuta”

25/10/2023 Presidente do TJM é agraciado com a comenda do 1º Batalhão de Polícia Militar

25/10/2023 TJMRS presente ao I Congresso Estadual de Direito Militar da OABRS

26/10/2023 Decano do TJM palestra a alunos do Curso Superior de Polícia Militar

- 26/10/2023 Magistrada do TJM palestra no Seminário Internacional “A Justiça Militar Contemporânea”
- 26/10/2023 Presidente do TJM profere palestra de encerramento do I Congresso de Direito Militar da OABRS
- 26/10/2023 TJMRS participa do Seminário Internacional
- 26/10/2023 Tribunais Militares Estaduais visitam presidente do Senado
- 27/10/2023 TJMRS Inicia Implantação do Microsoft Teams
- 30/10/2023 Justiça Militar do RS participa do mutirão de atendimento das Ouvidorias em Porto Alegre
- 31/10/2023 Presidente do TJM recebe convite para a formatura do Curso Superior de Polícia Militar

NOVEMBRO – 28 PUBLICAÇÕES

- 03/11/2023 CNJ: Metas do Judiciário para 2024 entram em consulta pública
- 03/11/2023 Justiça Militar Gaúcha lança podcast para ampliar visibilidade sobre a sua atuação
- 06/11/2023 CNJ destaca lançamento do podcast da Justiça Militar do RS
- 06/11/2023 Podcast: Está no ar o primeiro episódio do Em Pauta na Justiça Militar
- 06/11/2023 Presidente do TJM realiza visita institucional a PUCRS
- 08/11/2023 TJM recebe convite para homenagem ao aniversário da BM proposta pela Grande Loja Maçônica
- 09/11/2023 Comissão de Jurisprudência do TJM apresenta a nova página de pesquisa de precedentes
- 09/11/2023 Presidente Amilcar reúne-se com Sindijus
- 10/11/2023 Museu da BM inaugura exposição fotográfica histórica
- 10/11/2023 TJMRS prestigia Fórum de Desenvolvimento da Economia Gaúcha
- 13/11/2023 Arquivo Judicial Militar recebe fitas k7 e CD de audiências da JMERS gravadas

- 13/11/2023 Equidade Racial: Pioneirismo do TJMRS em destaque no CNJ
- 13/11/2023 Presidente do TJM reúne-se com a Comissão de Direito Militar da OABRS
- 14/11/2023 JME adere ao Sistema de Agendamento de Sessões Virtuais (SASV) do TJRS
- 14/11/2023 Magistrados do TJM recebem visita do ex-comandante da BM, coronel Jeronimo Braga
- 17/11/2023 Divulgação MPM: Congresso de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário
- 17/11/2023 Justiça Militar Gaúcha lança o “Sextou contra o Assédio”
- 22/11/2023 Agenda: TJMRS homenageia 186 anos da Brigada Militar em Sessão Solene nesta 4ª feira
- 22/11/2023 Aniversário de 186 anos da Brigada Militar foi tema de sessão solene do TJMRS
- 22/11/2023 Os 175 anos da Justiça Militar Gaúcha no segundo episódio do podcast Em Pauta
- 23/11/2023 Ação de enfrentamento ao assédio na Justiça Militar é destaque da Agência CNJ
- 23/11/2023 Santa Catarina recebe II Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres
- 23/11/2023 Tribunal de Justiça Militar lança cartilha sobre Equidade Racial
- 24/11/2023 Novembro azul: TJM engajado na prevenção ao Diabetes e ao Câncer de Próstata
- 28/11/2023 No Espírito Santo, ouvidor do TJMRS participa de mesa sobre tribunais militares e as forças de segurança
- 29/11/2023 TJMRS implementa pagamento da GDI na folha de novembro
- 29/11/2023 TJMRS realiza palestra em alusão ao Dezembro Laranja
- 30/11/2023 Case de comunicação da Justiça Militar é apresentado em workshop promovido pelo TJRS

DEZEMBRO – 19 PUBLICAÇÕES

- 01/12/2023 'Sextou Contra o Assédio' promove dicas de comunicação assertiva no ambiente de trabalho
- 01/12/2023 CNJ destaca lançamento de cartilha sobre equidade racial do TJMRS
- 05/12/2023 Comissão de Participação Feminina realiza segundo encontro de 2023
- 05/12/2023 Magistrados do TJMRS no Encontro Nacional do Poder Judiciário
- 05/12/2023 Palestra no TJMRS discute prevenção ao câncer de pele
- 05/12/2023 Presidente da ASOFBM realiza visita de cortesia ao TJM
- 06/12/2023 Justiça Militar Gaúcha conquista seu nono selo no Prêmio CNJ de Qualidade
- 07/12/2023 Eleita nova administração do TJMRS
- 08/12/2023 8 de dezembro - Dia da Justiça
- 08/12/2023 Justiça Militar Estadual em regime de plantão no dia 8 de dezembro
- 09/12/2023 Desembargador Brum recebe a Ouvidora do Corpo de Bombeiros Militar
- 13/12/2023 Evento celebra os 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul
- 14/12/2023 Heróis em destaque na sessão solene dos 175 anos da JME
- 14/12/2023 Sessão Solene celebra os 175 anos da Justiça Militar do Rio Grande do Sul
- 18/12/2023 Cerimônia homenageia servidores por tempo de serviço
- 18/12/2023 Comissão de Acessibilidade realiza balanço anual e discute atividades para 2024
- 19/12/2023 Recesso Forense na Justiça Militar
- 19/12/2023 TJM formaliza promoções de servidores da Justiça Militar do Rio Grande do Sul
- 30/12/2023 Nota de Pesar - falecimento de policial militar

REDES SOCIAIS:

A Assessoria de Comunicação coordena o planejamento e a produção de conteúdo para os perfis das redes sociais do Tribunal de Justiça Militar. É responsável ainda pela produção e organização dos eventos virtuais realizados pelo TJMRS. O

Tribunal possui perfis nas seguintes redes:

X : @tjmrsocial

Instagram: @tjmrsocial

Facebook: /tjmrsocial

Youtube: /tjmrsocial

Entre os dias 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023, foram realizadas 159 postagens no Instagram, 149 no Facebook, e 13 vídeos publicados na plataforma Youtube, além das sessões de julgamento transmitidas ao vivo, cujo conteúdo também fica disponível na página do tribunal.

TJM
Justiça Militar

#SextouContraoAssédio

7 dicas
PARA MELHORAR SUA
Comunicação no Ambiente de Trabalho

SIM, É ASSÉDIO

- 1 Humilhar ou constranger
- 2 Delegar tarefas impossíveis
- 3 Gritar ou ameaçar com o colega e/ou subordinado
- 4 Ignorar ou isolar o profissional
- 5 Divulgar boatos ou dificultar promoção

#SextouContraoAssédio

TJM
Justiça Militar

TJM
Justiça Militar

Enfrentamento ao Assédio na Justiça Militar é destaque da Agência CNJ



TJM
Justiça Militar

**IGUALDADE,
CONSCIÊNCIA
E RESPEITO.**

20 DE NOVEMBRO
DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Brigada Militar
186 anos

TJM
Justiça Militar



TJM
Justiça Militar

Pioneirismo do TJMS em destaque no CNJ

#SEXTOUCONTRAASSÉDIO

COMBATENDO O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL EM AMBIENTES DE TRABALHO

TJM Justiça Militar

CARTILHA DO TJM ABORDA ASSÉDIO MORAL E SEXUAL EM AMBIENTES DE TRABALHO



TJM Justiça Militar

Comissões de Enfrentamento ao Assédio da JME

TJM Justiça Militar

175



SESSÃO SOLENE HOMENAGEIA OS 175 ANOS DA JUSTIÇA MILITAR GAÚCHA



ano de carreira, ajustes na composição dos cargos, reforço na estruturas de trabalho no nosso Tribunal e auditorias.

COMUNICADO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL MILITAR 2ª AUDITORIA

EXPEDIENTE SUSPENSO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR NESTA QUARTA, 17 DE JANEIRO



FIM DO RECESSO FORENSE



TJM Justiça Militar



Feliz Ano Novo

NOTA DE PESAR TJMRS



TJM Justiça Militar



Feliz Natal e um 2024 com tudo de melhor





III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário

Estruturando a Memória

saiba como acompanhar →

Dia do trabalhador

Justiça Militar de Rio Grande do Sul



21 de abril

Dia de Tiradentes

TJM
Justiça Militar

TJM/RS

A estrutura da Justiça Militar: do primeiro ao segundo grau de jurisdição

III ENAM Estruturando a Memória

Dia do Exército Brasileiro

19 de abril

TJM
Justiça Militar

Oportunidade

VAGA DISPONÍVEL PARA
PROGRAMADOR

CONFIRA PRÉ-REQUISITOS E CONHECIMENTOS DESEJÁVEIS

TJM Justiça Militar

TJM/RS

O Caso do Homem Errado

III ENAM Estruturando a Memória

DENTRO DE
DORIAS DA
MULHER DO
TJM e BM

14 DE MAR
8h30-14h-1

Auditório Des. Osvaldo Stef.
Palácio da Justiça - Praça da
Porto Alegre

ciência, humanidade e seg
um olhar para mulher

TJRS

Direitos da Mulher ♀

Você sabia que até a década de 60 a mulher casada precisava da **autorização do marido para trabalhar?**

Série Estruturando a Memória

CULDADE CIVIL
MULHERES

Dia Internacional da Mulher
8 de março

Myrthes Campos,
primeira mulher a exercer a advocacia no Brasil.

Justiça Militar

Justiça Militar
lança hotsite para acompanhamento do Caso Gabriel

Justiça Militar

TRT-4

Apesar de instituída em 1941, até 1946 a Justiça do Trabalho permaneceu vinculada ao Poder Executivo

III ENAM Estruturando a Memória

CBMRS
128 anos

Justiça Militar

TRE-RS

A eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, em 3 de maio de 1933, é histórica por várias razões. Entre as quais, a de ser a primeira após a instituição do voto feminino em nosso país e a após a criação da Justiça Eleitoral brasileira. O voto feminino e a Justiça Eleitoral foram inovações trazidas pelo Código Eleitoral de 1932, a certidão do nascimento da Justiça especializada em organizar as eleições.

III ENAM Estruturando a Memória

Início Vídeos Ao vivo Playlists Comunidade

Mais recentes Em alta Mais antigo

Mensagem de Fim de Ano da Presidência do TJMRS
78 visualizações • há 4 semanas

Em Pauta ep. 2 - Os 175 anos da Justiça Militar
264 visualizações • há 1 mês

Em Pauta - ep. 1 entrevista Des. Amílcar Macedo
233 visualizações • há 2 meses

Diálogo sobre convivência no ambiente escolar militar
39 visualizações • há 3 meses



III ENAM um dia na Justiça Militar do Rio Grande do Sul

34 visualizações · há 8 meses



Audiodescrição - Projeto Sessão Didática TJMRS

33 visualizações · há 9 meses



Audiodescrição - Inauguração da Ouvidoria da Mulher da Justiça Militar Gaúcha

31 visualizações · há 9 meses



Balanço do TJMRS

58 visualizações · há 1 ano



Sessão Solene em homenagem aos 185 anos da Brigada Militar

57 visualizações · há 1 ano



Tribunal de Justiça Militar recebe visita institucional da Administração do TJRS

85 visualizações · há 1 ano



Inauguração da Ouvidoria da Mulher da Justiça Militar Gaúcha

87 visualizações · há 1 ano



Vídeo de apresentação da Comissão de Inovação TJMRS

112 visualizações · há 1 ano

Podcast Em Pauta

A Assessoria de Comunicação também desenvolveu o “Em Pauta”, o podcast do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. O programa, que aborda temas ligados ao Direito Militar e à dinâmica da Corte, é mais uma ferramenta de relacionamento institucional da Justiça Militar Gaúcha. Os conteúdos podem ser acessados pelo Spotify e pelo YouTube. A realização do Em Pauta se dá a partir de parceria técnica com a equipe de Tecnologia da Informação do TJMRS.

**ESCOLA JUDICIAL MILITAR (EJM)
RELATÓRIO ANUAL 2023**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO DA ESCOLA JUDICIAL MILITAR (EJM) 2023

1. COMPOSIÇÃO:

- RODRIGO MOHR PICON – Diretor da EJM
- OLAVO GARCIA RENNERT – Coordenador Administrativo da EJM
- SÍLVIA TERESINHA CERVEIRA ROLLSING – Apoio EJMRS
- FRANCINE FELDENS – Apoio EJMRS

2. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar todas as atividades desenvolvidas pela Escola Judicial Militar do Rio Grande do Sul (EJMRS) no ano de 2023.

3. ATRIBUIÇÕES DA EJM

A Escola Judicial Militar destina-se a promover pesquisa, formação jurídica, técnica e humanística, bem como treinamento, capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada ou eventual de magistrados e servidores dos quadros de pessoal dos serviços auxiliares da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e de integrantes de instituições militares. (artigo 2º da Resolução nº 216/2018 do TJMRS).

4. REPRESENTAÇÕES DO DIRETOR DA ESCOLA:

Dentre as atribuições do Diretor da EJMRS encontra-se a de representar a mesma em eventos e em assinaturas de contratos, convênios e outros termos da espécie com entidades públicas ou privadas, de ensino e pesquisa, do país ou do exterior (artigo 2º da Resolução nº 216/2018 do TJMRS).

- A) Participação no Simpósio sobre Lei Penal e Processo Penal em Conflitos Armados: peculiaridades da Era da Informação, realizado no período de 11 a 13 de abril de 2023, presencialmente, na sede ENAJUM, em Brasília/DF;

- B) Participação do ato de entrega do convite do III ENAM, à Exma. Sra. Presidente do STF Min^a. Rosa Weber, em 20/04/2023, em Brasília/DF, representando a Presidência do TJM/RS; juntamente com os desembargadores Francisco Rossal de Araújo (presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região), Ricardo Teixeira do Valle Pereira (presidente do Tribunal Regional Federal da 4^a Região), Lizete Andreis Sebben (3^a vice-presidente do Tribunal de Justiça do RS). A reunião tratou de assuntos de interesse dos Tribunais. Entre eles, a realização conjunta de dois eventos nacionais em Porto Alegre: o III Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário (10 a 12 de maio) e o 3^o Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação (18 e 19 de setembro).



- C) Participou do Encontro da Justiça Militar da União e das Justiças Militares Estaduais, no período de 13 a 15 de junho de 2023, na sede da Câmara de Dirigentes Logistas, em Belo Horizonte/MG, a convite do Excelentíssimo Sr Presidente da Associação de Magistrados das Justiças Militares Estaduais – AMAJME. O evento é uma realização conjunta da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (Enajum), da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais (Amajme) e do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais (TJMMG).
- D) Participação da “1^a Jornada de Direito Militar UNICORP/TJBA, ENAJUM/STM, EJMSP/TJMSP, EJMRS/TJMRS, EJMMG/TJMM”, no período de 31 de agosto de 2023 a

01 de setembro de 2023, na sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul esteve representada no evento a partir da participação dos desembargadores militares Sergio Berni de Brum e Rodrigo Mohr. Os magistrados também integraram a mesa no painel intitulado “A Estabilidade das Decisões Judiciais”. Além do tema do painel, o desembargador Brum apresentou um breve histórico da JMERS destacando alguns dos marcos dessa corte que completou 175 anos em 2023.



E) Participação da solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Juízes Federais da Justiça Militar (AJUFEM), no dia 20 de setembro 2023, no Salão Águia do Clube da Aeronáutica em Brasília, representando a Presidência do TJM/RS. Além da posse, a solenidade contou com a entrega de condecorações a autoridades civis e militares. O presidente do TJMRS, desembargador militar Amilcar Macedo, foi um dos agraciados com a medalha de honra ao mérito. A honraria foi recebida pelo desembargador Mohr. Fotos: Odair Freire/STM



5. ENAM: III Encontro de Memória (ENAM)

O Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário ocorreu em Porto Alegre de 10 a 12 de maio de 2023 com o objetivo de incentivar os debates sobre Gestão de Memória nos Tribunais, além de promover a troca de experiências de profissionais das áreas de História, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, disseminando o conhecimento técnico e científico relativo a essa relevantíssima política judiciária, que abrange as presentes e futuras gerações.

O TJMRS foi um dos anfitriões em conjunto com outros Tribunais – TRT 4ª Região, TJRS, TRF 4ª Região e TRERS. O Evento com organização coletiva pela primeira vez teve como tema: “Estruturando a Memória do Poder Judiciário”. A EJMRS ficou responsável pela contratação do palestrante Professor Josemar Henriques de Melo.



Roda de Memória:
Relembrando casos históricos da Justiça Militar Gaúcha

10 de maio
dentro da programação do III ENAM

▶ Transmissão ao vivo pelo YouTube

Participantes:
Procuradora de Justiça Maria Ignez Franco Santos
Ex-Procurador de Justiça Sergio Luiz Nasí
Juíza da JME Viviane de Freitas Pereira

Mediação: Jornalista Humberto Trezzi

III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário 2023
Estruturando a memória

TJM Justiça Militar
Estado do Rio Grande do Sul



6. PROJETO SESSÕES DIDÁTICAS

A Equipe do Núcleo de Biblioteca e Memória e a Escola Judicial Militar desenvolvem o Projeto Sessões Didáticas que no ano de 2023 recebeu 22 alunos.



7. AÇÕES DE CAPACITAÇÕES: cursos de direito penal militar em EAD

A EJMRS em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) divulgou e incentivou a participação dos magistrados e servidores da JMERS no Curso em EAD “Acordo de não persecução penal militar”. Da mesma forma em junho de 2023 a EJMRS em parceria com o DIGEP/STM divulgou amplamente o Curso de Extensão em Direito Militar: trilha comum entre os magistrados, servidores e jurisdicionados da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

8. DIÁLOGO SOBRE CONVIVÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

A EJMRS, a Comissão de Enfrentamento ao Assédio e Discriminações e o Projeto de Justiça Restaurativa da JMERS promoveram a palestra “Diálogos sobre convivência no ambiente escolar militar”, em 11 de outubro de 2023, em conjunto com o MPRS que atua junto com a 2ª Auditoria da JMERS e a Brigada Militar.

9. ENCONTRO CONJUNTO DAS ESCOLAS DE GOVERNO

Promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), através da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, o Encontro Conjunto das Escolas de Governo foi realizado no Espaço Caldeira, do Instituto Caldeira, no dia 26 de junho, em Porto Alegre e contou com a participação de representantes de instituições estaduais e federais, executivos e legislativos municipais.

Sob a tônica “Vamos trabalhar em rede?”, a reunião teve como objetivo dialogar sobre a criação de uma Rede de Colaboração Conjunta, como também, promover a troca de conhecimentos e impulsionar o desenvolvimento das políticas públicas na área da educação. Participaram, pelo TJMRS, o diretor da Escola Judicial Militar, desembargador Rodrigo Mohr, e a coordenadora da biblioteca, Francine Feldens.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024.

RODRIGO MOHR PICON – DESEMBARGADOR MILITAR
DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL MILITAR

VICE- PRESIDÊNCIA

Vice-Presidente: Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva

Secretária da Vice-Presidência: Bel. Jacqueline Prates da Cunha Pires

Oficial de Gabinete: Simone Feijó Correia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA VICE-PRESIDÊNCIA

O Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, conforme disposição de seu artigo 10, estabelece que a Vice-Presidente da Corte Militar compete suceder o Presidente nos casos de vaga e substituí-lo nos casos de licença ou impedimento temporário, exercendo, ainda, cumulativamente, as funções de Corregedor-Geral da Justiça Militar, bem como atestar efetividade e despachar atos administrativos afetos à Presidência do Tribunal de Justiça Militar.

Consoante se infere do que assinalam os artigos 11 e 59, § 3º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, “ o exercício de cargo de Vice- Presidente não impede que seu titular seja contemplado na distribuição de processos e funcione como juiz”, mediante redução de 50%(cinquenta por cento) na ordem de distribuição de processos, além de deter competência para presidir as Comissões Permanentes de Jurisprudência e do Regimento Interno desta Corte Militar, isto em atenção ao disposto no artigo 42,§ único, do RITJMRS.

Além disto, a Resolução 37/2006, atribui ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar a competência para proceder ao juízo de admissibilidade dos Recursos Extraordinário e Especial, bem como para determinar o processamento de Recurso eventualmente interposto contra decisões denegatórias de seguimento.

Em solenidade de posse, realizada em 07 de fevereiro de 2022, esta Desembargadora Militar assumiu a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça Militar, desenvolvendo, nos anos de 2022 e 2023, as atividades administrativas e de

prestação jurisdicional na competência do Colegiado Pleno desta Corte, realizando juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos contra Acórdãos proferidos por este Tribunal.

No decorrer do ano de 2023 foram proferidas oitenta e cinco decisões de admissibilidade/inadmissibilidades de Recursos Especiais e Extraordinários, cíveis e criminais, conforme demonstra a seguinte tabela de amostragem do Sistema Eproc:

RECURSO ESPECIAL

1-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	0070296-69.2021.9.21.0001.
2-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	0070373-15.2020.9.21.0001.
3-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	0070576-68.2020.9.21.0003.
4-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	1000569-45.2017.9.21.0001.
5-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	1000436-60.2018.9.21.0003.
6-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	0070664-15.2020.9.21.0001.
7-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	0070511-76.2020.9.21.0002.
8-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	0071080-17.2019.9.21.0001.
9-RECURSO	ESPECIAL	EM	APELAÇÃO	CRIMINAL	Nº	0070655-16.2021.9.21.0002.

10-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070969-30.2019.9.21.0002.
11-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070956-31.2019.9.21.0002.
12-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070858-49.2019.9.21.0001.
13-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070511-76.2020.9.21.0002.
14-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070478-26.2019.9.21.0001.
15-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070456-28.2020.9.21.0002.
16-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070415-61.2020.9.21.0002.
17-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070384-41.2020.9.21.0002.
18-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070168-83.2020.9.21.0001.
19-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070356-76.2020.9.21.0001.
20-RECURSO ESPECIAL DE APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070304-77.2020.9.21.0002.
21-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070213-84.2020.9.21.0002.
22-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070178-93.2021.9.21.0001.
23-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL N° 0070170-47.2020.9.21.0003.

24-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0070161-85.2020.9.21.0003.

25-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0070033-68.2020.9.21.0002.

26-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0070664-15.2020.9.21.0001.

27-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0070083-63.2021.9.21.0001.

28-RECURSO ESPECIAL EM CORREIÇÃO PARCIAL Nº 0090020-28.2022.9.21.0000.

29-RECURSO ESPECIAL EM CORREIÇÃO PARCIAL Nº 0090016-88.2022.9.21.0000.

30-RECURSO ESPECIAL EM CORREIÇÃO PARCIAL Nº 0090014-84.2023.9.21.0000.

31-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 1000480-56.2016.9.21.0001.

32-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0090086-08.2022.9.21.0000.

33-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTE E DE NULIDADE Nº 0090080-98.2022.9.21.0000.

34-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0090044-56.2022.9.21.0000.

35-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0090028-05.2022.9.21.0000.

36-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0090024-65.2022.9.21.0000.

37-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0070683-49.2019.9.21.0003.

38-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0090080-98.2022.9.21.0000.

39-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0070117-72.2020.9.21.0001.

40-RECURSO ESPECIAL EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0090024-02.9.21.0000.

41-RECURSO ESPECIAL EM REPRESENTAÇÃO PARA PERDA DA GRADUAÇÃO Nº 1001708-74.2013.9.21.0000.

42-RECURSO ESPECIAL EM RECURSO INOMINADO MILITAR Nº 0070048-26.2023.9.21.0004.

43-RECURSO ESPECIAL EM REVISÃO CRIMINAL Nº 0090106-33.2021.9.21.0000.

44-RECURSO ESPECIAL EM SENTIDO ESTRITO Nº 0070260-84.2022.9.21.0003.

45-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0800010-38.2018.9.21.0001

46-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070826-70.2021.9.21.0002.

47-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº00070717-59.2021.9.21.0001.

48-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070722-81.2021.9.21.0001.

49-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070656-66.2019.9.21.0003.

50-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070588-54.2021.9.21.0001.

51-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CIVEL Nº 0070481-07.2021.9.21.0002.

52-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070297-54.2021.9.21.0001.

53-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0800010-38.2018.9.21.0001

54-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070120-90.2021.9.21.0001.

55-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070771-25.2021.9.21.0001.

56-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070481-07.2021.9.21.0002.

57-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070409-86.2022.9.21.0001.

58-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070229-67.2022.9.21.0002.

59-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070198-75.2021.9.21.0004.

60-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070007-38.2018.9.21.0003.

61-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070143-30.2021.9.21.0003.

62-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070141-60.2021.9.21.0003.

63-RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070114-49.2022.9.21.0001.

64-RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0090058-40.2022.9.21.0000.

65-RECURSO ESPECIAL EM AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0090002-70.2023.9.21.0000.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO:

66-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1002871-52.2014.9.21.0001.

67-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1000569-45.2017.9.21.0001.

68-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0070213-84.2020.9.21.0002.

69-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM REVISÃO CRIMINAL Nº0090106-33.2021.9.21.0000.

70-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0070161-85.2020.9.21.0003.

71-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0070033-68.2020.9.21.0002.

72-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0090058-40.2022.9.21.0000.

73-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 1000480-56.2016.9.21.0001.

74-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE Nº 0070427-41.2021.9.21.0002.

75-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM RECURSO INOMINADO MILITAR Nº 0070048-26.2023.9.21.0004.

76-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0800010-79-38.2018.9.21.0001

77--RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070056-43.2022.9.21.0002.

78-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070652-27.2022.9.21.0002.

79-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070555-30.2022.9.21.0001.

80-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070042-56.2022.9.21.0003.

81-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070036-18.2023.9.21.0002.

82-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0070157-83.2022.9.21.0001.

83-RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0070260-84.2022.9.21.0003.

RECURSO ORDINÁRIO.

84-RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS CÍVEL Nº 0090067-65.2023.9.21.0000.

85-RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 0090001-85.2023.9.21.0000.



SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório descreve as atividades desenvolvidas por esta Secretaria de Apoio Judiciário do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2023.

A *Coordenadoria Judiciária (CJ)*, neste ano, passou a integrar e desenvolver suas atividades junto a Secretaria do Órgão Julgador, realizando as demandas judiciárias e administrativas referentes aos processos de competência do Tribunal de Justiça Militar.

RELACIONAMENTOS da SECRETARIA nos PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS EPROC

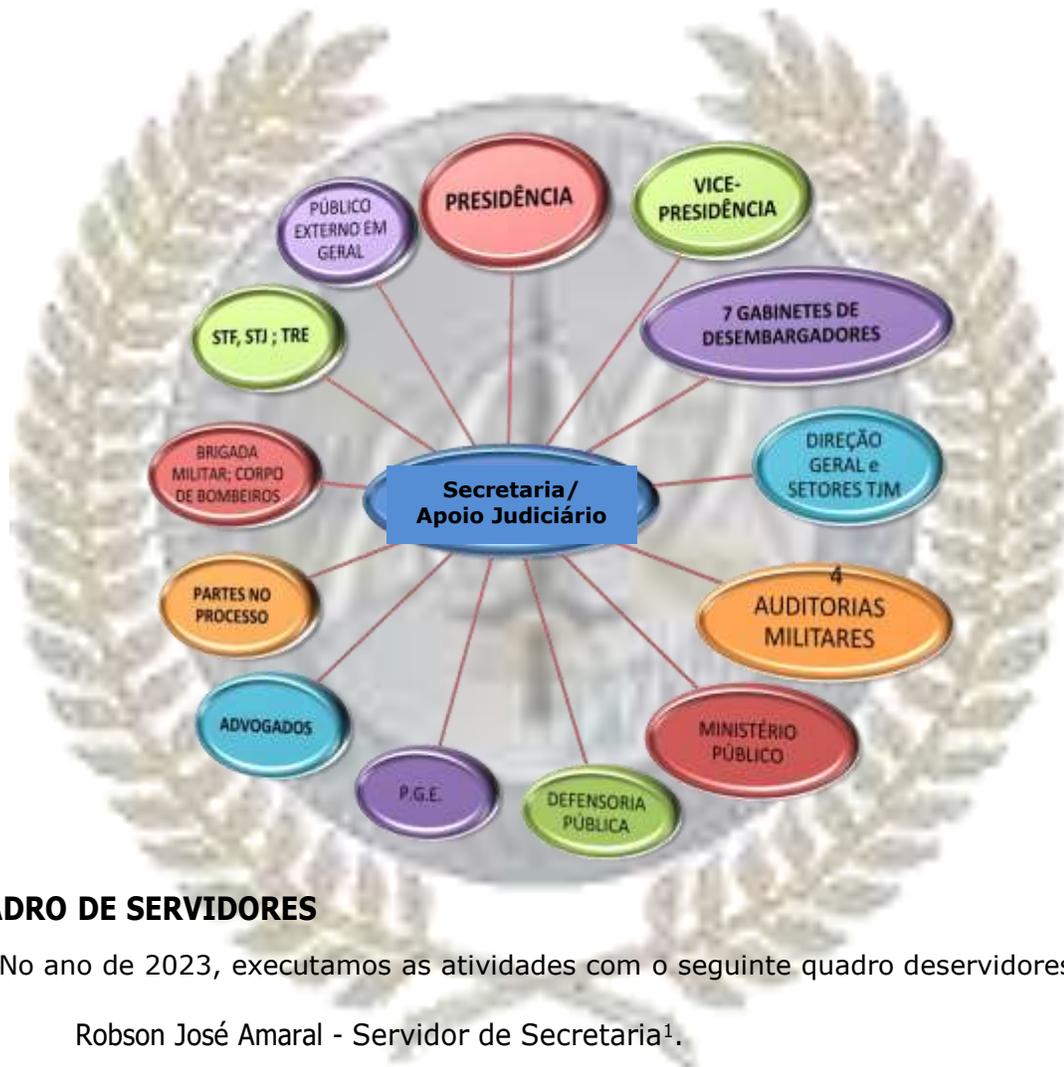




SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

RELACIONAMENTO GERAL DA SECRETARIA

(E-MAIL; MALOTE DIGITAL; TELEFONES; WHATSAPP; SEI; BALCÃO VIRTUAL; BALCÃO FÍSICO)



1. QUADRO DE SERVIDORES

No ano de 2023, executamos as atividades com o seguinte quadro deservidores:

- Robson José Amaral - Servidor de Secretaria¹.
- Edmilson Madruga Vaqueiro – Estagiário

¹ Funções/Cargos de acordo com a Lei nº7.315, de 17 de Dezembro de 1979.



SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas nesta Secretaria, durante o ano de 2023, aconteceram ordenadamente conforme especificado nos quadros que seguem em, nos quais procuramos destacar a quantidade de procedimentos/atendimentos executados, além dos atendimentos físicos neste setor; atendimentos por telefone; atendimento no balcão virtual; atendimento pelo aplicativo *whatsapp* e atendimento via e-mail, com orientações, carga de processos, controle e movimentação interna e externade feitos e processos no sistema eletrônico vigente.

3.1 DISTRIBUIÇÕES

Sistema e-Proc (processo judicial por meio eletrônico da Justiça Militar do Estado/RS)

3.1.1 Distribuições de feitos no 1º grau (e-Proc)

A rotina de distribuição, registro e processamento de feitos para as Auditorias da JME na capital é realizada nesta Secretaria, nos Inquéritos Policiais Militares, cuja portaria de instauração ocorreram até o ano de 2018.

Quando do recebimento dos feitos oriundos da Brigada Militar, Ministério Público, Justiça Comum e advogados, são procedidos a digitalização e distribuição de forma eletrônica (no e-Proc), em consonância com a Resolução nº 204 de 06/06/2018, Ato Normativo 004, nos feitos quecompreendem a circunscrição da **1ª e 2ª Auditoria**.



**SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO**

Os feitos da **Auditoria de Santa Maria e Passo Fundo** são distribuídos pelos cartórios das respectivas Auditorias.

Já os feitos com portaria de instauração a partir de 1º de janeiro de 2019, a distribuição no e-Proc ocorre diretamente pelo sistema, após terem sido inseridos pela Brigada Militar, quando então passam a ser monitorados e saneados pela Coordenadoria Judiciária.

GRÁFICO 01 – Distribuição de feitos no 1º Grau – Ano de 2023

TOTAL – 1272 PROCESSOS





SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

3.1.2 Distribuições de feitos no 2º grau (e-Proc)

No ano de 2023, as entradas de processos por distribuição ou por redistribuição totalizaram o número de 311 (trezentos e onze) feitos *novos*, processados no 2º grau, recursos que na sua maioria inseridos diretamente no sistema pelos advogados e, quando com recursos oriundos do 1º grau, a distribuição é feita por serventuário das auditorias, também diretamente no sistema.

Nesta Secretaria é feita a digitalização dos feitos que ainda tramitam de forma física ou que tenham sido protocolados diretamente neste setor (como ocorre com o *Habeas Corpus*).

3.1.3 Autuações de recursos no 2º grau por Desembargador, no e-Proc

Nos quadros abaixo, demonstramos o número de distribuições/autuações com trâmite e controle nesta Secretaria, detalhando o quantitativo por Desembargador Militar, durante o ano de 2023, com base de dados do e-proc/eAdmin.

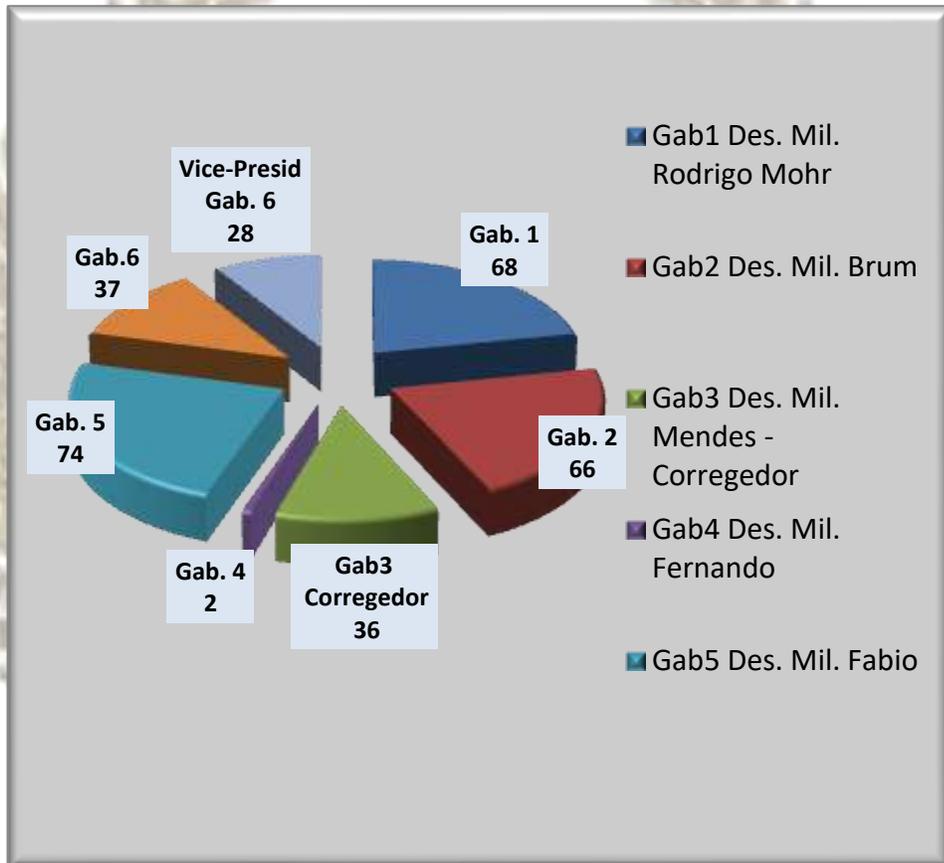
Observa-se que para o Desembargador Militar-Presidente não haverá distribuição regular a partir do dia de sua eleição até o fim do mandato para o qual foi eleito, e a distribuição ao Vice-Presidente e ao Corregedor-Geral da JME, a distribuição será reduzida em 50%, de acordo com o artigo 59, §§ 3º e 4º do RI/TJM, respectivamente.



**SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO**

GRÁFICO 02 – Distribuição de feitos 2º Grau/por Gabinete – Ano de 2023

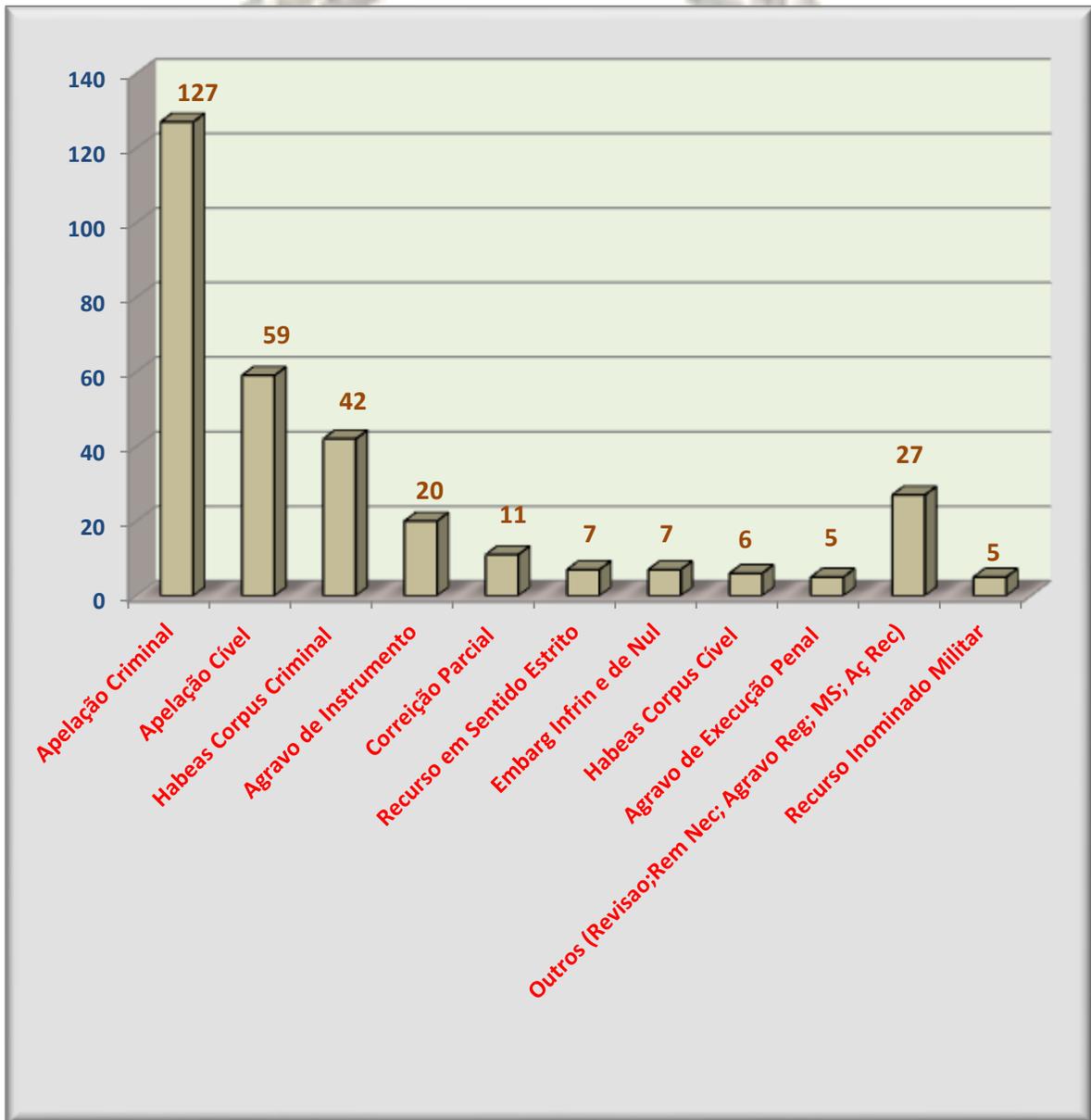
TOTAL – 311 PROCESSOS





SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

Gráfico nº 3 - Número de ocorrências por classe (311 registros)





SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

4 - Expedição de documentos

4.1 Ofícios

Os ofícios expedidos durante o ano, em grande parte referem-se a informações que dizem respeito a decisões emitidas pelo colegiado bem como informações e respostas solicitadas ou prestadas ao público externo.

Com referência as certidões fornecidas pelo Tribunal de Justiça Militar, cabe salientar que a solicitação é feita através do site do TJM, e a liberação é automática quando negativa, cabendo ao próprio solicitante fazer a impressão no local solicitado; no caso de positiva, é feito o encaminhamento para esta Secretaria, sendo a Certidão Narratória confeccionada de forma manual.

A retirada é feita no Tribunal ou em uma das auditorias, conforme requerimento do solicitante.

Cabe salientar, ainda, a emissão de certidões narratórias, atendendo solicitação da Justiça Comum e Justiça Militar da União.

As notas de expediente eram digitalizadas na Coordenadoria Judiciária, e encaminhadas para publicação no Diário de Justiça Eletrônico do Estado; **convém salientar que nos processos digitalizados no e-Proc, a intimação dos advogados e demais operadores do direito é feita direto no sistema**, quando estes já estiverem cadastrados no feito.



SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

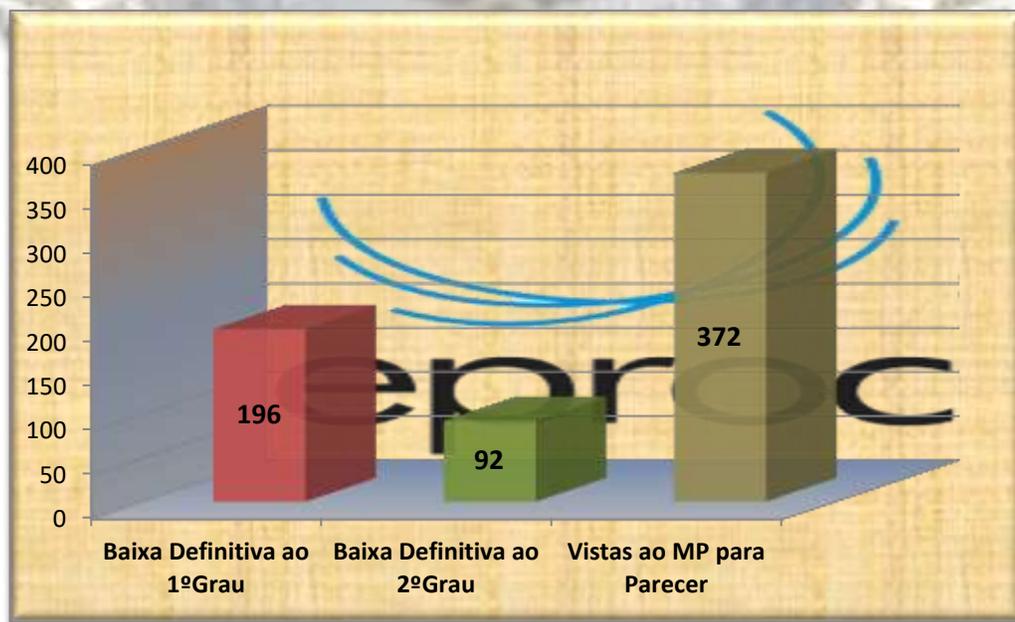
Demonstrativos Atividades realizadas na Coordenadoria Judiciária

Período: Jan/2023 à Dez/2023

Ofícios e e-mail Expedidos	790
Certidões emitidas on-line (sistema)	30479
Certidões emitidas (pesquisa e elaboração nesta Secretaria)	263
Contatos e informações via telefone e/ou aplicativo	1580*
Entrada de processos direto na Coord. Jud. para distribuição entre as Auditorias.	32
Intimações feitas - <i>eproc</i>	1645
Movimentações gerais registrados por esta Secretaria no sistema <i>eproc</i>	4244

*cálculo feito pela média de informações diárias para Advogados; partes; Brigada Militar; TJ; STJ; MP e JME/RS.

Gráfico 04 : Movimentos de Baixa (01/01/2023 à 01/01/2024)

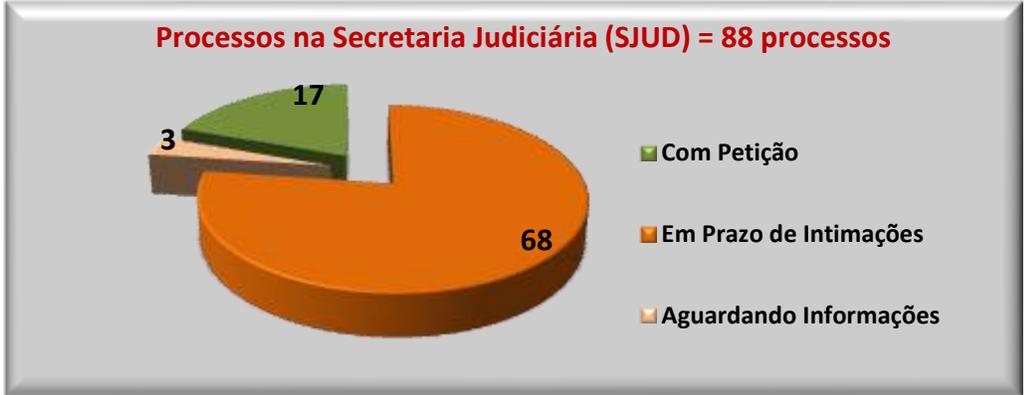
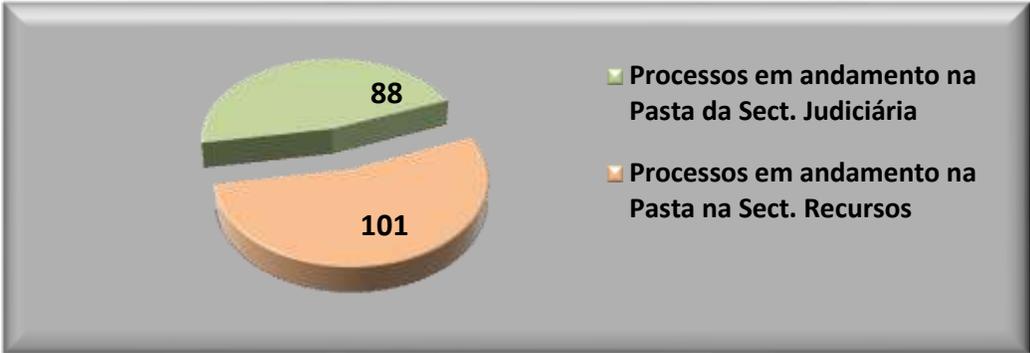




SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

Gráfico(s) 05

**SITUAÇÃO ATUAL DOS PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS
NA SECRETARIA DE APOIO JUDICIÁRIO:
EM ANDAMENTO: 189 PROCESSOS**
Atualização : 26/01/2024





**SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO**

4.1 Serviço de Arquivo

No ano de 2015, o serviço de arquivo passou para o controle da Corregedoria-Geral da JME, tendo em vista, o arquivo do Tribunal estar subordinado ao Corregedor-Geral da JME; o servidor responsável pelo arquivo passou a compor o quadro da Corregedoria.

Contudo os feitos que vão para o arquivo continuam tramitando, ou seja, são recebidos das auditorias nesta Coordenadoria Judiciária, e encaminhados à Corregedoria, de onde, após a Correição são encaminhados diretamente para o arquivo.

Número de feitos/processos físicos encaminhados por esta Coordenadoria Judiciária para o arquivo na Corregedoria Geral deste Tribunal:

De 1º Grau	1ª Auditoria – Porto Alegre	70
	2ª Auditoria – Porto Alegre	90
	Auditoria de Santa Maria	214
	Auditoria de Passo Fundo	41
De 2º Grau		15
		Total = 430



SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

4.2 Recursos remetidos a Tribunais Superiores no ano de 2023

Os recursos encaminhados aos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal) ocorrem por determinação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente do TJM/RS, sendo que, após as necessárias adequações cartorárias nesta Coordenadoria Judiciária, os processos são alocados nas respectivas plataformas de comunicação e remessa de processo: *sítio do programa Processo Eletrônico no Superior Tribunal de Justiça - i-STJ no STJ e Sistema de Peticionamento Eletrônico no STF.*

No ano de 2023 esta Secretaria realizou a movimentação de processos ao **STJ e STF**, conforme demonstrativo abaixo:





**SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO**

Média mensal de documentos emitidos

Tendo como referência os quadros acima nos quais estão elencados em quantitativo os serviços prestados, temos uma performance mensal de documentos elaborados:

- Média mensal de autuações de 2º grau = 28
- Média mensal de distribuição de 1º grau = 97
- Média mensal de ofícios confeccionados = 71
- Média mensal de ações no e-PROC = 385
- Média mensal de certidões liberadas = 2561

5 Atividades e Ações

5.1 Participação em Cursos e Eventos no ano de 2023

- Atualização Sistem eproc

5.2 Medidas adotadas que geraram economia de recursos

No ano de 2023, permanecemos com as medidas propostas pela JMECO com o intuito de economia de energia, mantendo as medidas já adotadas em anos anteriores.

Com a efetivação e consolidação do processo eletrônico e a consequente tramitação de quase 100% dos processos (restando apenas uma pequena quantidade de processos que aguardam trâmite em tribunais superiores) fez aumentar o fluxo de processos de forma virtual e reduzindo em aproximadamente 98% o consumo de papel no setor.



SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO

CONCLUSÃO:

A Coordenadoria Judiciária deste Tribunal de Justiça Militar, neste Ano de 2023, passou a ter suas atividades desenvolvidas pela atuação de sua equipe junto a **Secretaria do Órgão Julgador**, realizando as inúmeras demandas que são de sua competência, procurando atender com respostas qualificadas e de forma célere aos mais diversos questionamentos e para as mais diversas atividades desenvolvidas neste setor que foram demonstradas no corpo deste Relatório Anual.

Atividades realizadas de forma 100% presencial, mantendo atendimento pelo "Balcão Virtual", observado o disposto na Resolução nº 372 do Conselho Nacional de Justiça e PROVIMENTO Nº 48/2021-CGJM, com também o atendimento via aplicativo *whatsapp* em aparelho de telefone funcional disponibilizado à esta Secretaria, para melhor prestação de serviço neste setor.

Os resultados apresentados neste setor, pelas atividades de movimentação e controle de processos digitais, se repetiram neste ano de 2023, sempre com vistas à eficiência da prestação jurisdicional desta Justiça Especializada.



PRÊMIO
CNJ DE
QUALIDADE 2023

Selo Prata



**SECRETARIA DO ÓRGÃO JULGADOR
SECRETARIA DE PLENÁRIO & APOIO JUDICIÁRIO**

Em mais um ano de desafios, encerro este relatório reiterando agradecimentos ao apoio recebido do Sr. Diretor-Geral e de todos os setores e Gabinetes deste Tribunal, bem como das Auditorias que compõem esta Justiça Especializada.

Por fim, nosso agradecimento ao Exmº Sr. Desembargador Militar Amilcar Fagundes Freitas Macedo, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul.



PORTO ALEGRE, 26 de janeiro DE 2024.

**Robson José Amaral
Servidor de Secretaria
Secretaria do Órgão Julgador**

Elaboração e Controle: Robson José Amaral - Servidor de Secretaria.
FONTES: LIVROS E REGISTROS EXISTENTES NA COORDENADORIA DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS, TERMINAL INFORMATIZADO DA JUSTIÇA MILITAR e PLATAFORMAS UTILIZADAS NESTE SETOR:

Malote Digital PJud	Eproc	SEI	eAdmin	SEEU	SEGA	Expresso	iSTJ	PEletr STF



“A palavra é o instrumento irresistível da conquista da liberdade.” — Rui Barbosa



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2023

GESTÃO DE CONTRATOS - COMPETÊNCIAS

A gestão dos contratos de prestação de serviços continuados se faz, atualmente, de forma centralizada, ficando ao encargo do Serviço de Contratos o acompanhamento da maioria das etapas da relação contratual.

Competem ao Serviço de Contratos as seguintes atividades:

- **Termos de Contrato:** da elaboração de **minutas** padronizadas para integrar para instrução da fase interna de contratação, passando pela elaboração da versão a ser assinada, convocação dos fornecedores até **publicação** para sua efetivação;
- Manutenção do **Cadastro de fornecedores** junto ao sistema SEI;
- **Conferência de documentação instrutória**, tais como certidões negativas e declarações;
- **Acompanhamento de assinaturas** nos instrumentos contratuais, buscando soluções a dificuldades e/ou dúvidas dos fornecedores e da Administração;
- Formatação de **extratos e súmulas** a serem publicadas no DJE;
- Abertura e acompanhamento dos **Processos Eletrônicos de Fiscalização Contratual** para os Fiscais designados;
- Acompanhamento de **prazos contratuais**, visando a tempestividade das renovações, reajustes, notificações, entre outros;
- Instrução e acompanhamento dos procedimentos de **Aditivação contratual** visando alterações e/ou prorrogação dos contratos firmados;
- Instrução e acompanhamento dos procedimentos de **Apostilamento contratual** em razão de reajuste anual, Convenção Coletiva de Trabalho ou a fim de preservar o equilíbrio financeiro entre as partes;
- **Suporte aos fiscais de contrato**, estabelecendo a interface junto às empresas prestadoras de serviço para o esclarecimento de dúvidas, condução de tratativas, solicitação de adequações na execução das tarefas e demais iniciativas solicitadas pelas partes;
- Abertura e acompanhamento de processos de **Averiguação de Irregularidades na Execução Contratual**, a pedido do fiscal ou do Serviço de Orçamento, quando verificado descumprimento de cláusulas contratuais;
- Formatação e gestão de processos de contratação por meio de **Inexigibilidade de Licitação**;

- Formatação e gestão de processos de contratação por meio de **Dispensa de Licitação**;
- Formatação e gestão de processos de contratação por meio de **Adesão a Atas de Registro de Preços**;
- Gestão dos registros referentes à execução contratual na plataforma de acompanhamento de Licitações e Contratos Públicos – **LicitaCon**, do TCE/RS;
- Inclusão, no site da **Transparência**, das **Ordens de Fornecimento** expedidas;

Atividades **adicionais** a Gestão de Contratos:

- Inclusão dos relatórios referentes à **Resolução n.º 102 de 15/12/2009** sobre a Folha de Pagamento do TJMRS, por meio da plataforma *eAdmin*;
- Envio dos relatórios referentes à **Portaria n.º 63 de 17/08/2017**, que trata da remuneração dos magistrados, para o site do CNJ.

GESTÃO DE CONTRATOS EM NÚMEROS - 2023

11 (ONZE) CONTRATOS FIRMADOS EM 2023

CONTRATO Nº 001 – SEAORÇ – TJMRS/2023 - KENTA Informática S/A

Termo de Contrato para prestação de serviços de consultoria e assessoria sob demanda e desenvolvimento de software sob demanda, para o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, referente ao software DRS Audiências.

CONTRATO Nº 002 - SEAORÇ - TJMRS/2023 - BRASITUR Eventos e Turismo Ltda

Termo de Contrato para prestação de serviços de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação, endosso, cancelamento e fornecimento de passagens aéreas nacionais para a Justiça Militar do Estado do RS.

CONTRATO Nº 003 - SEAORÇ - TJMRS/2023 - BRASOFTWARE Inform. Ltda

Termo de Contrato para o fornecimento, porsubscrição, de 120 (cento e vinte) licenças de usode software tiposuitede produtividade corporativaMicrosoftOffice 365, pelo período de 37 (trinta e sete) meses, com direito de atualização, para a Justiça Militar do Estado do RS.

CONTRATO Nº 004 - SEAORÇ - TJMRS/2023 - WECOM Com. Dist. Serv. Em TI S/A

Termo de Contrato para prestação de serviços de Private Automatic Branch Exchange (PABX-Posto Privado de Comunicação Automática) em nuvem com fornecimento de equipamentos na modalidade de comodato, contratação de serviços e estrutura de Comunicação Unificada (Unified

Communication).

CONTRATO Nº 005 - SEAORÇ - TJMRS/2023 - ALGAR Telecom S/A

Termo de Contrato com empresa especializada que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para execução de serviços de telefonia com assinatura de TRONCO DIGITAL contemplando a portabilidade dos números atuais e a instalação de um entroncamento digital tecnologia SIP, com prestação de serviços de comunicação multimídia (SCM) e telefonia fixa comutada (STFC).

CONTRATO Nº 006 - SEAORÇ - TJMRS/2023 - SOUTH SOLUÇÕES LTDA - EPP

Termo de Contrato para prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de limpeza, higiene, corte de grama e limpeza de calçadas e jardins para as dependências da Auditoria Militar de Passo Fundo/RS.

CONTRATO Nº DRC 20/2023 - PROCERGS

Termo de Contrato para prestação de serviços continuados especializados de tecnologia da informação – sem dedicação exclusiva de mão de obra – serviço gerenciado suite de escritório *Microsoft Office 365* – OF3.

CONTRATO Nº 008 - SEAORÇ - TJM/RS/2023 - KENTA Informática S/A

Contrato de prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para a solução de gravação audiovisual de audiências judiciais em 05 salas que utilizam o software DRS audiências para a gravação das audiências do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e Auditorias Militares com a empresa Kenta Informática S.A.

CONTRATO Nº 009 - SEAORÇ - TJMRS/2023 - GELD Com. e Serv de Eng. Ltda

Termo de Contrato para prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarme e de Circuito Fechado de Televisão CFTV, para a Auditoria Militar de Passo Fundo/RS.

CONTRATO Nº 010- SEAORÇ - TJMRS/2023 - JK Projetos e Extintores Ltda

Termo de Contratação de empresa especializada de engenharia, para a elaboração e execução de Projeto de Alvará Plano de Prevenção Contra Incêndio (APPCI), instalação de equipamentos e execução e acompanhamento de serviços de prevenção contra incêndio, com emissão de alvará temporário para evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), FestLabs/CNJ/2023 - Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação dos Tribunais Brasileiros.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 014 - SEAORÇ - TJMRS/2023 - CANCIAN
Imóveis

Locação do imóvel situado na Avenida Nossa Senhora das Dores, nº 437, destinado ao uso e funcionamento da Auditoria Militar de Santa Maria.

26 CONTRATAÇÕES DIRETAS REALIZADAS EM 2023

DISPENSAS DE LICITAÇÃO 2023 (9 Atos de Dispensa)

EMPRESA	OBJETO
PROCERGS	Suporte Office 365
PROCERGS	HSP
ELISANGELA CABISTANY BASTOS (Serralh. Bueno)	Gradil frente prédio
PROCERGS	LEQ/IES
PROCERGS	COI
PROCERGS	CIR/ACR (SER)
CANCIAN	Locação Prédio Sta. Maria
PROCERGS	CIR/ACR (SER)

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO 2023 (17 Atos de Inexigibilidade)

EMPRESA	OBJETO
KENTA INFORMATICA S/A	Consultoria e desenvolvimento
EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JUNIOR LTDA	Assinatura Correio do Povo - 2023
NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA	Assinatura Banco de Preços - 2023
ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A	Curso advogados públicos e a nova lei de licit.
Escola da AJURIS	Curso de Mediação Prisional e Penitenciária
LEX EDITORA S.A.	Periódicos Lex Magister
TRINDADE AMADO PRODUCAO CIENTIFICA LTDA	Curso RPPS dos Servidores Públicos 2023
EMPRESA JORNALISTICA J.C. JARROS LTDA	Assinatura Jornal do Comércio - 2023
KENTA INFORMÁTICA S.A	Software DRS Audiências (05 Licenças)
Elaine Cristina Cestari (PF)	Inovação e Treinamento de Laboratoristas
RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	Assinatura Zero Hora - 2023
EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA	Periódicos Revista dos Tribunais
IOB Inf. Objet. Public. Jurid. Ltda	03 Periódicos Jurídicos
Escola da AJURIS	Workshop: Círculos de Justiça Restaurativa
AOVS Sistemas de Informática S.A.	Plataforma ALURA para empresas
One Cursos	Curso Averbação de Tempo de Serviço
Escola da AJURIS	Curso Questões Dir. Adm.

MANUTENÇÃO DE CONTRATOS 2023

DOCUMENTOS GERADOS NO PERÍODO 2023													
Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Apostilamento		<u>1</u>		<u>2</u>	<u>3</u>		<u>2</u>		<u>1</u>	<u>4</u>			<u>13</u>
Atestado da Despesa	<u>1</u>												<u>1</u>
Ato de Dispensa de Licitação			<u>1</u>							<u>4</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>8</u>
Contrato	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>2</u>			<u>1</u>	<u>1</u>		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>13</u>
E-mail				<u>1</u>				<u>2</u>	<u>1</u>				<u>4</u>
Encaminhamento	<u>15</u>	<u>25</u>	<u>18</u>	<u>23</u>	<u>36</u>	<u>19</u>	<u>32</u>	<u>19</u>	<u>13</u>	<u>45</u>	<u>27</u>	<u>14</u>	<u>286</u>
Extrato Contrato			<u>1</u>	<u>2</u>					<u>1</u>				<u>4</u>
Extrato Termo Aditivo			<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>			<u>1</u>		<u>1</u>	<u>2</u>		<u>7</u>
Inexigibilidade de Licitação	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>2</u>		<u>2</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>17</u>
Informação	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>3</u>		<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>31</u>
Memorando			<u>1</u>										<u>1</u>
Notificação	<u>1</u>	<u>2</u>											<u>3</u>
Ofício		<u>3</u>			<u>1</u>					<u>1</u>			<u>5</u>
Ordem de Fornecimento de Bens e/ou Serviços	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>4</u>		<u>1</u>	<u>3</u>	<u>4</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>4</u>		<u>28</u>
Publicação	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>5</u>	<u>7</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>6</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>43</u>
Requerimento					<u>1</u>								<u>1</u>
Termo Aditivo	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>		<u>1</u>	<u>3</u>		<u>2</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>19</u>
Termo de Abertura	<u>3</u>	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>1</u>		<u>26</u>
Termo de encerramento	<u>2</u>		<u>3</u>			<u>1</u>	<u>1</u>		<u>1</u>	<u>1</u>			<u>9</u>
TOTAL:	<u>39</u>	<u>53</u>	<u>41</u>	<u>39</u>	<u>57</u>	<u>37</u>	<u>55</u>	<u>31</u>	<u>26</u>	<u>75</u>	<u>41</u>	<u>25</u>	<u>519</u>

25 (VINTE E CINCO) ORDENS DE FORNECIMENTO EMITIDAS EM 2023

1. Prestação dos serviços de conserto e pintura do gradil frontal do TJM.
2. PÓLIS - Treinamento Ambiente GRP do Sistema de Controle de Materiais envolvendo os módulos de Almoxarifado e Patrimônio.
3. Assinatura IOB - Revista Jurídica, Revista Síntese de DC e PC e Revista Síntese de DP e PP.
4. Plataforma Alura.
5. Contratação de empresa para a elaboração e execução de APPCI para Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação dos Tribunais Brasileiros.
6. GELD - Fornecimento de sistema de vídeo monitoramento de Circuito Fechado de TV para o TJMRS.
7. Assinatura Revista dos Tribunais, Revista de Processo e Revista Brasileira de Ciências Criminais.
8. Púlpito básico em acrílico cristal.
9. KENTA - Serviços de Suporte Técnico e Atualização para DRS Audiências.

10. Assinatura do periódico Zero Hora (impr. + digit.).
11. Assinatura das Revistas Brasileira de Direitos Humanos e Lex de Criminologia & Vitimologia, formato físico e eletrônico.
12. Assinatura do periódico Jornal do Comércio (impr. + digit.).
13. Curso do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos - Edição 2023 - EAD.
14. Medalhas comemorativas.
15. SOUTH - Serviços de limpeza e higienização em Passo Fundo - 01 posto.
16. Bando de Preços - Plus.
17. KENTA - Desenvolvimento de software.
18. Assinatura do periódico Correio do Povo (impr. + digit.).
19. WECOM - Serviços de PABX em nuvem com fornecimento de equipamentos em comodato.
20. Material de Higiene (papel toalha).
21. Material de Higiene (guardanapo de papel e papel higiênico).
22. Material de Consumo (café, açúcar, água, copos plásticos).
23. 120 licenças Microsoft Office 365.
24. Sollicita Pro - Básico.
25. KENTA - Consultoria e Desenvolvimento.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Freitas de Almeida, Servidor**, em 31/01/2024, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigues Velho, Analista do Poder Judiciário - JME**, em 18/03/2024, às 10:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjms.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0136195** e o código CRC **979D0FDB**.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO ANUAL 2023

Serviço de Recursos Humanos da Coordenadoria Administrativa

I - INTRODUÇÃO

O Serviço de Recursos Humanos executou durante o ano de 2023 atividades de administração de recursos humanos de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça Militar e das Auditorias Militares, além de prestar suporte técnico e administrativo à Coordenadoria Administrativa e à Direção-Geral do TJM nas questões que lhes são afetas, bem como exerceu as competências estabelecidas no Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar.

II – DESENVOLVIMENTO

As atividades exercidas pelo Serviço de Recursos Humanos durante o ano de 2023 estão demonstradas na planilha que segue:

Processos gerados no período	120
Processos com tramitação no período	384
Processos com andamento fechado na unidade ao final do período	379
Tempos médios de tramitação no período	2d, 14h, 10m, 22s
Documentos gerados no período	859
Documentos externos no período	549
Planilhas publicadas no portal da transparência	168

Especificação dos documentos gerados em 2023:

ATIVIDADE	TOTAL
Ata	01
Atestado da Despesa	08
Ato Normativo	02
Certidão	167
Declaração	02
Emenda Regimental	01
Encaminhamento	301

Informação	14
Mapa de Efetividade	46
Nota de Expediente	32
Ofício	127
Ordem de Serviço	02
Plano de Férias	02
Portaria	131
Publicação	05
Requerimento	01
Resolução	15
Termo de Encerramento	02
Total de Atividades	859

III - Outras atividades realizadas pelo Serviço de Recursos Humanos:

- Efetivou a contratação e renovação/rescisão de Termos de Compromisso de Estágio de todos os estagiários da Justiça Militar do Estado, mantendo contato direto com o Agente de Integração de Estágios – CIEE;
- Realizou o fechamento mensal da folha de pagamento dos estagiários da Justiça Militar do Estado;
- Preparou o Plano de Férias 2024 dos servidores do primeiro e do segundo grau da Justiça Militar e atualizou o Plano de Férias 2023 durante todo o ano, conforme as alterações solicitadas pelas chefias imediatas, totalizando 66 alterações;
- Preparou o plano de férias para 2024 dos magistrados do primeiro e do segundo grau da Justiça Militar e atualizou o Plano de Férias 2023 durante todo o ano, conforme as solicitações;
- Processou todas as informações referentes à efetividade dos servidores no Sistema de Recursos Humanos do Estado em trabalho conjunto com a folha de pagamento do DIGEP-TJRS;
- Manteve arquivada e atualizada a documentação funcional referente a magistrados e servidores do primeiro e do segundo grau;
- Elaborou e auxiliou na revisão e expedição dos atos administrativos do TJM;
- Estudou e informou a concessão de direitos e vantagens a magistrados e servidores do Tribunal e das Auditorias Militares,
- Inseriu no site do Tribunal de Justiça Militar Portarias, Resoluções e Notas de Expediente expedidas;
- Efetivou o processo de ingresso de 07 (sete) novos servidores na Justiça Militar do Estado;

- Efetuou o processo de implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho dos servidores efetivos, com base na Lei 15.945/2023 e Resolução TJMRS nº 294/2023, em conjunto com a Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como a implantação da progressão dos servidores efetivos no Sistema de Recursos Humanos.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Marchiori Schmidt, Servidor**, em 26/01/2024, às 12:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lisiane da Silveira Daniel, Servidora**, em 29/01/2024, às 12:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0136061** e o código CRC **54FE9460**.

Setor de Material

Direção-Geral / Coordenadoria Administrativa / Serviço de Material

Servidores que compõem o Serviço de Material e Patrimônio:

1. Carlos Cesar Avila
2. Cássio Garcia Lacerda
3. Irton Queledi de Oliveira
4. Júlio César da Silva Santos
5. Laigner Maderson da Cunha
6. Luciano Bitencourt Alves

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE MATERIAL:

1. Atender o Tribunal de Justiça Militar, 1ª e a 2ª Auditorias da Capital e as Auditorias 3ª de Santa Maria e 4ª de Passo Fundo, nos serviços de manutenção predial, conservação predial e limpeza, distribuição de material de consumo e patrimonial.
2. O setor de Material é reponsável em orçar, adquirir, armazenar, controlar, conservar e distribuir os bens permanentes e de consumo, visando a suprir as necessidades do TJMERS.
3. É responsável pelo controle da saída dos materiais de consumo (expediente, higiene e limpeza e suprimentos de informática) do almoxarifado para todos os setores do TJMERS, bem como a confecção de mapas mensais de controle de materiais de consumo enviando aos setores responsáveis para este controle.
4. É responsável pelo controle patrimonial da carga, descarga, movimentação e doação de materiais permanentes novos e usados do TJMERS e suas Auditorias.
5. Executa o controle de renovação e execução dos contratos das empresas prestadoras de serviços terciarizados (manutenção de ar condicionado, manutenção elevador, limpeza do prédio TJMERS e Auditorias e dedetização e higienização caixa d'agua TJMERS).
6. **Foi tramitado um total de 2.796 (dois mil setecentos e noventa e seis) processos conforme numeração extraída do SEI 2023 pelo setor de materiais.**
7. Aquisição do Sistema Polis Thema para acompanhamento e controle da carga patrimonial do TJMERS.
8. Elaboração de processo SEI nº 9.2023.0700.000954-6 em 25/07/2023 para contratação de empresa com emissão de alvará temporária (APPCI) para o evento FestLabs/CNJ2023 ocorrido nos dias 18 e 19/09/2023 no Centro de Eventos Barra Shopping Sul compreendendo as seguintes atividades:

- a. Solicitação de orçamentos.
 - b. Elaboração mapa comparativo.
 - c. Termo de referencia com uma complexidade e características específicas de documentos.
 - d. Visita no local para supervisão e vistorias e requisitos legais para liberação do Corpo de Bombeiros.
9. Elaboração de processo SEI nº 9.2023.0700.000109-0 em 31/10/2023 no valor de R\$ 163.590,00, para aquisição de veiculo novo para o TJMRS, realizado pelo setor de materias com as seguintes atividades:
- a. Solicitação de orçamentos para Empresas.
 - b. Confeccionado Mapa Comparativo.
 - c. Confeccionado o termo de referência com todas as características específicas para o modelo de veiculo com uma complexidade documental.

Carlos Cesar Avila
Setor de Material



**RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2023
SERVIÇO DE LICITAÇÕES**

O Serviço de Licitações tem por incumbência a coordenação operacional da execução e monitoramento das Aquisições do TJMRS com disputa (Pregão e Cotação Eletrônica), e alimentação das informações sobre licitações para órgãos de controle externo e ampla divulgação no portal transparência. Abaixo segue análise qualitativa e quantitativa:

Pregões Eletrônicos - 2023				Barra de Tramitação												Resultado	
Nº	Descrição	Lote		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
0029.2023.0700.001169-2	Aquisição de material de expediente para atender demanda da Corregedoria da Justiça Militar/RS, setor dos arquivos, conforme as especificações.	LOTE ÚNICO															Não Concluído (Adjudicação aguardando homologação)
0039.2023.0700.000109-0	Aquisição de 01 (um) veículo (sedan-médio premium) automotor, zero quilômetro, ano de fabricação 2022 ou superior, junto às fabricantes e/ou concessionárias. (LOTE ÚNICO)																Fracasso (Preços acima do valor de Referência)
0049.2023.0700.000318-1	LOTE 01: Guardanapo de papel																Adquirido
	LOTE 02: Papel toalha mecha, em bobina. Medida: 0,20x300M, na cor branca.																Adquirido
	LOTE 03: Papel higiênico, branco																Adquirido
	LOTE 04: Refil com sabonete líquido, 800 ml, para saboneteira dosadora																Adquirido
	LOTE 05: Detergente líquido para a lavagem de louças, com tenso ativo biodegradável																Adquirido
	LOTE 06: Esponja dupla-face multiuso, pequena.																Adquirido
	Contratação de LOTE 07: Toner p/ impressora HP 12 A																Adquirido
	Empresa para fornecimento LOTE 08: Toner HP CB540A p/ impressora HP Laser Jet CP1215, CM1312, CP1515 e CP1518.																Adquirido
	Materiais de Consumo e LOTE 09: Toner HP CB541A p/ impressora HP Laser Jet CP1215, CM1312, CP1515 e CP1518																Adquirido
	para a Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul. LOTE 10: Toner HP CF400X p/ impressora HP Laser Jet 201X																Adquirido
	Permanentes LOTE 11: Toner HPCC530A p/ impressora HP Laser Jet CP2025D, CM2320MFP.																Adquirido
	LOTE 12: Toner HPCC531A p/ impressora HP Laser																Adquirido
	LOTE 13: Toner impressora HP laserjet																Adquirido
	LOTE 14: Papel ofício A4, 210 x 297 mm – 75g/m2																Adquirido
	LOTE 15: Papel ofício A4, 210 x 297 mm – 75g/m2																Adquirido
	LOTE 16: Pilha alcalina, pequena "AA", 1/5 v.																Adquirido
	LOTE 17: Pilha alcalina, palito "AAA", 1/5 v.																Adquirido
	LOTE 18: Bateria alcalina																Adquirido
	LOTE 19: Água mineral, natural sem gás, frasco de 500 ml																Adquirido
	LOTE 20: Água mineral, natural com gás, frasco de 500 ml																Adquirido
0059.2023.0700.000846-9	Contratação de empresa(s) especializada(s) para a renovação da licença da solução de antivírus Kaspersky End Point Security pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo atualização de versões e suporte, visando atender às necessidades do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJM/RS, da 1ª Auditoria Militar, da 2ª Auditoria Militar, da Auditoria Militar de Santa Maria e da Auditoria Militar de Passo Fundo, de acordo com as condições especificadas no Termo de Referência. (LOTE ÚNICO)																Fase Externa (Licitação) Fracasso Pregoeiro desclassificado a empresa base não parece técnico
0069.2023.0700.000109-0	Aquisição de 01 (um) veículo (sedan-médio premium) automotor, zero quilômetro, ano de fabricação 2022 ou superior, junto às fabricantes e/ou concessionárias. (LOTE ÚNICO) (2ª Edição do Pregão 002/2023)																Adquirido

Cotações Eletrônicas				Barra de Tramitação												Resultado	
Nº	Descrição	Lote		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
19.2022.0700.000638-9	Aquisição de 100 (cem) medalhas diversas, visando atender necessidades do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJM/RS. (LOTE ÚNICO)																Deserto (Sem comparecimento)
29.2022.0700.000638-9	Aquisição de 100 (cem) medalhas diversas, visando atender necessidades do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJM/RS. (LOTE ÚNICO) (2ª EDIÇÃO DO CEP 002/2023)																Adquirido

39.2023.0700.000954-6	Elaboração e execução de Projeto de ALVARÁ PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO (APPCI), instalação de equipamentos e execução e acompanhamento de serviços de prevenção contra incêndio, com emissão de alvará temporário para evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), FestLabs/CNJ/2023; (LOTE ÚNICO)		Fracassado (Preços acima do valor de Referência)
49.2023.0700.000954-6	Elaboração e execução de Projeto de ALVARÁ PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO (APPCI), instalação de equipamentos e execução e acompanhamento de serviços de prevenção contra incêndio, com emissão de alvará temporário para evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), FestLabs/CNJ/2023; (LOTE ÚNICO) (2ª EDIÇÃO DO CEP 003/2023)		Fracassado (Preços acima do valor de Referência)
59.2023.0700.000954-6	Elaboração e execução de Projeto de ALVARÁ PLANO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO (APPCI), instalação de equipamentos e execução e acompanhamento de serviços de prevenção contra incêndio, com emissão de alvará temporário para evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), FestLabs/CNJ/2023; (LOTE ÚNICO) (3ª EDIÇÃO DO CEP 003/2023)		Adquirido

Legenda:

Fase Interna - Unidade Técnica Requisitante

Fase Interna - Serviço de Licitações

Fase Externa

Foram **10 (dez) editais** publicados, totalizando **29 (vinte e nove) lotes**, sendo adquiridos **23 (vinte e três)** até a presente data.

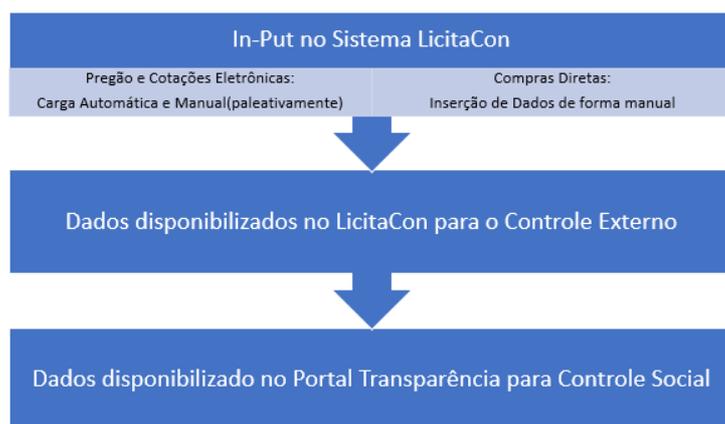
Todos os procedimentos licitatórios e realizados pelo Tribunal devem ser relatados em dois sítios distintos: o sistema **LicitaCon**, do Tribunal de Contas do Estado e o **Portal da Transparência** do Tribunal de Justiça Militar.

Para alimentar o sistema LicitaCon, existem duas modalidades: via **sistema WEB**, na qual as informações são inseridas manualmente pelo operador e via **e-Validador**, na qual o sistema cria pacotes de informação coletadas do sistema de licitações Pregão *Online Bannisul* que são enviadas e processadas pelo LicitaCon para alimentar seu bando de dados.

O sistema WEB é utilizado para o cadastro das compras feitas sem licitação, como dispensas, inexigibilidades, adesão a atas de registro de preço e licitações compartilhadas em que a JME não é o gestor da licitação.

O sistema e-Validador é uma forma mais prática de fornecer informações ao Licitacon, porém, em razão de algumas dificuldades técnicas ocorridas em 2021, algumas informações referentes a licitações foram também, em parte, inseridas manualmente via sistema WEB.

Para a inserção de dados no Portal da Transparência do *site* do TJM, a partir de 2019, o Setor de Licitações & Contratos se utiliza de hiperlinks que levam o usuário do Portal Transparência do TJM diretamente o sistema LicitaCon Cidadão do TCE, tendo amplo acesso às licitações e contratos cadastros naquele sistema. Tal medida eliminou o retrabalho ocasionado pela necessidade de alimentar dois sistemas distintos, o fluxo de trabalho fica resumido conforme abaixo:



No Serviço de Licitações, existe a rotina semanal de alimentação destas informações para atendimento da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13/2017 – TCE/RS [1], bem como servir de base para o trabalho da gestão de contratos, que também tem a determinação de alimentar as informações contratuais no LicitaCon, sendo obrigatório o cadastro da licitação ou compra direta que originou o contrato.

[1] Dispõe sobre os prazos e demais regras técnicas relativas à alimentação do Sistema de Licitações e Contratos - LicitaCon pelos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigues Velho, Analista do Poder Judiciário - JME**, em 20/02/2024, às 18:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ângela Maria Batista de Aguiar, Pregoeira**, em 21/02/2024, às 09:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjms.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0136659** e o código CRC **30A3142C**.

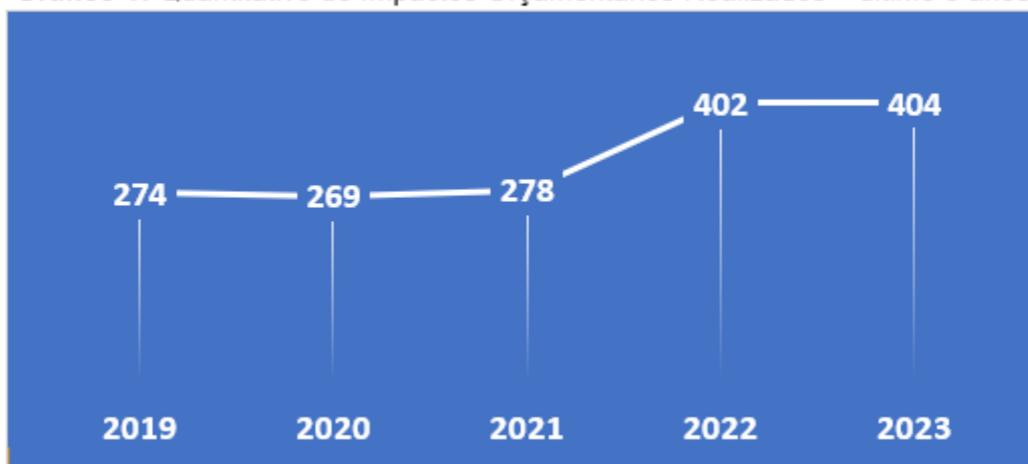


RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2023 SERVIÇO DE ORÇAMENTO

Com atribuições de planejamento ao controle da execução orçamentária do Tribunal, realiza - com exceção da atividade de tesouraria e da execução orçamentária da folha de pagamento - toda tramitação orçamentária necessária à manutenção das atividades da Justiça Militar Estadual.

Execução Orçamentária – Impactos Orçamentários

Gráfico 1: Quantitativo de Impactos Orçamentários Realizados – último 5 anos



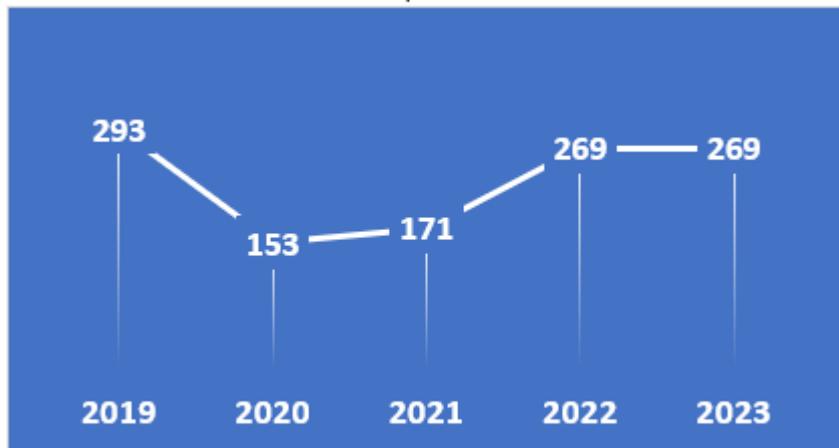
Fonte: SEFAZ/FPE

As solicitações visam manter despesas já comprometidas ou avaliar a viabilidade de novas aquisições/contratações. A reserva orçamentária prévia torna-se mais segura e eficiente para a gestão orçamentária, sendo efetivadas após a deliberação administrativa do dispêndio.

O processo inclui atividades como o enquadramento da despesa na estrutura programática-funcional, a estimativa segura do gasto planejado, a elaboração de informações técnicas para evidenciar o método de estimativa e o impacto no orçamento, e, após deliberação positiva, o registro no sistema FPE e a emissão de relatório para comprovar a reserva.

Execução Orçamentária – Empenhos Solicitados

Gráfico 2: Quantitativo de Empenho Realizados – último 5 anos



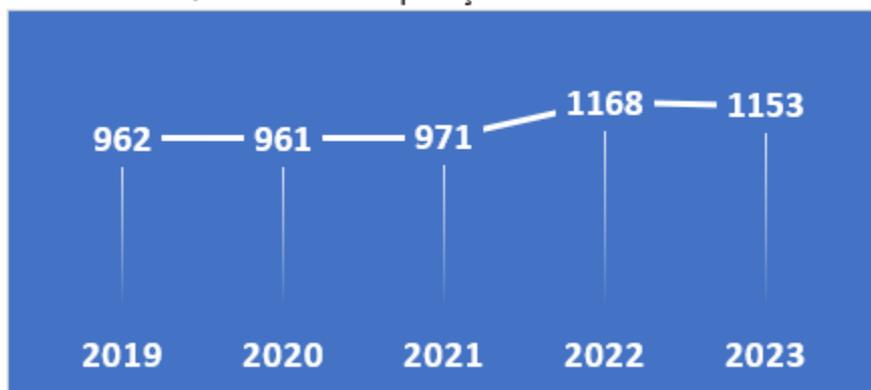
Fonte: SEFAZ/FPE

Os empenhos são resultantes de licitações, formalização contratual/aditivos ou compras diretas (exceto pronto pagamento), com as seguintes atividades:

- Detalhamento da despesa na estrutura programática e funcional;
- Verificação da dotação orçamentária, considerando a possibilidade de créditos adicionais por remanejamento;
- Análise da despesa no contrato para determinar o tipo de empenho mais adequado à gestão orçamentária;
- Verificação da regularidade fiscal da empresa, incluindo certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas;
- Alimentação do sistema FPE para formalização, ordenamento e emissão da nota de empenho pela CAGE/RS.

Execução Orçamentária – Liquidações Solicitadas

Gráfico 3: Quantitativo de liquidações realizadas – último 5 anos



Fonte: SEFAZ/FPE

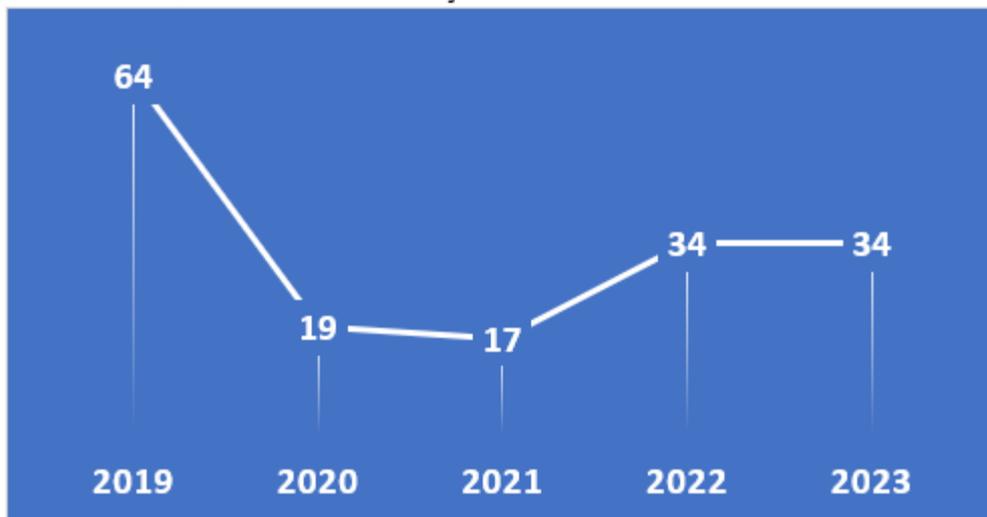
O processo de liquidação inclui as seguintes atividades:

- Recebimento do processo "Pagamento a Fornecedores" com nota fiscal e ateste de despesa pelo fiscal de contrato.

- Verificação do empenho e saldo, complementando se necessário e devido.
- Inserção dos dados no sistema de Finanças Públicas do Estado.
- Verificação da regularidade fiscal da empresa, com encaminhamento de pendências ao Setor de Contratos.
- Pagamento com informação à CAGE/RS em caso de inadimplência.
- Análise e elaboração de guias de recolhimento de tributos.
- Alimentação do FPE para emissão da nota de liquidação pela CAGE/RS.
- Tramitação do expediente pela CAGE/RS e Tesouraria para pagamento.

Prestação de Contas

Gráfico 4: Quantitativo de Prestações de Contas Avaliadas – último 5 anos.



Fonte: SEFAZ/FPE

As Prestações de Contas envolvem a análise da documentação de gestores de verba de pronto pagamento e de servidores/magistrados que receberam Diárias antecipadas. A atividade abrange o controle de prazos, avaliação da documentação, solicitação de devoluções ou estornos de liquidação, quando necessário, e a emissão de parecer prévio para a baixa de responsabilidade.

Demonstrativos Fiscais e de Accountability

Demonstrativo	Disponibilização	Demanda Legal	Fim Prazo
Janeiro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/jan
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/jan
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/jan

Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/jan
Dados de Gestão Financeira - Inscrição de RP a Pagar Nproc.	Portal Transparência	CNJ	20/jan
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/jan
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo TCE/RS	Sistema do TCE/RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	30/jan
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo SiConFi	SiConFi	LRF e STN	30/jan
Mapa da Execução Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Fevereiro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/fev
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/fev
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/fev
Relatório Semestral do Execução do Regime de Recuperação Fiscal	Sei do Ministério da Fazenda	STN e EXECUTIVO	15/fev
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/fev
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/fev
Justiça em Números - Dados Orçamentários	Ao Núcleo de Gestão Estratégica	CNJ	28/fev
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/jan
Março			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/mar
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/mar
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/mar
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/mar
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/mar
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/mar
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/mar
Preparo da Prestação de Tomadas de Contas do Gestor	SIAPC/TCE-RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	31/mar
Abril			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/abr
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/abr
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/abr
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/abr
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/abr
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/abr
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/abr
Mai			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/mai
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/mai
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/mai
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/mai
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/mai
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo TCE/RS	Sistema do TCE/RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	30/mai
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo SiConFi	SiConFi	LRF e STN	30/mai
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/mai

Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/mai
Junho			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/jun
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/jun
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/jun
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/jun
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/jun
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/jun
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/jun
Julho			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/jul
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/jul
Relatório Semestral do Execução do Regime de Recuperação Fiscal	Sei do Ministério da Fazenda	STN e EXECUTIVO	15/fev
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/jul
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/jul
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/jul
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/jul
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/jul
Fase da Preparação p/ Elaboração do Projeto de Lei Orçamentário (Fase Interna)	-----	EXECUTIVO	28/jul
Agosto			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/ago
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/ago
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/ago
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/ago
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/ago
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	31/ago
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	31/ago
Justiça em Números - Dados Orçamentários	Remetido a NGE	CNJ	31/ago
Elaboração do Projeto de Lei Orçamentário (Fase Externa)	Sistema de Planejamento Orçamentário - SPO	EXECUTIVO	30/ago
Setembro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/set
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/set
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/set
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/set
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/set
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/set
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/set
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo TCE/RS	Sistema do TCE/RS Portal Transparência	LRF e TCE/RS	30/set
Relatório de Gestão Fiscal - Modelo SiConFi	SiConFi	LRF e STN	30/set
Outubro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/out
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/out
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/out
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/out

Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/out
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/out
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/out
Novembro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/nov
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/nov
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/nov
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/nov
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/nov
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/nov
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/nov
Dezembro			
Declaração Eletrônica de Retenção de ISSQN - POA	Prefeitura de Porto Alegre	PMPOA	10/dez
Declaração de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal	Sistema de Recuperação Fiscal	STN e EXECUTIVO	15/nov
Indicadores de avaliação e desempenho ambiental	Remetido a NGE	CNJ	15/dez
Dados de Gestão Financeira	Portal Transparência	CNJ	20/dez
Dados de Gestão Orçamentária	Portal Transparência	CNJ	20/dez
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	CNJ	30/dez
Relatório de Passagens e Diária Concedidas	Portal Transparência	CNJ	30/dez

No exercício de 2023, o setor de orçamento elaborou **99 (noventa e nove)** demonstrativos para o devido atendimento de normais fiscais e de prestações de contas (accountability) dos agentes públicos do TJM. Dentro os diversos relatórios destacamos, os mais complexos, referente coordenação a elaboração da proposta orçamentária e do plano de aplicação do orçamento no âmbito JME. Em **julho**, inicia-se o processo elaboração de Projeto de Lei Orçamentária para **2024**, coordenado pela Secretária Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), sendo apresentado o cronograma inicial de atividades para inserção de dados no Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO).

Na elaboração do orçamento de **2024** para a parte monetária, a execução compreende realizar estimativas para contratos continuados, despesas indenizatórias eventuais e adiantamento de numerário. Após se aguarda o término do prazo de envio das solicitações orçamentárias realizando a divisão das despesas entre obrigatórias e discricionárias, conforme esquema abaixo:



Outro item que vale destaque é que desde Agosto de 2022 o Setor de Orçamento ficou responsável pela prestação de informações ao Conselho de Monitoramento do Regime de Recuperação Fiscal. As informações são prestadas através de um questionário mensal com 8 perguntas sobre ato de que geram aumento na despesa obrigatória de caráter continuado. As informações devem ser emitidas até o dia 15 do mês subsequente.

Gestão de Processos Eletrônicos – Setor de Orçamento

Abaixo segue dados de desempenho da gestão processual do setor de orçamento:

Tabela 1: Quantitativo de Processo, Índice de Resolutividade e Tempo Médio de Cada Tipo de Processos Eletrônicos

Tipo	Tramitaram em 2023	Encerrados em 31/12	Índice de Resolutividade	Tempo Médio
Acesso a Sistemas	1	1	100,0%	3h 42m
Administrativo: Encerramento do Exercício	1	0	0,0%	26d 13h 49m
Afastamentos	1	1	100,0%	2d 15h 25m
Aquisição	15	14	93,3%	12d 15h 47m
Atas	2	2	100,0%	6d 19h 49m
Auditoria Interna	1	1	100,0%	20h 31m
CAGE: Avaliação e Registro de Passivos Contingentes	2	2	100,0%	7d 7h 59m
Capacitação de Servidores/ Magistrados	7	7	100,0%	10d 7h 17m
Concessão de vantagens	2	2	100,0%	5d 9h 56m
Consultas/Orientações/Providências	8	8	100,0%	8d 13h 46m
Contratação de Serviços	7	7	100,0%	14d 2h 56m
Contratação/Pagamento de Serviços	19	18	94,7%	22d 11h 28m
Contratação: Material e/ou Serviços	39	37	94,9%	12d 3h
Convênios	13	12	92,3%	42d 22h 22m
Cursos	5	5	100,0%	4d 23h 53m
Diárias	8	8	100,0%	3d 10h 20m
Encaminhamento/providências	10	10	100,0%	15d 18h 25m

Financeiro: Adiantamento de Numerário	19	19	100,0%	10d 16h 33m
Financeiro: Pagamento a Fornecedores	513	494	96,3%	14d 10h 29m
Financeiro: Pagamento de Perícia	5	5	100,0%	40d 12h 15m
Financeiro: Pedidos de Diárias e Passagens	69	69	100,0%	7d 8h 41m
Financeiro: Prestação de Contas	8	8	100,0%	10d 11h 57m
Gestão de Contratos: Alteração Contratual	17	16	94,1%	9d 12h 51m
Gestão de Contratos: Formalização Contratual	18	18	100,0%	20d 3h 37m
Gestão de Contratos: Registros da Fiscalização	3	3	100,0%	7d 9m
Inventário	2	2	100,0%	72d 10h 9m
Licitação	1	1	100,0%	43d 20h 14m
Movimentação de Material	4	4	100,0%	18h 34m
Outros (Sem sigilo)	5	5	100,0%	12d 13h 47m
Outros (Sigilo)	1	0	0,0%	16d 8h 47m
Pagamento de Diárias	6	6	100,0%	4d 22h 43m
PJE/CNJ – Cumprdec	1	1	100,0%	12d 22h 53m
Prestação de Contas de Adiantamento de Numerário	1	1	100,0%	13d 5h 41m
Prestação de Contas de Diárias Antecipadas	3	3	100,0%	11d 14h 46m
Proposta de Resolução	1	1	100,0%	1d 2h 2m
Protocolo Administrativo	5	3	60,0%	4d 11h 39m
Publicações	5	5	100,0%	5d 5h 12m
Recurso Administrativo	1	1	100,0%	17d 23h 27m
Recursos Humanos: Plano de Férias	1	1	100,0%	19d 1h 43m
Recursos Humanos: Portaria	1	1	100,0%	13d 9h
Relatório Anual de Atividades	2	2	100,0%	14d 21h 59m
Relatório Estatístico	2	2	100,0%	49m
Requisição	1	1	100,0%	8d 4h 52m
Viagem de Desembargador Militar	1	1	100,0%	3d 6h 33m
Viagem de Representação: Magistrados/Servidores	15	15	100,0%	6d 20h 36m
TOTAL:	852	823	96,60%	13d 8h 19m

Fórmula do Índice de Resolutividade: (Processos Concluídos) / (Processos Tramitados) x 100

Fonte: Sistema de Estatísticas do Sei

O quadro acima permite analisar quais são os tipos de processos que chegam ao setor, traçando um perfil de atividades desempenhadas. Em **2023** tramitaram no Serviço de Orçamentos **852 processos administrativos**, sendo a maioria deles o processo de **“Financeiro: Pagamento a Fornecedores”**, **correspondente a 60% dos processos**.

Ainda evidencia um grau a incerteza usuários do SEI na criação dos processos. Se antes era gerado pela criação de processos com tipo genérico, “Encaminhamento/ Providências”, em 2023 foi se evidencia ainda uma necessidade eliminar tipo de processo com denominação redundante. Alguns destes já foram eliminados no decorrer do ano de 2023, o que nos resta é verificar se a medida será eficaz através do acompanhamento de 2024.

O índice de resolutividade tenta ainda, como ferramenta rudimentar,

mensurar a eficácia do setor na resolução das demandas que são encaminhadas formalmente via processo. A **meta interna** do setor estipula que, a **cada dez (10) processos, nove (9) tenham resolução** no período apurado, o que foi superado pelo setor que chegou ao índice de resolutividade de **96,6% em 2023**, representando uma consistência quando analisado com os anos anteriores: **97% em 2022, 98% em 2021; 97% em 2020 e 98% em 2019**.

Se o índice de resolutividade é ferramenta rudimentar para analisar a eficácia do setor na tramitação de seus processos, a estimativa de tempo médio, se obtida com a devida padronização na tipificação processual e mensurada com determinada frequência, pode ser adaptada como ferramenta de mensuração da eficiência. Assim, em **2023** se identificou que um processo fica em média **13 dias** na unidade, o que foi um aumento se comparado com **2022 (19 dias)**, já no caso do tipo de processo que mais tramita unidade: **"Pagamento a Fornecedores"**. O processo fica em **14 dias em média** no setor até sua conclusão, em referência **2022 (8 dias)**.

No exercício de 2023 a estatística de processos "Pagamento a Fornecedores" foi impactada pelo seguintes itens não pertencentes a rotina processual do setor: (1) sobrestamento de 8 (oito) processos referente ao contrato de serviço de SPI (Cobranças indevida em razão de contrato com a PROCERGS já encerrado), (2) remessa de 6(seis) processos de pagamento retroativos a empresa de limpeza terceizada da Auditoria de Passo Fundo; e (3) ter sido remetido a caixa de entrada 11 (onze) processos para pagamento fora dos prazos definidos no Cronograma de Encerramento de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Rodrigues Velho, Analista do Poder Judiciário - JME**, em 29/01/2024, às 15:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <https://sei.tjmrs.jus.br/autenticidade>, informando o código verificador **0135987** e o código CRC **D525BFED**.



Justiça Militar
Estado do Rio Grande do Sul



RELATÓRIO DA

OUVIDORIA



2023



(51) 3214-1000



www.tjmrs.jus.br

SUMÁRIO

03

O Tribunal de Justiça Militar do RS

04

A composição da Ouvidoria

05

Apresentação

06

Ouvidoria em Números

A JUSTIÇA MILITAR DO RS

TJMRS

*Desembargadora Militar **Maria Emília Moura da Silva** - Presidente*

*Desembargador Militar **Sergio Antonio Berni de Brum** - Vice-presidente*

*Desembargador Militar **Rodrigo Mohr Piccon** - Corregedor-Geral*

*Desembargador Militar **Fábio Duarte Fernandes***

*Desembargador Militar **Amilcar Fagundes Freitas Macedo***

*Desembargador Militar **Paulo Roberto Mendes Rodrigues***

*Juíza Auxiliar da Presidência **Dra. Viviane de Freitas Pereira***

1ª Auditoria de Porto Alegre

Juiz de Direito Dr. Francisco José de Moura Muller Juíza de Direito

Substituta Dra. Karina Dibi Kruel do Nascimento

2ª Auditoria de Porto Alegre

Juiz de Direito Dr. Alexandre Aronne de Abreu

Juíza de Direito Juíza de Direito Substituta Dra. Dione Dorneles Silva

3ª Auditoria - Santa Maria

Juíza de Direito Dra. Eliane Almeida Soares

4ª Auditoria - Passo Fundo

Juíza de Direito Dra. Mariluce Dias Bandeira

INTEGRANTES DA OUVIDORIA

Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum,
Ouvidor da JME

Desembargador Militar Rodrigo Mohr Picon,
Ouvidor Substituto da JME

Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva,
Ouvidora da Mulher da JME

Apoio:

Herbert Schonhofen,
Assessor de Desembargador

Jaqueline Prates da Cunha Pires,
Assessora de Desembargadora

Olavo Garcia Renner,
Assessor de Desembargador

Dionês Gabana de Souza,
Oficial de Gabinete

Silvia Terezinha Corrêa,
Oficial de Gabinete

Simone Feijó Corrêa
Oficial de Gabinete

Felipe Petrus
Servidor da ouvidoria

APRESENTAÇÃO

A ouvidoria da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul (JME) foi instituída pela Resolução TJM/RS nº 065/2009, com a finalidade de receber sugestões, críticas e reclamações dos jurisdicionados, advogados, servidores e cidadãos, acerca das atividades jurisdicionais e administrativas prestadas pela Justiça Militar, buscando a eficiência na prestação jurisdicional e a excelência na gestão administrativa. A função de Ouvidor era exercida pelo Corregedor-Geral da JME, que cumulava as funções.

No ano de 2022, a ouvidoria da JME inaugurou uma nova e importante fase, adequando-se ao disposto na Resolução nº 432/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), constituindo-se, agora, em órgão autônomo, integrante da alta administração do Tribunal de Justiça Militar e essencial à administração da Justiça. Em virtude da nova resolução do CNJ, o Ouvidor dos tribunais e seu substituto são eleitos pelo Pleno, permitida a reeleição e fica vedada a acumulação com cargos.

A Ouvidoria encontra-se situada no andar térreo do tribunal, de fácil acesso. Na sua estrutura temos um servidor efetivo (Portaria nº 136/2022), além do apoio dos servidores lotados nos gabinetes dos Desembargadores Militares eleitos para a função de Ouvidor e Ouvidor Substituto e do gabinete da Desembargadora Militar, Ouvidora da Mulher.

A Ouvidoria da JME se trata de um canal permanente de comunicação entre a JME e a sociedade, usuários e tem por finalidade principal receber sugestões, críticas e reclamações dos jurisdicionados, advogados, servidores e cidadãos, acerca das atividades jurisdicionais e administrativas prestadas pela Justiça Militar, buscando a eficiência na prestação jurisdicional e a excelência na gestão administrativa.

OUVIDORIA EM NÚMEROS

MANIFESTAÇÕES NA OUVIDORIA

OUVIDORIA DA MULHER

Ano	% da soma dos 2 anos (7)	Total de atendidas	Formulário eletrônico	Presencial	E-mail	eADmim
2022	14,28%	1	1	0	1	0
2023	85,72%	6	0	5	1	0

OUVIDORIA DA JMERS

Ano	% em relação 5 anos	Atendidas totais	Formulário eletrônico	Presencial	Site/e-mail	eADmim	Balcão virtual	Encaminhadas resposta ao CNJ
2019	13 %	13	0	0	0	13	0	0
2020	25%	25	0	0	13	12	0	0
2021	22%	22	0	0	12	10	0	0
2022	11%	11	0	3	0	08	0	0
2023	29%	29	1	18	02	07	01	01

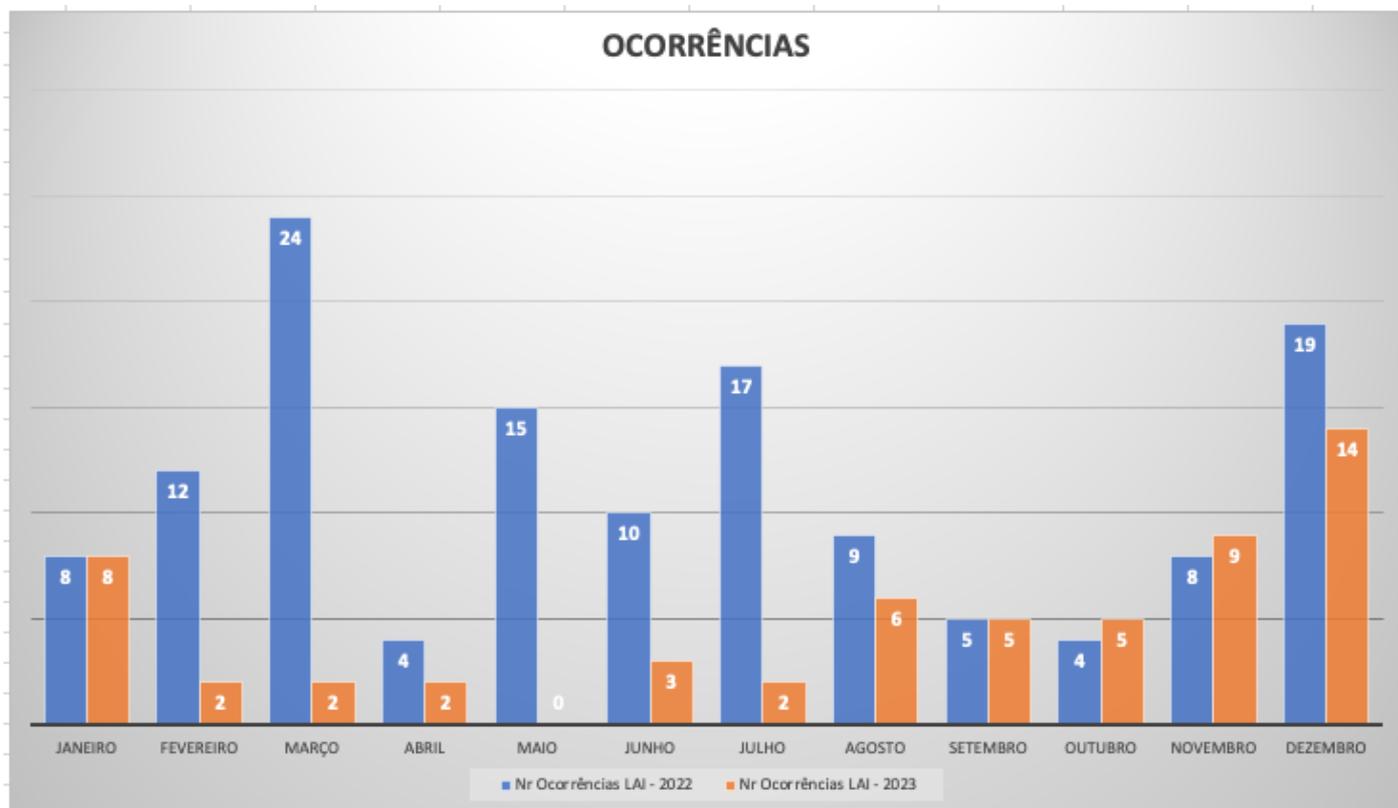
TIPOS DE MANIFESTAÇÕES NO ANO DE 2023

Ouvidoria	Informações/Orientações	Sugestões	Denúncias	Reclamações	Elogios	Total
Ouvidoria da Mulher	zero	zero	06 – Assédio moral e sexual	zero	zero	06
Ouvidoria JMERS	01 – Legislação Brigada Militar, 02 – Justiça comum, 01 – Problemas de saúde, 01 – prefeitura, 01 – Defensoria Pública, 05 – Brigada Militar, 08- outros	Zero	01 – anônima 06 – presencial 01 – balcão virtual	02 – relativo a andamento processual e administrativo da JMERS	Zero	29
Total	19	0	14	02	0	35

OUVIDORIA EM NÚMEROS

OCORRÊNCIAS 2022/2023

Mês	Nr Ocorrências LAI - 2022	Nr Ocorrências LAI - 2023
Janeiro	8	8
Fevereiro	12	2
Março	24	2
Abril	4	2
Maio	15	0
Junho	10	3
Julho	17	2
Agosto	9	6
Setembro	5	5
Outubro	4	5
Novembro	8	9
Dezembro	19	14



OUVIDORIA EM NÚMEROS

DADOS GERAIS DE PEDIDOS

SOLICITANTE	Data solicitação	Solicitação	Resposta
J.H.E.S	13/03/2024	Dados sobre ações penais crimes dos Capítulos I e II do Título IV do Livro I da Parte Especial do Código Penal Militar	13/03/2024
W.L.H.C	01/02/2024	Concurso publico do TJRS aproveitamento de vagas pelo TJMRS	13/03/2024
F.C.M	07/12/2023	Alteração do número de RG para certidão negativa do TJM, consta o antigo número no sistema	07/12/2023 encaminhado para a coordenadoria judiciaria
D.N	14/09/2023	Informações sobre raça, sexo, idade, crime, estagio do processo períodos de 2020,2021 e 2022	13/03/2024 encaminhado para a corregedoria geral
R.S.S	12/09/2023	Nomeações cargo analista judiciário. publicação do Regulamento do Plano de Carreiras, Cargos, Funções e Remunerações dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul – Justiça Militar do Estado, publicado em 28/07/2023	Encaminhado para serviço de recursos humanos em 12/09/2023
A.C.M.B	09/08/2023	Informação sobre a existência de psicólogo no TJMRS	Respondido que não possuímos em 09/08/2023
D.P.G	06/08/2023	solicitar dados quantitativos acerca de casos de violência doméstica envolvendo cônjuges militares	Encaminhado para a coordenadoria judiciária em 08/08/2023
E.B	01/08/2023	informações sobre o cadastro de peritos no TJMRS,	Encaminhado direção geral dia 08/08/2023
I.T.G.R	22/07/2023	Solicitação de dados de magistrado sobre valores recebidos para pensão alimentícia	Encaminhado ao gabinete da presidência em 31/07/2023
P.F.S	27/06/2023	Pedido de copia integral de autos de processo para fins de pesquisa acadêmica	Encaminhado coordenadoria judiciaria em 27/06/2023

Atividades do Núcleo de Auditoria Interna em 2023



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

**RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES
DO NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA – 2023**

I. NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA – NAI

O **Núcleo de Auditoria Interna** foi criado em atendimento ao previsto na **Constituição Federal no Artigo 74**, e através da Resolução do CNJ: **nº 086** de 08 de setembro de 2009, e agora norteado pelas Resoluções **308 e 309 do CNJ de 11/03/2020**, conseqüentemente foram criados por força dessas Resoluções o **Estatuto do Núcleo de Auditoria Interna e o Código de Ética** do Núcleo de Auditoria Interna, aprovados pelo Pleno do Tribunal de Justiça Militar, os quais instituíram e delegaram competências ao Núcleo de Auditoria Interna, bem como, a mudança de nome (**Núcleo de Controle Interno**) para (**Núcleo de Auditoria Interna**). Trata-se de um setor responsável pela 3ª linha de defesa do tribunal, não se confundindo mais com atividades dos controles internos, antes executadas concomitantemente com as auditorias internas e externas, conforme está previsto no Regulamento dos Serviços Auxiliares no seu capítulo **VIII, Publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO-RS Edição Nº 5.496 / de 12 de Fevereiro de 2015**, o qual futuramente deverá sofrer alterações, a fim de atualização com as recentes mudanças, de acordo com as Resoluções 308 e 309 de 11/03/2020.

A finalidade do Núcleo de Auditoria Interna é propiciar ações preventivas e orientar as unidades administrativas da Justiça Militar Estadual, com o intuito de colaborar para assegurar à legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a publicidade e a transparência nas gestões administrativas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e da tecnologia da informação, proporcionando apoio às auditorias coordenadas pelo **CNJ**.

O Estatuto do Núcleo de Auditoria Interna e o Código de Ética do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, aprovados pelo Pleno em 20 de junho de 2022, em consonância com a linha de atuação das Resoluções **nº 308 e nº 309 do CNJ, de 11 de março de 2020**, com vista a aprimorar a comunicação do Núcleo de Auditoria Interna com os setores de ação estratégica e do planejamento estratégico do tribunal. O Estatuto de Auditoria Interna está dividido em 15 capítulos e deverá ser aperfeiçoado à medida que as atividades sejam realizadas e testadas e de acordo com as normativas do CNJ.

A criação do Estatuto e do Código de Ética do Tribunal de Justiça Militar é uma conquista importante para o Núcleo de Auditoria Interna e para o nosso tribunal, o qual demandou muita diligência, empenho e dedicação da equipe do núcleo.

II. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

As atividades realizadas pelo Núcleo de Auditoria Interna foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditorias de 2023, levando-se em consideração o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça Militar, Capítulo III Art. 55, com determinações e prioridades definidas pela presidência do tribunal, com Ações Coordenadas em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça — CNJ — e auditorias internas com análises, pesquisas e recomendações apresentadas pelo Núcleo de Auditoria Interna.

Para garantir que os relatórios cumpram o seu papel como meio de comunicação elaboramos os achados e recomendações de forma criteriosa, reconhecendo a conformidade, desempenho satisfatório e/ou boa prática, apresentamos todas as informações relevantes, elencamos as limitações/restrições de escopo, e sempre emitimos opiniões baseadas em evidências de auditoria adequadas e suficientes.

Fluxograma de trabalho do NAI nas auditorias executadas:



“O relatório é o único aspecto do trabalho do auditor que o público pode ver e, portanto, a competência do auditor pode ser julgada em função do seu relatório (...)”
John William Cook, Auditoria: filosofia e técnica, 1929.

III. ESTRUTURA FUNCIONAL

Para bem realizar esta função, os integrantes do Núcleo de Auditoria Interna, no decorrer dos anos, vêm se qualificando conforme as exigências normativas do Conselho Nacional de Justiça e de acordo com as obrigações inerentes, os quais permanecem à disposição da Presidência do TJM/RS, para bem realizar as atividades ordinárias e extraordinárias.

Por outro lado, também é fundamental, que seus integrantes entendam o trabalho como uma oportunidade incomum de contribuir para a evolução do Tribunal de Justiça Militar - RS, inserindo-o em um contexto moderno, de gestão exemplar, estabelecendo parâmetros de excelência passíveis de serem alcançados, com entusiasmo e dinamismo necessários, juntamente com os avanços sociais e tecnológicos cada vez mais abrangentes.

Diante disso, o Núcleo de Auditoria Interna pode e deve consolidar-se como um setor que trará para a Administração do Tribunal de Justiça Militar o entendimento de que a base do sistema deve ser o planejamento, a boa administração e a transparência dos procedimentos, conduzidos por servidores cada vez mais qualificados, com determinação, resiliência, zelo, eficiência, dedicação e criatividade.

Atualmente o Núcleo de Auditoria Interna é composto pelos servidores Elisabete Simões da Cruz e Paulo Cezar Oliveira de Lima.

IV. AUDITORIAS REALIZADAS EM 2023:

1) Auditoria Coordenada com o Conselho Nacional de Justiça sobre a Política Contra o Assédio/ 2023, de 15 de maio – 31 de agosto de 2023, SEI: 9.2023.0700.000705-5 (Auditoria Interna).

- a) Fase de Planejamento: 15/05/2023 a 07/06/2023
- b) Fase de Execução: Reunião inicial com a Unidade: 14/06/2023
- c) Realização dos exames: 21/07/2023
- d) Definição dos achados: 31/07/2023
- e) Reunião de apresentação dos achados: 02/08/2023
- f) Respostas da comissão aos achados: 18/08/2023
- g) Fase de Conclusão: Definições das recomendações: 30/08/2023
- h) Envio das conclusões de auditoria ao CNJ: 31/08/2023.
- i) Entrega do sumário executivo ao presidente: 31/08/2023;
- j) O Pleno do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul acordou, por unanimidade, aprovar o Relatório de Auditoria Coordenada realizada na Comissão de Combate ao Assédio e Discriminação do tribunal no dia 18/01/2024;
- k) Em 18 de janeiro de 2023: publicação do relatório no Portal Transparência conforme link:
<https://www.tjmrs.jus.br/abrePDFtransparencia.php?id=B07D46B0-3AA0-1E49-BC56-51CE4C404E10>

2) Auditoria Interna de Promoção à Sustentabilidade, de 01 de setembro de 2023 a 30 de novembro de 2023, Processo SEI nº: 9.2023.0700.001193-1:

O Núcleo de Auditoria Interna procedeu tal Auditoria em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2023 do TJMRS, de acordo com as competências previstas no Capítulo III Art.55, Incisos de I a VIII do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, com a participação em campo dos servidores: Elisabete Simões e Paulo Cezar, que desenvolveram as atividades conforme segue:

- a. No mês de setembro de 2023, foram criadas as matrizes de planejamento e definição do universo das ações, assim como os calendários dos trabalhos, bem como a documentação inerente à auditoria, bem como os estudos para aplicação das técnicas de auditoria de observação, análise documental, exames de registros, correlação de informações obtidas e avaliações, o qual a equipe do Núcleo de

Auditoria Interna fez a preparação devida com estudos nas formas de aplicação.

- b. Fase de Execução: Reunião inicial com a Unidade: 02/10/2023;
- c. Realização dos exames: 16/10/2023;
- d. Definição dos achados: 31/10/2023;
- e. Reunião com a apresentação dos achados: 07/11/2023;
- f. Respostas da comissão aos achados: 14/11/2023;
- g. Fase de Conclusão: Definições das recomendações: 21/11/2023;
- h. Entrega do sumário executivo ao presidente: 30/11/2023;
- i. Na Data de 11/12/2023 o Pleno do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul acordou, por maioria de votantes, aprovar o Relatório Final de Auditoria Operacional em Sustentabilidade, em conformidade com a Resolução 400/2021, do CNJ e PAA 2023.
- j. Em 18 de dezembro de 2023: foi publicado o relatório no Portal Transparência conforme link:
<https://www.tjms.jus.br/abrePDFtransparencia.php?id=AD20DF3B-163B-774A-9446-C9C5A439F04B>

V. OUTRAS ATIVIDADES:

1. Demandas referentes ao PAA (Plano Anual de Auditoria), PQA (Programa de Qualidade de Auditoria e PAC Plano Anual de Capacitação):

- a) **Plano Anual de Auditoria - 2024(PAA)**, foi aprovado pelo Pleno dessa corte no SEI, **Processo:9.2023.0700.001539, da Sessão** de 01/12/2023 e publicado no Site do tribunal em 06 de dezembro de 2023;
- b) **Programa de Qualidade de Auditoria (PQA) SEI nº 9.2023.0700.001421-3**, confeccionado por este Núcleo de Auditoria Interna em 08 de novembro de 2023, de acordo com o que prevê a Resolução CNJ 309/20 nos seus artigos 62, 63, 64, 65, 66, 67 e 68, encaminhado à presidência e aguardando a publicação da Portaria.
- c) **Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC) SEI: 9.2023.0700.000348-3**, dos servidores que compõe o Núcleo de Auditoria Interna, em observância aos ditames do arts. 69 e 70 da Resolução nº 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça, o qual foi aprovado no Pleno do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que acordou, por unanimidade, aprovar o Plano Anual de Capacitação — Auditoria Interna — 2023 em 27 de março de 2023;
- d) **Monitoramento das auditorias anteriores:**
Recomendações aprovadas pelo Pleno do tribunal em 2022 na Auditoria Interna no Setor de Patrimônio do Almoxarifado, com apontamentos de seis recomendações não atendidas e uma certificando boas práticas de sustentabilidade;

- e) Recomendações aprovadas pelo Pleno do tribunal em 2019 na Auditoria Interna no Serviço de Material, com apontamentos de seis recomendações não atendidas e uma com certificação de boas práticas administrativas.

2. Cursos e Relatório Anual, escalas de serviço, eventos e providências:

- a. Elisabete Simões da Cruz participou do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário 29/05/2023 a 31/05/2023;
- b. Paulo Cezar Oliveira de Lima participou do Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário em 29/05/2023 a 31/05/2023;
- c. Entrega do Relatório Anual do Núcleo de Auditoria Interna do TJM ao Gabinete da Presidência em janeiro de 2024;
- d. Participação em eventos formais na plataforma digital do TJM e educativos;

VI. CONCLUSÃO

As atividades realizadas referem-se às Auditorias Coordenadas e Internas, acompanhamento da gestão e ao cumprimento da Legislação e das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, que foram desenvolvidas junto aos setores auditados com livre desempenho das funções previstas nas atribuições do Núcleo de Auditoria Interna e com o apoio da Alta Administração desta Corte Castrense, cumprindo as Auditorias Coordenadas e os prazos determinados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, XXXI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, encaminhamos o relatório descritivo das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Auditoria Interna – NAI – no período de **janeiro a dezembro de 2023**, para fins de apreciação e avaliações do ofício.

Porto Alegre, RS, 23 de janeiro 2024.

Elisabete Simões da Cruz
Dirigente – NAI

Paulo Cezar Oliveira de Lima
Servidor – NAI



Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL
TRIBUNAL MILITAR E 1ª AUDITORIA

Relatório Anual 2023



Resultado obtidos em 2023
referente ao planejamento
Estratégico 2021-2026



NGE

Núcleo de Gestão
Estratégica

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a Vossa Excelência, em cumprimento ao que dispõe o inciso XXXI do artigo 9º do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, na oportunidade em que encaminhamos o relatório das atividades do Núcleo de Gestão Estratégica, no período de janeiro a dezembro de 2023, a fim de ser apreciado e avaliado.

Art. 9º – Ao Presidente do Tribunal compete:

[...] XXXI – apresentar ao Tribunal, anualmente, até o último dia do mês de fevereiro, relatório circunstanciado dos trabalhos deste e dos demais órgãos da Justiça Militar;



Núcleo de Gestão Estratégica

COMPOSIÇÃO

- **Rafael Monteiro Costa**

Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.
Assessor Militar do TJMRS.

- **Tiago Lopes Schiffner**

Servidor, responsável pelo Escritório de Projetos do Núcleo de Gestão Estratégica.

- **César Rodrigues de Carvalho**

Servidor, auxiliar do Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.

- **Alcione Rogerio de Freitas Haselein**

Servidor, auxiliar do Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.

- **Felipe Petrulis**

Servidor, auxiliar do Coordenador do Núcleo de Gestão Estratégica.

SUMÁRIO

Gestão Estratégica

05

**Resultados do Planejamento
Estratégico 2021- 2026**

06

O Núcleo de Gestão Estratégica

11

Sistemas alimentados pelo NGE

12

Metas Nacionais 2023

13

Metas Específicas 2023

17

Logística Sustentável

18

Estatística e Painéis CNJ

19

Prêmio Qualidade 2023

20

Apropriando-se da definição da Ciência da Administração de que, gerir é planejar, organizar, dirigir e controlar; considerando-se estratégia como a aplicação do conjunto de recursos necessários para que uma organização alcance seus objetivos - pode-se afirmar que, por meio de uma gestão estratégica, é possível planejar o estado futuro almejado, estabelecer e monitorar as ações necessárias, permitindo conhecer e acompanhar o desempenho da organização.

A gestão estratégica corresponde a um modelo de gestão organizacional com foco em ações planejadas.

Para tanto, utiliza-se de métodos, técnicas e ferramentas de gestão e de avaliação de desempenho a fim de operacionalizar a estratégia organizacional, ao mesmo tempo em que, por meio do acompanhamento das atividades da Organização, fornece informações para a tomada de decisões.

Desta forma promove a melhoria do desempenho organizacional, a qual objetiva o atendimento das expectativas e necessidades de seus clientes, externos e internos.

O Conselho Nacional de Justiça, como órgão competente para coordenar o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário, e com a finalidade de revisar o plano estratégico estabelecido pela Resolução CNJ nº 70/2009, publicou no ano de 2014 a Resolução nº 198, de 01/07/2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

A referida resolução institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário aos tribunais indicados nos incisos II a VII do Art. 92, da Constituição Federal e aos conselhos de justiça, sintetizada na missão, visão, valores e Macro desafios do Poder Judiciário.

Art. 92. *São órgãos do Poder Judiciário: I - o Supremo Tribunal Federal; I-A - o Conselho Nacional de Justiça; II - o Superior Tribunal de Justiça; II-A - o Tribunal Superior do Trabalho; III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho; V - os Tribunais e Juízes Eleitorais; VI - os Tribunais e Juízes Militares; VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.*

Dispõe ainda que os órgãos do judiciário devem alinhar seus respectivos planejamentos estratégicos à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, com a possibilidade de revisões periódicas.

A referida Resolução estabelece, entre outras regras, que os planos estratégicos dos órgãos devem, com uma abrangência mínima de 6 meses, observar o conteúdo temático dos Macro desafios do Poder Judiciário, contemplar as Metas Nacionais e Iniciativas Estratégicas Nacionais.

Hoje, a nossa maior estratégia é a manutenção do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, atuando como justiça especializada no controle social da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul. Medida necessária, tendo em vista que a **permanência das Justiças Militares, Federal e Estadual, como ramos especializados do Poder Judiciário**, de tempos em tempos, é questionada e colocada em dúvida a necessidade da sua permanência.

As razões podem ser sinteticamente resumidas em três grandes argumentos: **estatísticas processuais reduzidas, comparativamente aos demais tribunais; custos elevados; e incompatibilidade da permanência do foro militar em um Estado Democrático de Direito.**

Imprescindível atentar-se a questão de que, em regimes políticos estáveis, os crimes militares tendem a serem, obrigatoriamente, inferiores aos da justiça ordinária, bem como que o policial militar é um indivíduo armado que fica muitas vezes em lugares ermos, sozinho, representando um Estado de Direito, devendo agir como conciliador, e tomar decisões com presteza, associadas a consequências imensuráveis.

Faz-se necessário então um controle social eficaz, papel este que é irrefutavelmente desempenhado pelas Justiças Militares Estaduais, pois esse indivíduo representa o Estado, o que demanda uma avaliação mais criteriosa e detalhada de suas ações.

A celeridade é fator primordial nos julgamentos castrenses, em respeito ao réu que tem sua carreira suspensa enquanto estiver sub judice, à hierarquia e disciplina, imprescindíveis para o controle de cidadãos armados e, evidentemente à sociedade, para a qual o estado carece de um retorno pelos seus próprios atos.

Para fins de apresentar os resultados obtidos conforme o Planejamento para o ano de **2023**, vamos dividir nos seguintes objetivos específicos:

1

Promover a ampliação como Justiça Especializada

Índice de ações que promovam a busca de aumento de competência.

Meta anual prevista

- Meta específica 2

Resultado alcançado

- **500%** de cumprimento da meta
- Total de **30 ações** realizadas

2

Reduzir o volume de processos administrativos disciplinares anulados judicialmente

Monitorar o volume de processos e Promover a capacitação.

Meta anual prevista

- Redução de **10%** dos o volume de processos.
- Como capacitação, promover Palestra, seminário ou curso.

Resultado alcançado

- Percentual atingido
- Realização de **um** palestra e participação em **três** webnários

3

Promover a acessibilidade na JME

Meta anual prevista

- Implementação de elevador externo ao TJM/RS (50% da obra)
- Construção de rampa externa de acesso ao TJM/RS
- adequações estruturais nas Auditorias

Resultado alcançado

- Em fase de planejamento
- Ajustado acesso via elevador e optado pela colocação de corrimão de apoio em toda a escadaria
- **100%** concluída obras de acessibilidade na 2ª Auditoria- Porto Alegre

4

Promover a acessibilidade virtual na JME

Meta anual prevista

- Implementação de Áudio descrição e Intérprete de libras sob demanda
- Capacitação de servidores EAD em libras

Resultado alcançado

- **100%** implementado
- Não executado no ano de 2023

5

Aprimorar a comunicação com o público externo**Meta anual prevista**

- Execução de um plano de comunicação da estratégia da JMERS

Resultado alcançado

- Em desenvolvimento

O NGE reforça a importância da Gestão Estratégica, auxiliando o Poder Judiciário através da identificação e resolução dos principais entraves à prestação jurisdicional.

A promoção e a integração gerencial do sistema de justiça definiram e orientaram o posicionamento estratégico dos Tribunais, respeitando as especificidades locais. Estes trabalhos permitiram que o Tribunal desse rumo a sua trajetória, porém, é preciso monitorar e ajustar constantemente seu desempenho, traduzido nos objetivos estratégicos.

Reuniões de Análise Estratégica

Os encontros de gestão da estratégia são os momentos em que os servidores e magistrados responsáveis reúnem-se para discutir o progresso da estratégia, monitorando e ajustando os desempenhos.

Para tanto, foram realizadas **duas** Reuniões de Análise Estratégica – RAEs, no anos de **2023**, objetivando o acompanhamento e discussão dos indicadores traçados no plano.



Considerando a complexidade das atribuições, o NGE busca integrar e organizar o setor conforme a legislação, a doutrina, a estrutura física, material e os recursos humanos disponíveis, de forma a se estabelecer para melhor desempenhar as funções a ele atribuídas.

Dispositivos legais

- Resolução n.º 4/CNJ
- Resolução n.º 49/CNJ
- Resolução n.º 76/CNJ
- Resolução n.º 198/CNJ
- Resolução n.º 221/CNJ
- Resolução n.º 126/TJM-RS
- Resolução n.º 131/TJM-RS
- Resolução n.º 139/TJM-RS
- Resolução n.º 149/TJM-RS
- Portaria n.º 114/CNJ
- Portaria n.º 138/CNJ
- Portaria n.º 167/CNJ
- Portaria n.º 95/TJM-RS
- Portaria n.º 112/TJM-RS,
- Portaria 071/2022 de 09

Consoante à missão, com escopo em prestar uma jurisdição militar em âmbito estadual com qualidade; a visão de ser uma referência à sociedade da aplicação da lei castrense de forma célere, e valores calcados no comprometimento ético na imparcialidade, sustentabilidade, inclusão, inovação, transparência e celeridade, o NGE foi o responsável pela interlocução com o CNJ, em especial, no que tange as Metas Nacionais e específicas, e no Prêmio CNJ de qualidade.

Atividades ordinárias do NGE

Periodicidade	Atividade
MENSAL	Efetividade NGE (dia 5), Produtividade Mensal/ encaminhamento ao CNJ (dia 20), PLS (dia 30), Metas Nacionais (cfe. Calendário CNJ) e envio de dados analíticos pela TIC de 25 a 30 de cada mês e relatório justiça em números
QUADRIMESTRE	Metas Especificas do Segmento Militar Meta 1 e Meta 2
SEMESTRE	Justiça em números

Estatística e Painéis CNJ

1	Justiça em Números	Representante do Tribunal
2	Metas Nacionais do Poder Judiciário	Operador Autorizado
3	Módulo Produtividade Mensal	Usuários autorizados
4	Sistema de Controle de Acesso	Administrador Regional
5	PLS - Plano de Logística Sustentável	Operadores autorizados
6	Sistema de Questionários do CNJ	Operadores autorizados
7	Justiça em Números	Operadores NGE
8	Plataforma da rede de inovação e inteligência do Judiciário	Operadores autorizados

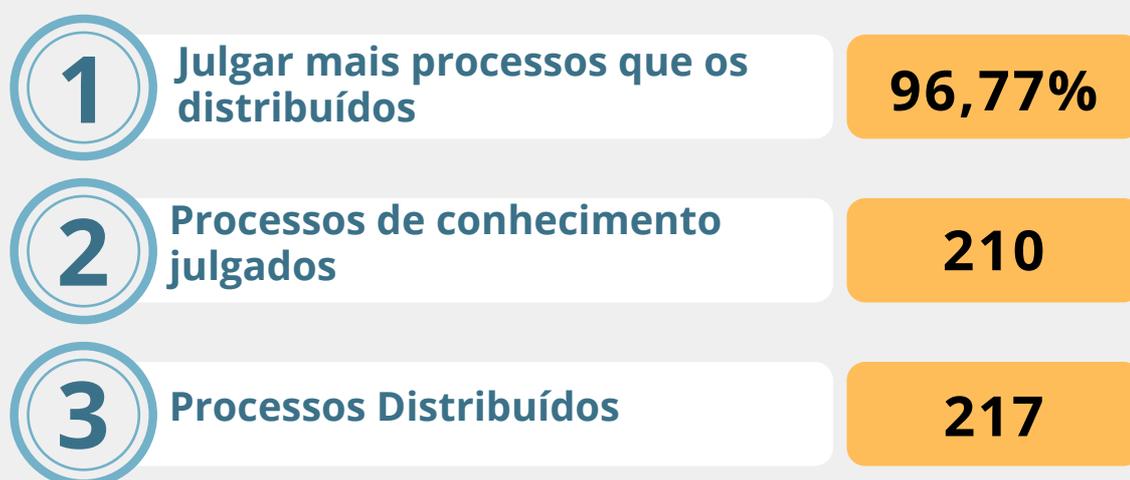
O NGE é responsável pelo acompanhamento das Metas Nacionais e Específicas da JME/RS, portanto, organiza os dados e encaminha-os ao Gestor de Metas sempre que demandado ou de ofício.

Meta 1

Tem como objetivo julgar **em 2023, quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados**. A JME do RS seguiu um caminho de superação da Meta preconizada pelo CNJ. Segundo as informações disponibilizadas no Painel Estatística do CNJ, o Tribunal tem os seguintes percentuais.

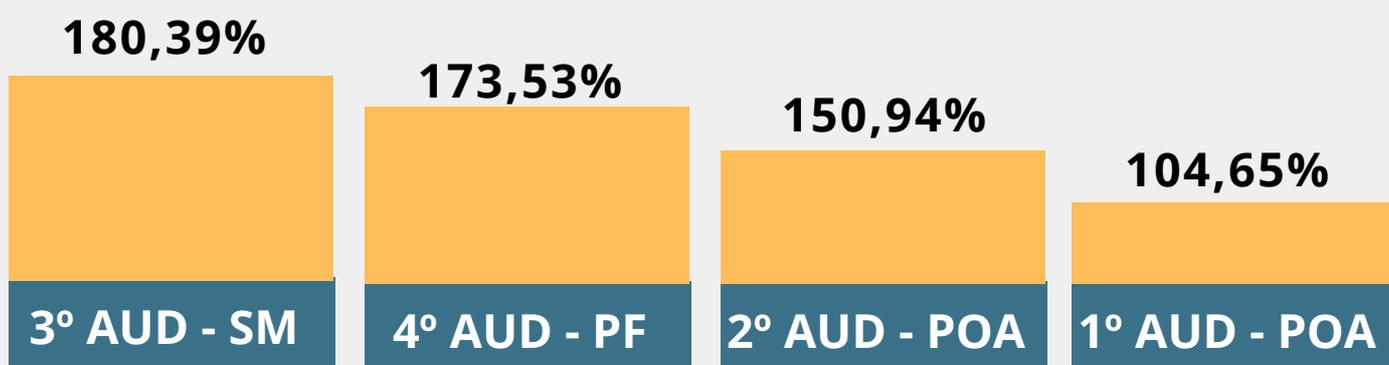


Meta 1 - 2º GRAU



Meta 1 - 1º GRAU

1	Julgar mais processos que os distribuídos	139,38
2	Processos de conhecimento julgados	446
3	Processos Distribuídos	320



Conforme demonstrado acima, o 1º grau, além de julgar 100% dos casos distribuídos no período em questão, ainda julgou mais 126 casos do decurso anterior, superando desta forma a meta proposta e atingindo a marca de mais de 139% de julgamentos.



Como é de conhecimento, há um atraso na apuração do CNJ daquilo que é remetido pelo TJM. Por isso, os 96% registrados no gráfico se refere ao período de outubro e, assim, possivelmente, o percentual de 100% também será atingido pelo 2º grau. Cabe lembrar que a Meta 1 é apurada de maneira geral, tendo como parâmetro de avaliação os resultados dos dois graus de jurisdição. Portanto, a JME já atingiu o objetivo, independentemente da provável melhor do índice do 2º Grau.

Meta 2

1º GRAU

Julgar, pelo menos, **90%** dos processos distribuídos até **31/12/2021 nas auditorias.**



Cumprimento nas Auditorias Militares

102,68%

O cumprimento da Meta 2 está consolidado no 1º Grau de Jurisdição da JME.

2º GRAU

Julgar, pelo menos, **90%** dos processos distribuídos até **31/12/2022 no 2º Grau.**



Cumprimento no 2º Grau

99,07%

O cumprimento da Meta 2 está consolidado no 2º Grau de Jurisdição da JME.

Meta 4

1º GRAU

Julgar, pelo menos **95%**, das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a lei 13.941/17, distribuídas até **31/12/2021** no 1º grau.



Cumprimento nas Auditorias Militares

83,84%

Embora os dados registrados pelo Painel das Estatísticas do CNJ datem, como já referimos, de outubro é pouco provável que o 1º Grau atinja o percentual preconizado, o que demanda atenção, visto ser uma dificuldade recorrente nos últimos anos.

2º GRAU

Julgar, pelo menos **95%** das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até **31/12/2022** no 2º grau.



Cumprimento no 2º Grau

105,26%

O cumprimento da Meta 2 está consolidado no 2º Grau de Jurisdição da JME.

Meta específica 1

1º Grau da JME: Julgar, em até 180 dias corridos, 70% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais;

2º Grau da JME: Julgar, em até 120 dias, 90% dos processos originários e recursos, ambos cíveis e criminais e os processos de natureza especial.

Perguntas JME	Resultados 1º Quad	Resultados 2º Quad	Resultados 3º Quad	Resultado Final da Meta
PE1.1 JME - Total de processos de conhecimento não criminais julgados em até 180 dias no 1º grau.	10	28	5	43
PE1.2 JME - Total de processos de conhecimento criminais julgados em até 180 dias no 1º grau.	5	44	31	80
PE1.3 JME - Total de processos de conhecimento não criminais julgados no período de referência ao 1º grau.	27	50	5	82
PE1.4 JME - Total de processos de conhecimento criminais julgados no período de referência ao 1º grau.	73	138	39	250
Percentual de cumprimento acumulado da meta no 1º Grau	21,43%	43,15%	21,43%	52,93%
PE1.5 JME - Total de processos não criminais julgados em até 120 dias no 2º grau	20	32	35	87
PE1.6 JME - Total de processos criminais julgados em até 120 dias no 2º grau.	22	44	78	144
PE1.7 JME - Total de processos não criminais julgados no período de referência no 2º grau.	36	44	40	120
PE1.8 JME - Total de processos criminais julgados no período de referência no 2º grau.	62	73	99	234
Percentual de cumprimento acumulado da meta no 2º Grau	47,62%	60,98%	72,50%	72,50%

Meta específica 2

Divulgação da JME: realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2023, sendo, no mínimo, **6 ações** em cada Justiça Militar Estadual.

Perguntas	Resultados 1º Quad	Resultados 2º Quad	Resultados 3º Quad	Resultado Final da Meta
PE2.1 - Total de ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar realizadas.	4	10	16	30
Percentual de cumprimento acumulado da meta	66,67%	233,33%	500,00%	500,00%

As Metas específicas 1 e 2 são as principais do segmento da Justiça Militar Estadual, e são coletados de forma quadrimestral.

O Plano de Logística Sustentável é instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário, conforme disposto na Resolução CNJ no 347/2020; O PLS é composto de Variáveis e Indicadores mínimos conforme estabelecidos na Res 400 e 401 do CNJ.



Indicadores de Sustentabilidade

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. VARIÁVEIS GERAIS | 11. VIGILÂNCIA |
| 2. PAPEL | 12. TELEFONIA |
| 3. COPOS DESCARTÁVEIS | 13. VEÍCULOS |
| 4. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA | 14. COMBUSTÍVEL |
| 5. IMPRESSÃO | 15. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO |
| 6. ENERGIA ELÉTRICA | 16. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES |
| 7. ÁGUA E ESGOTO | 17. QUALIDADE DE VIDA |
| 8. GESTÃO DE RESÍDUOS | 18. CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE |
| 9. REFORMAS E CONSTRUÇÕES | 19. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO |
| 10. LIMPEZA | |

O TJMRS possui uma comissão de sustentabilidade para avaliar os indicadores e propor ações que visem a sustentabilidade do tribunal.

O Tribunal tem evidenciado esforços no cumprimento das metas estipuladas, onde ressaltamos a questão de consumo de material, onde chegamos ao patamar mínimo necessário à administração, afastando-se do consumo de itens que geram efeitos contrários a sustentabilidade, como consumo de papel, plásticos e outros. Também reduzimos consumo de energia, água e a produção de resíduos. Tudo isso confirmado pelo IDS Índice de Desenvolvimento Socioambiental do TJM é de 74,78%, obtendo pontuação máxima no Premio CNJ de Qualidade.



Maior IDS do judiciário é do CNJ com 76,71%

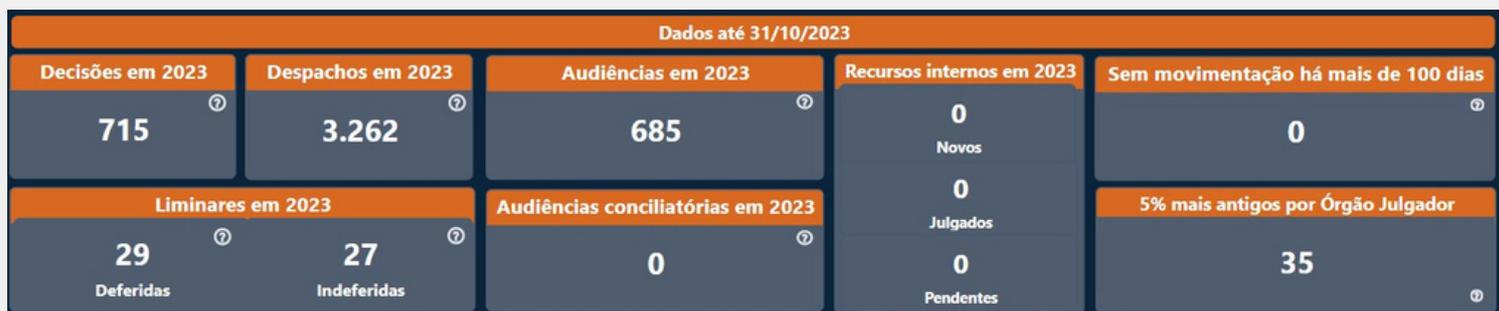
TJMRS está em 16º lugar entre todos os tribunais, obtendo 74,78% de índice

O painel de estatística do CNJ permite o acompanhamento do cumprimento das metas estipuladas por aquele órgão, principalmente no que tange a medir a **produtividade** dos seguimentos de justiça em cada estado

2º GRAU



1º GRAU



Os dados atualizados no painel podem ser acompanhados:

[neste link](#)



O Tribunal de Justiça Militar do RS obteve o seu **9º Selo de Qualidade consecutivo** no ano de 2023, mesmo obtendo uma pontuação compatível com a concessão de selo Ouro, devido a forma aplicada de exclusão e pontuando de forma competitiva com os demais tribunais do ramo, regra que muda para a edição 2024, acabamos ficando com o selo prata.

Percentual atingido pelo TJMRS 63,2%

EIXO	PONTOS	MÁXIMO	%
Governança	145	240	60,42
Produtividade	157	260	60,38
Transparência	20	120	16,67
Tecnologia	380	490	77,55

702 pontos

Estratégias propostas pelo NGE para 2024



Portal Transparência do TJMRS

Implantação no sitio do TJMRS do portal transparência do tribunal, centralizando todos os itens elencados para pontuação no Premio CNJ de Qualidade



Painel de Power BI dos indicadores 2024

Desenvolvimento de um Painel de BI contendo todos os itens de todos os eixos para acompanhamento em tempo real do avanço de cumprimento do requisito pela coordenação responsável.

ER JUDICIÁRIO
LITAR DO ESTADO
GRANDE DO SUL
ITAR E 1ª AUDITORIA

TJM

Justiça Militar

Estado do Rio Grande do Sul

**NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA
RELATÓRIO ANUAL 2023**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO DO NÚCLEO DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA

O Núcleo de Biblioteca e Memória do Tribunal foi criado, em 12 de fevereiro de 2015, com a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, n. 5.496, do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado. Entretanto, o órgão administrativo se origina oficialmente, em 1972, com o antigo Regulamento da Corte de Apelação que criou a Biblioteca Fernando da Silva Bastos. Porém, acredita-se que a Biblioteca exista desde 1940, quando houve a promulgação do Decreto-Lei n. 47 que reorganizou a Justiça Militar do Estado e transformou o Conselho de Apelação em Corte de Apelação. Atualmente, o Núcleo está subordinado a Escola Judicial Militar conforme determina a Resolução nº 273/2022 do TJMRS.

O Núcleo de Biblioteca e Memória é o órgão incumbido de organizar, manter, conservar e atualizar o acervo de memória institucional, doutrina, legislação e jurisprudência do Tribunal, bem como elaborar e executar pesquisas de informações subsidiárias aos trabalhos jurisdicionais e administrativos da Justiça Militar do Estado. Desde suas origens até a presente data, a Unidade visa oferecer eficiência e qualidade nos produtos e serviços prestados aos integrantes da JMERS e aos cidadãos.

O Núcleo de Biblioteca e Memória, em 2023, manteve seu funcionamento com a seguinte equipe: Francine Feldens, Analista do Poder Judiciário JMERS – Apoio Especializado Biblioteconomia, como Coordenadora ; Rejane Maria Di Leone, Técnica Judiciária e Mariana Machado Santos, Estagiária de Biblioteconomia.

1 SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO DE DOCTRINA, DE LEGISLAÇÃO E DE JURISPRUDÊNCIA

As atribuições do Serviço de Processamento Técnico compreendem: a) selecionar livros e publicações periódicas, nacionais e estrangeiras e propor à Direção-Geral sua aquisição; b) revisar, registrar, classificar, catalogar e indexar livros e publicações periódicas e prepará-los, devidamente, para a circulação; c) fazer a leitura dos diários assinados e examinar as publicações

oficiais do interesse da Justiça Militar do Estado; d) orientar o serviço de limpeza e conservação do acervo; e) preparar para a encadernação ou restauração os volumes que se encontrem em mau estado de conservação; f) propor à Direção-Geral a descarga do material inutilizado ou obsoleto, lavrando-se termos desta; g) organizar e manter as coleções e os catálogos de obras que se tornarem necessários; e h) revisar o acervo para verificação de eventual extravio de obras.

A seguir, estão registradas as atribuições regulamentares do NBIBM desenvolvidas em 2023. As atividades referentes ao processamento técnicos das obras bibliográficas e virtuais são realizadas pela Bibliotecária Francine Feldens e pela estagiária de Biblioteconomia Mariana Machado Santos.

1.1 Seleção de Livros e Periódicos para Aquisição

As obras para composição do acervo do Núcleo de Biblioteca e Memória são adquiridas através de compra, de doação ou de permuta.

1.1.1 Investimentos em Acervo Eletrônico

Em 2023, a Biblioteca buscou investir no seu acervo eletrônico, pelas facilidades que seu uso apresenta, ou seja, pelo custo-benefício que apresentam. Além disso, o Setor tem procurado catalogar no Sistema *Pergamum* materiais de informação disponíveis na Internet gratuitamente, tendo conseguido obter acréscimo no acervo de Publicações On-line.

1.1.2 Adesão ao BDJur

Ao final do ano de 2023 o NBIBM aderiu ao BDJur que consiste em um repositório mantido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ele possibilita acesso a diversos conteúdos da área jurídica, disponíveis nas coleções: Atos Administrativos, Banco de Saberes, Doutrina e Repositório Institucional.

1.2 Revisão, Registro, Classificação, Catalogação, Indexação de Livros e Publicações Periódicas e Preparação para Circulação

Através das atividades do processamento técnico biblioteconômico, são realizadas a análise temática e a representação descritiva dos materiais de informação que serão incluídos no acervo do NBIBM. O processamento técnico compreende as atividades de catalogação, de classificação e de indexação de documentos e visam facilitar o seu armazenamento e a sua localização. Essas atividades são realizadas com base em padrões documentais, como por exemplo: vocabulários controlados, códigos de catalogação e tabelas de classificação.

Durante esse ano, foram catalogados, classificados e indexados diversos materiais documentais. Foram incorporados ao acervo 848 novos títulos e 264 novos exemplares.

1.2.1 Livros, Folhetos, Monografias e Artigos em Livros

A Biblioteca Fernando da Silva Bastos, durante o ano de 2023, adquiriu 32 títulos diferentes de livros que perfazem o total de 13 exemplares. Por fim, cabe salientar que os artigos em livros obtiveram acréscimo de 127 itens e as monografias de 3 itens.

1.2.2 Periódicos e Artigos em Periódicos

A coleção de periódicos da Biblioteca é formada por 167 títulos nacionais e internacionais. O crescimento da coleção, em 2023, foi de 248 exemplares. A coleção de periódicos obteve expansão em função das aquisições e das doações recebidas de nossos usuários além da política de incorporação no acervo documental de revistas em formato eletrônico.

Aos artigos de periódicos foram acrescentados 668 novos títulos. O Núcleo ainda está realizando o processamento técnico retroativo, ou seja, ainda está catalogando e indexando os exemplares das coleções de revistas que já existiam no acervo. Junto ao processamento retroativo também está sendo feito o processamento dos exemplares de periódicos recém-adquiridos.

1.2.3 Disseminação Seletiva de Informações

A disseminação seletiva de informações (DSI) é um dos serviços personalizados oferecidos pela Biblioteca Fernando da Silva Bastos. A DSI consiste na leitura, na seleção e na disponibilização de informações focadas nas atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos membros da Justiça Militar do Estado do RS e nas atividades administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar

do RS. As informações são captadas em diários oficiais, em sites institucionais e nos materiais de informações adquiridos pela unidade, como livros e revistas.

A DSI compreende a disseminação dos atos do Diário Eletrônico do TCE/RS, dos atos do Diário Oficial do Estado, dos Informativos do Supremo Tribunal Federal e dos Informativos do Superior Tribunal de Justiça. Os arquivos dos informativos são disponibilizados na Intranet da Instituição.

2 SERVIÇO DE MEMÓRIA

Ao Serviço de Memória, incumbe resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação de seus integrantes desde sua criação e investigar as influências recíprocas entre a sua ação e o ambiente social de cada época. Para tanto lhe compete: a) recuperar e catalogar documentos, imagens iconográficas e outros objetos pertinentes; b) recuperar, através da memória oral, as histórias de vida dos magistrados e servidores da Justiça Militar, editando livros e folhetos; c) mobilizar e sensibilizar os magistrados, servidores e público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória; d) celebrar convênios com universidades, escolas e outras instituições culturais aptas a contribuir para os fins do projeto; e) realizar intercâmbios com instituições e programas similares, particularmente àqueles ligados à atividade judiciária; f) captar apoio e patrocínio, quando necessário, de entidades voltadas para o estímulo financeiro das atividades culturais; g) localizar e arrecadar, quando possível, material de interesse do projeto junto às Auditorias e ao Tribunal; h) designar um local próprio para guarda adequada tecnicamente à catalogação do acervo documental e fotográfico, bem como armários para a guarda de documentos, livros, revistas, jornais, coletâneas, entrevistas, pesquisas, publicações e produções; i) propor a criação de projetos de responsabilidade social conforme as metas do Conselho Nacional de Justiça; e j) propor pesquisas de datas comemorativas e históricas alusivas à instituição para divulgação no site oficial, com fim de preservação histórica da memória institucional, por ser instrumento de identidade, de legitimidade e de poder.

O Serviço de Memória é uma das atividades da JMERS que pontuaram para o Prêmio Qualidade 2023. O Prêmio é oferecido pelo Conselho Nacional de Justiça e o TJMRS obteve, em 2023, a pontuação que lhe atribuiu à qualificação Prata.

Durante o ano de 2023 a servidora Rejane Maria Di Leone deu continuidade a atividade de análise e resumo de processos judiciais e administrativos que formam a coleção do Arquivo

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) revolucionou as atividades biblioteconômicas. Atualmente, além da interação bibliotecário-usuário, o profissional da informação também se depara com as relações bibliotecário-interface de entrada de dados (planilhas eletrônicas nas quais são catalogados, indexados e classificados os materiais informacionais) e usuário-interface de pesquisa.

No Núcleo de Biblioteca e Memória, os processos biblioteconômicos foram informatizados através do Sistema de Bibliotecas *Pergamum*. Desde sua disponibilização na Internet institucional, houve um considerável aumento de atendimentos e pesquisas. O atendimento aos usuários é efetuado por todas as integrantes do NBIBM.

3.1 Atendimentos

Os atendimentos realizados pelo Núcleo se dividem em consulta local, empréstimos e pesquisas. A consulta local é a utilização, dentro do recinto setorial, de qualquer material de informação existente no acervo. A consulta local está disponível para o público em geral.

O empréstimo de obras é restrito aos usuários vinculados à Justiça Militar do Estado do RS e não são todas as obras do acervo que podem ser retiradas. As obras raras e as de consulta local não podem ser emprestadas devido a sua fragilidade. Em 2023, foram efetuados 1432 empréstimos e 1430 devoluções. Foram emprestados e devolvidos livros, exemplares de periódicos, folhetos e monografias. Todas as tarefas que envolvem a circulação dos materiais do acervo do NBIBM foram realizadas, em 2023, pela servidora Rejane Maria Di Leone.

Outra modalidade de empréstimo é o permanente no qual o Núcleo, durante o ano de 2023, emprestou diversos livros para os acervos dos Gabinetes dos Juízes de Direito da Justiça Militar do Estado e para os acervos dos Gabinetes de Juízes e dos órgãos setoriais do Tribunal de Justiça Militar. O empréstimo permanente visa agilizar e facilitar o desenvolvimento das atividades setoriais, na medida em que essas obras são de consulta rápida e diária desses setores.

3.2 Pesquisas

Durante esse ano, foram realizadas **77.299** pesquisas no Sistema *Pergamum*. É importante salientar que o *site* de pesquisa está disponível aos cidadãos na Internet Institucional. As áreas mais pesquisadas, no ano de 2023, são Direito Penal Militar e Processual Penal Militar, Direito

Constitucional, Direito Público, Direito Processual, Direito Administrativo, e Justiça Militar, respectivamente.

Além das pesquisas ao acervo próprio do Núcleo de Biblioteca e Memória, também foram realizadas diversas pesquisas nos sites de jurisprudência dos diversos tribunais estaduais, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. As pesquisas de doutrina são realizadas no *site* da Biblioteca Institucional, entretanto as pesquisas de legislação e de jurisprudência são feitas, quase exclusivamente, no site das instituições produtoras.

4 ATIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS EXECUTADAS PELO NBIBM EM 2022

Durante o ano de 2023, o Núcleo de Biblioteca e Memória auxiliou a Instituição Justiça Militar em diversas atividades. Dentre as quais, cita-se a atuação das servidoras do Núcleo como gestoras no contrato de renovação do **Sistema Pergamum** – sistema de gestão de bibliotecas – utilizado desde 2006 no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul – SEI nº 9.2021.0700.000247-6.

Informou-se, também, os valores do **Inventário do Material Bibliográfico** no Sistema *Pergamum* da Justiça Militar do Estado SEI nº 9.2023.0700.001436-1 – Portaria nº 121/2023 Comissão de Inventário. O procedimento de inventário patrimonial também incluiu uma ampla campanha realizada pela servidora Rejane Maria Di Leone para devolução das obras emprestadas com vistas a maior circulação do acervo entre os usuários.

4.1 Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e Comissão de Gestão da Memória

A servidora Francine Feldens, durante o ano de 2023, integrou a **Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) e a Comissão de Gestão da Memória** que, dentre suas atividades, deliberou sobre a criação dos atos administrativos que promoveram a porcentagem dos processos históricos de guarda permanente e a fixação do ano de 1970 como o corte cronológico de preservação dos documentos e processos administrativos e judiciais produzidos pela JMERS. Após, foram realizadas diversas reuniões para análise dos editais dos processos judiciais a serem eliminados. A Comissão encerrou com êxito seus trabalhos para o ano de 2023 e terá continuidade em 2024.

4.2 I ENABIJUD: I Encontro Nacional de Bibliotecas do Poder Judiciário

A servidora Francine Feldens participou, em 2023, do I Encontro Nacional de Bibliotecas do Poder Judiciário, nos dias 16 e 17 de março. A participação da profissional foi importante, pois o evento fomentou ações vindouras dos Grupos de Trabalho da rede BIBLIOMEMOJUS, contribuindo para aprimorar a realidade das Bibliotecas, capacitar Bibliotecários(as) e Servidores(as) para o futuro, a inovação, a boa gestão, a preservação da Memória institucional e a melhor qualidade de atendimento aos usuários.



4.3 ENAM: III Encontro de Memória (ENAM)

O Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário ocorreu em Porto Alegre de 10 a 12 de maio de 2023 com o objetivo de incentivar os debates sobre Gestão de Memória nos Tribunais, além de promover a troca de experiências de profissionais das áreas de História, Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, disseminando o conhecimento técnico e científico relativo a essa relevantíssima política judiciária, que abrange as presentes e futuras gerações.

O TJMRS foi um dos anfitriões em conjunto com outros Tribunais – TRT 4ª Região, TJRS, TRF 4ª Região e TRERS. O Evento com organização coletiva pela primeira vez teve como tema: “Estruturando a Memória do Poder Judiciário”.



A servidora Rejane Maria Di Leone selecionou e elaborou a amostra de objetos e processos para a exposição do III Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário.



Enquanto a servidora Francine Feldens coordenou as ações que culminaram na visita técnica que ocorreu a JMERS no dia 12 de maio e atuou como gestora da verba deste magnífico Encontro. Uma das atividades que ocorreu no dia 12 de maio de 2023 foi a Roda de Memória transmitida pelo Canal Institucional no *YouTube* e buscou mostrar através da captação de memória oral dos magistrados e membros do Ministério Público que participaram dos casos emblemáticos selecionados para a Mostra do ENAM como nosso NBIBM trabalha e preserva a memória da JMERS.

Roda de Memória:

Relembrando casos históricos da Justiça Militar Gaúcha

10 de maio
dentro da programação do III ENAM

▶ Transmissão ao vivo pelo YouTube

Participantes:
Procuradora de Justiça Maria Ignez Franco Santos
Ex-Procurador de Justiça Sergio Luiz Nasi
Juíza da JME Viviane de Freitas Pereira

Mediação: Jornalista Humberto Trezzi

III Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário 2023
Estruturando a memória

TJM Justiça Militar
Estado do Rio Grande do Sul



A estagiária Mariana Machado Santos finalizou a digitalização dos processos históricos para inserção no site Institucional na categoria: PROCESSOS HISTÓRICOS no Portal da Memória e atuou

como colaboradora durante a visita técnica a nossa JMERS. Também organizou a Coleção Memória Institucional.



4.4 Capacitações funcionais

A servidora Francine Feldens, Analista Judiciária, continuou a integrar o Projeto Piloto de Justiça Restaurativa da JMERS. Atuando, em 2023, como facilitadora de diversos círculos de construção de paz, principalmente sobre a temática do assédio.



A servidora também participou de diversos cursos de capacitações com as temáticas: mediação, conciliação, justiça restaurativa, direito penal militar e processo penal militar.

A servidora Rejane Maria Di Leone efetuou o controle do patrimônio setorial através da verificação dos bens móveis, ajustes e controles necessários. Também participou de diversos

eventos e palestras promovidos pelo Tribunal como a prevenção do câncer de pele. Quanto às capacitações individuais, qualificou-se em cursos de revisão textual, museus e patrimônio; e participou das atividades preparatórias do III ENAM e do próprio evento.

A estagiária Mariana Machado Santos capacitou-se em design thinking aplicado a bibliotecas e em noções básicas de gerenciamento de arquivos ambos cursos da ENAP.

4.5 Projeto Sessões Didáticas

A Equipe do Núcleo de Biblioteca e Memória e a Escola Judicial Militar desenvolvem em diversas atividades de capacitações entre as quais destacamos aqui o Projeto Sessões Didáticas que no ano de 2023 recebeu 22 alunos.



4.5 Comissão de Inovação (3º FestLabs)

A servidora Francine Feldens e a estagiária Mariana Machado Santos participaram, em 2023, do III FestLabs nos dias 18 e 19 de setembro de 2023.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2024.

Francine Feldens

Analista do Poder Judiciário JMERS – Apoio Especializado Bibliotecária, CRB-10/1684

Coordenadora NBIBM/EJM/TJMRS